



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS

**ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS – PEAC/SE**



São Cristóvão-SE

2023

MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS

**ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS – PEAC/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista.

São Cristóvão-SE

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237e Santos, Mony Grazielle Barros.
Espaço de ciranda infantil : uma proposta para o programa de educação ambiental com comunidades costeiras - PEAC/SE / Mony Grazielle Barros Santos ; orientadora Shiziele de Oliveira Shimada.. – São Cristóvão, SE, 2023.
161 f.; il. + material adicional.

Dissertação (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação ambiental. 2. Impacto ambiental. 3. Pedagogia crítica.
I. Shimada, Shiziele de Oliveira, orient. II. Título.

CDU 502:37

MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS

**ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS – PEAC/SE**

Aprovada em: 29/08/2023.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB à seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Shiziele de Oliveira Shimada
Universidade Federal de Sergipe

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosana de Oliveira Santos Batista
Universidade Federal de Sergipe

Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Joelma Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe

Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Kátia Viana Cavalcante
Universidade Federal do Amazonas

Examinador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de **MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS**, referente ao Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Prof^a. Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais –
PROFCIAMB/UFS

São Cristóvão-SE

2023

É concedida ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB da Universidade Federal de Sergipe – UFS a cessão de direitos para publicação eletrônica, empréstimo, reprodução desta Dissertação com finalidade para estudos e pesquisas científicas.

Mony Grazielle Barros Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais –
PROFCIAMB/UFS

Prof^a. Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Programa de Pós-Graduação em Rede para Ensino das Ciências Ambientais –
PROFCIAMB/UFS

São Cristóvão-SE

2023

*“Desde longe o velho humano
Atravessa o lago da vida
E descobre em si a sua própria cura
Só em si, na Ciranda da vida
Faz o Amor passar.”*
(Grupo Vocal Basílio Peralva,
Aracaju-SE, inverno de 2023)

AGRADECIMENTOS

“E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá.”

(Gonzaguinha)

Agradeço ao Grande Criador pelo dom da vida e pelas pessoas maravilhosas que tem colocado em meu caminho para me guiar ao encontro de mim. Sou imensamente grata...

...por meu pai Arivaldo e minha mãe Salvelina pelo amor e pela dedicação de uma vida inteira a zelar pela nossa família; painho e mainha, vocês são nossos *“ouros de mina”*.

...por minha irmã Danielle, essa fortaleza, *“minha balança”*, me desvenda ao mesmo tempo que enxerga e valoriza o melhor em mim. Te amo, Danica!

...por minha amada família do Grupo Espírita Irmão Fêgo. No plano físico e no plano espiritual, vocês são fundamentais nesta minha existência, meu encontro precioso!

...pelos familiares, amigos e amigas que me incentivaram e estiveram ao meu lado nesta jornada, em especial as queridas companheiras da Ciranda Criativa. Mulheres, vocês são inspiração e força para seguir sonhando e realizando!

...pela querida terapeuta Camila Sousa, 09/02, você faz toda a diferença, gratidão!

...por todos os mestres e mestras que me conduziram até aqui, especialmente as queridas orientadoras, as professoras Dr^a. Shiziele Shimada e Dr^a. Rosana Batista, por acreditarem em mim, pela paciência e prontidão em me conduzirem nesta pesquisa.

...pelos colegas de trabalho do PEAC, em especial a equipe do Projeto do Conselho Gestor: EU SOU PORQUE NÓS SOMOS!

...pela parceria generosa da querida Adilma Gomes, das colaboradoras da ACMLSB, das professoras do Projeto Prevenção do Amanhã, e das crianças e mães da Comunidade do Barrosinho por tornarem esse projeto realidade!

Por fim, minha eterna gratidão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por, além de tudo, ter criado as Cirandas Infantis do nosso país!

Fé nas sementes que os frutos virão!

Esta pesquisa foi realizada com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese), com recursos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), por meio de convênio estabelecido entre a Petrobras e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

RESUMO

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), desde 1999, executa no estado de Sergipe atividades que atendem às condicionantes específicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), visando mitigar os impactos da exploração petrolífera e compensar as comunidades costeiras atingidas socioeconomicamente pelas ações desses empreendimentos. Elaborado segundo os princípios básicos da Educação Ambiental (EA) definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e pelo Decreto que a regulamenta, o PEAC desenvolve projetos na perspectiva da Educação Ambiental Crítica a fim de fortalecer politicamente os atores sociais diretamente atingidos pela exploração de petróleo e gás, através da formação ampliada desses sujeitos, possibilitando a eles uma intervenção qualificada na gestão ambiental pública e no acesso a outras políticas. Desde o seu surgimento, as ações do PEAC estiveram voltadas somente ao público jovem e adulto, não contemplando a participação das crianças. Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo demonstrar que os Espaços de Ciranda Infantil podem ser instrumentos educacionais da Educação Ambiental Crítica, auxiliando na formação política do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). A análise da pesquisa esteve fundamentada no método dialético. A fim de alcançar os objetivos propostos, foram elaborados os seguintes procedimentos metodológicos: fundamentação teórica; pesquisa qualitativa e pesquisas de campo, em que foram realizadas observações livres e participantes, registros fotográficos e a elaboração de uma proposta de atuação teórico-metodológica que possibilite desenvolver práticas de EA Crítica com crianças em espaços de educação não-formal. Com o propósito de apresentar o processo de construção e os resultados da pesquisa, foram utilizados instrumentos de dados como: quadros, figuras, fotografias e vídeo. Ao final da pesquisa, conclui-se que as ações desenvolvidas durante a Ciranda Infantil do PEAC contribuíram para a auto-organização e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos, dentro dos processos formativos promovidos pelo Programa. Por fim, espera-se que o instrumento educacional desta pesquisa contribua para que outras educadoras e educadores sintam-se estimuladas(os) a implementar e/ou atuar em espaços de educação não-formal, desenvolvendo ações e práticas de Educação Ambiental com o viés crítico para/com o público infanto-juvenil.

Palavras-chave: PEAC. Educação Ambiental Crítica. Espaço Não-Formal. Ciranda Infantil.

ABSTRACT

The Environmental Education Program with Coastal Communities (PEAC), since 1999, has been carrying out activities in the state of Sergipe that meet the specific conditions of the Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (Ibama), aiming to mitigate the impacts of oil exploration and compensate coastal communities socioeconomically affected by the actions of these enterprises. Developed according to the basic principles of Environmental Education (EE) defined by the National Policy on Environmental Education (PNEA) and the Decree that regulates it, PEAC develops projects from the perspective of Critical Environmental Education, in order to politically strengthen the social actors directly affected by oil and gas exploration, through the expanded training of these subjects, enabling them to intervene in qualified public environmental management and access to other policies. Since when did it appear, PEAC's actions have been aimed only at young people and adults, not including the participation of children. In this sense, the present dissertation has as its general objective to demonstrate that the Children's Ciranda Spaces can be educational instruments, of Critical Environmental Education, helping in the political formation of the Environmental Education Program with Coastal Communities (PEAC). The research analysis was based on the dialectical method. To achieve the proposed objectives, the following methodological procedures were developed: theoretical foundation; qualitative research and field research, where free and participant observations were carried out, photographic records and the elaboration of a theoretical-methodological action proposal that makes it possible to develop Critical EE practices with children in non-formal education spaces. To present the construction process and the results of the research, data instruments such as tables, figures, photographs and video were used. At the end of the research, we concluded that the actions developed during the PEAC Children's Ciranda contributed to the self-organization and strengthening of the autonomy of the subjects involved, within the training processes promoted by the Program. Finally, we hope that the educational instrument of this research will contribute to other educators feeling encouraged to implement and/or work in non-formal education spaces, developing actions and practices of Environmental Education with a critical bias towards children and young people.

Keywords: PEAC. Critical Environmental Education. Non-Formal Space. Children's Ciranda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Áreas abrangidas pelo PEAC.....	16
Figura 2 – Detalhamento metodológico da pesquisa.....	19
Figura 3 – Área externa da ACMLSB.....	24
Figura 4 – Ciranda Infantil do acampamento das Mulheres Sem Terra em Belo Horizonte-MG, 2023.....	32
Figura 5 – Tempos Educativos das Cirandas Infantis.....	34
Figura 6 – Crianças Sem Terrinha marcham até a Praça dos Três Poderes durante o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terra em Brasília-DF, 2018.....	36
Figura 7 – Mapeamento de conflitos e impactos no bairro Farolândia durante intercâmbio formativo na 13ª Reunião do Conselho Gestor.....	66
Figura 8 – Oficina de Construção de Cartografia Social durante a 13ª RCG.....	68
Figura 9 – Condomínio de luxo que cerca a Comunidade do Barrosinho.....	70
Figura 10 – Grupos de trabalho durante intercâmbio formativo na 15ª RCG.....	71
Figura 11 – Encontro de sensibilização com as famílias para a participação na Ciranda Infantil do PEAC.....	80
Figura 12 – Roda de Acolhimento na Mobilização da Ciranda Infantil do PEAC.....	82
Figura 13 – Crianças envolvidas nas ações de mobilização para a Ciranda Infantil do PEAC.....	83
Figura 14 – Culminância do mutirão durante a mobilização para a Ciranda Infantil do PEAC.....	84
Figura 15 – Crianças se divertem brincando livremente durante a Ciranda Infantil do PEAC.....	85
Figura 16 – Roda de Capoeira realizada na abertura da Ciranda Infantil do PEAC.....	86
Figura 17 – Moradora conta a história do surgimento da Comunidade durante a Ciranda Infantil.....	87
Figura 18 – Oficina de manualidades durante a Ciranda Infantil do PEAC.....	88
Figura 19 – Oficina de pintura de cartazes durante a Ciranda Infantil do PEAC.....	89
Figura 20 – Confecção do estandarte da Ciranda Infantil do PEAC.....	89
Figura 21 – Estruturas lúdicas em bambu da Ciranda Infantil do PEAC.....	90
Figura 22 – Crianças plantam mudas doadas pela SEMA no terreno aos fundos da ACMLSB.....	91
Figura 23 – Encontro com as mães para socialização das Etapas da Ciranda Infantil do PEAC.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios da Educação no MST.....	30
Quadro 2 – Trajetória histórica da Educação Ambiental no Brasil.....	40
Quadro 3 – Comunidades integrantes do Conselho Gestor do PEAC.....	65
Quadro 4 – Etapas, metodologias e resultados executados na Ciranda Infantil.....	74
Quadro 5 – Planejamento das Etapas da Ciranda Infantil.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação Ciranda Criativa
ACMLSB	Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim
CGEAM	Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama
CGPEG	Coordenação Geral de Petróleo e Gás do Ibama
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
Educom	Núcleo de Educomunicação do PEAC
EI	Educação Informal
EF	Educação Formal
ENF	Educação Não-Formal
Fapese	Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal do Sergipe
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MEC	Ministério da Educação
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PEAC	Programa de Educação Ambiental Crítica com Comunidades Costeiras
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PROFCIAMB	Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
PW	Pedagogia Waldorf
SMTT	Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – NAS VOLTAS DESSA CIRANDA	13
CAPÍTULO II – AS CIRANDAS INFANTIS E A EA CRÍTICA EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS	28
2.1 O surgimento das Cirandas Infantis dentro do MST: breve histórico	28
2.2 A Lei Federal nº 9.795/99 e a EA em Espaços Não-Formais: possibilidades e desafios	37
2.3 A Ciranda Infantil como espaço educativo para a EA Crítica com crianças.....	46
2.3.1 O espaço educativo.....	49
2.3.2 A organização do tempo educativo	51
2.3.3 A dinâmica das relações, o brincar e o protagonismo da criança	53
CAPÍTULO III – OS PEAs E A EA CRÍTICA COM AS CRIANÇAS DE GRUPOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PEAC.....	57
3.1 Educação para a Gestão Ambiental: os PEAs no licenciamento da atividade de petróleo e gás.	57
3.2 O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) e o Projeto do Conselho Gestor	62
3.3 Os intercâmbios formativos no Barrosinho e a Ciranda Infantil do PEAC.....	67
CAPÍTULO IV – ESSA CIRANDA É DE TODXS NÓS.....	73
4.1 A Primeira Ciranda Infantil do PEAC	74
4.1.1 Nos passos dessa Ciranda: o passo a passo da construção de um caminho.	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A – Roteiro de observações / Diário de campo	106
APÊNDICE B – Diário de campo	107
APÊNDICE C – Produto Técnico Educacional	117
APÊNDICE D – Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa	149
ANEXO A – Termo de Cessão de Uso de Imagem e Depoimento.....	152
ANEXO B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	153
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	157

CAPÍTULO I – NAS VOLTAS DESSA CIRANDA

A presente pesquisa teve como objeto de investigação a participação das crianças no contexto do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)¹ em Sergipe. Inicialmente, quando da entrada no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB-UFS), o tema para o Projeto de Pesquisa era outro: investigar a ausência ou o mau uso das áreas verdes nos espaços das Instituições Públicas de Educação Infantil em Aracaju-SE.

A motivação para a investigação desse último tema partiu de intervenções educativas que realizei em 2019 em algumas creches e pré-escolas do município, onde pude observar a ausência de espaços verdes nessas instituições, e, naquelas onde havia, as crianças pouco interagiam nesses espaços. Minha compreensão sobre a importância do contato com a natureza nos espaços de Educação Infantil se potencializou a partir da minha aproximação com a Pedagogia Waldorf (PW).

Em 2018, iniciei a formação para educadores em PW e no mesmo ano tive a oportunidade de lecionar na Escola Jataí, uma escola de Ensino Fundamental de inspiração Waldorf, em Aracaju. A PW se baseia em uma perspectiva antropológica que concebe o ser humano como um todo harmônico composto por suas dimensões física, psíquica e espiritual. Uma das características marcantes da PW é a ênfase no contato da criança com a natureza e a valorização do espaço escolar como um ambiente propício para essa interação.

O envolvimento e aprofundamento nos estudos que a formação em PW me proporcionou, e a experiência da atuação na Jataí, geraram em mim o desejo de cursar o mestrado no PROFCIAMB para então desenvolver um produto educativo junto aos educadores das Instituições Públicas de Educação Infantil sobre a importância da presença e do uso das áreas verdes nos ambientes escolares para o pleno desenvolvimento das crianças e a sua relação com o meio ambiente.

Ocorreu que, ao ingressar como bolsista no Projeto de Extensão para o Fortalecimento dos Territórios de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais do PEAC, atualmente executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com convênio administrado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese), em 2021, surgiu a oportunidade

¹ O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) incentiva o fortalecimento dos Territórios de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais; sua realização é uma exigência do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.

de desenvolver um pesquisa de Educação Ambiental não-formal voltada ao público infantil, algo inédito dentro do Programa, que desde o seu surgimento teve sua atuação voltada somente aos públicos jovem e adulto de grupos sociais diferenciados (Anelo, 2009).

A escolha pela mudança do tema se deu por incentivo da professora Dr^a. Rosana Batista, minha coorientadora e chefe, coordenadora do Projeto do Conselho Gestor do PEAC, no qual passei a integrar a equipe técnica como analista de projetos a partir de dezembro de 2022. A professora tinha conhecimento sobre a minha trajetória e sobre o trabalho que desenvolvi durante o XI Congresso de Agroecologia (CBA)², que ocorreu na UFS em novembro de 2019, do qual fiz parte, juntamente com Bartira Improta e Josiene de Carvalho (parceiras de sonhos e de vida), da comissão organizadora responsável pela construção e implementação do espaço educativo da Ciranda Infantil do Congresso.

Posso afirmar, com toda a certeza, que a experiência da Ciranda no CBA foi um divisor de águas em minha vida. Os processos que vivenciamos ao longo dos nove meses de preparação para o evento transcenderam a materialidade da estrutura da Ciranda e resultaram na criação de um GT para estudar as infâncias na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e na criação da Associação Ciranda Criativa (ACC), uma entidade não governamental e sem fins lucrativos, cuja missão é fortalecer, por meio de recursos artístico-pedagógicos e prático-ambientais, a interação entre a Comunidade e a Natureza, tendo a criança como foco primordial, da qual tenho a honra e alegria de fazer parte!

Em comum acordo com as minhas orientadoras, as professoras Dr^a. Shiziele Shimada e Dr^a. Rosana Batista, optamos então por manter o recorte da Infância como objeto de estudo, porém propondo como objeto específico a prática da Educação Ambiental (EA) Crítica com crianças em espaços de educação não-formal, com a proposta da criação dos Espaços de Ciranda Infantil para o Programa. Desse modo, nosso objeto de estudo passou a ser a participação das crianças no contexto do Programa de Educação Ambiental com Povos e Comunidades Tradicionais (PEAC).

Os Programas de Educação Ambiental são medidas exigidas por lei dentro do processo de licenciamento ambiental, atuando como forma de compensação e mitigação dos impactos gerados durante a implantação de empreendimentos. Enquanto medidas mitigadoras, sua função

² Esta experiência resultou em meu Trabalho de Conclusão de Curso da Formação em Pedagogia Waldorf, sobre a relação entre a infância, o brincar e a natureza, sob a perspectiva antropológica, e em um resumo expandido sobre a sistematização da construção da Ciranda Infantil no XI CBA, que será apresentado no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em novembro de 2023, e posteriormente publicado nos Anais do Congresso.

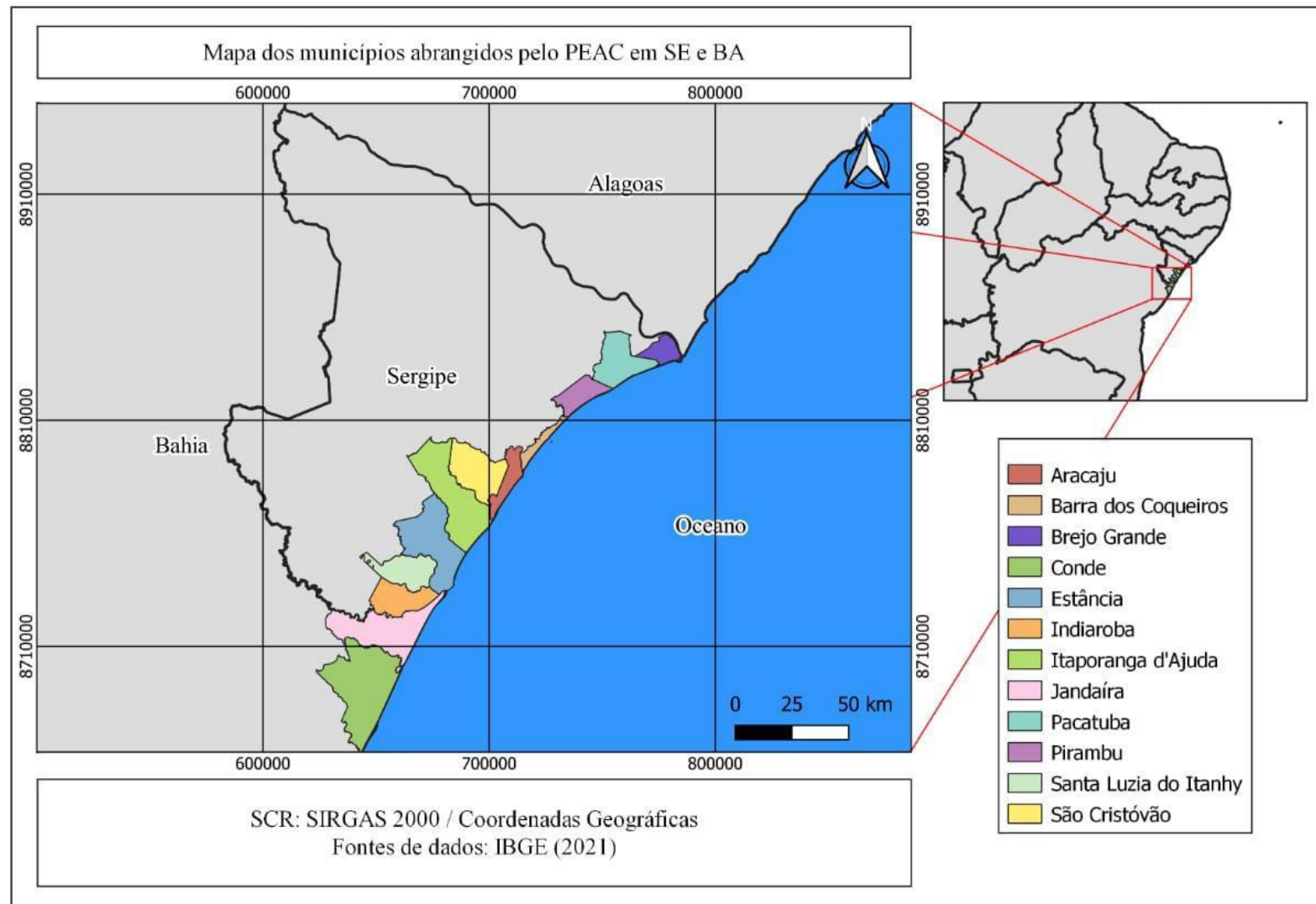
é possibilitar a participação dos grupos sociais nas decisões socioambientais que estejam relacionadas ao seu cotidiano (Ibama, 2012 *apud* Walter; Anello, 2012).

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) atende às condicionantes específicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que objetiva mitigar os impactos da exploração petrolífera e compensar as comunidades costeiras atingidas socioeconomicamente pelas operações da Unidade de Operações Sergipe e Alagoas (UN-SEAL), da Petrobras, sediada em Aracaju, na atividade pesqueira (PEAC, 2022b).

Os grupos sociais trabalhados no PEAC são prioritariamente os pescadores e as pescadoras artesanais, incluindo-se as mulheres que realizam a catação e o beneficiamento de mariscos (marisqueiras). Além desses, o programa também trabalha com pequenos agricultores, grupos que realizam atividades extrativistas (mangabeiras) e comunidades tradicionais quilombolas. As atividades de mitigação desenvolvidas visam promover o fortalecimento político-organizativo desses sujeitos para que possam acompanhar criticamente a dinâmica socioambiental decorrente dos impactos ocasionados pelas instalações dos empreendimentos petrolíferos em seus territórios. As ações educativas se concretizam na relação coletivizada de intervenção nos modos de vida dessas populações e grupos sociais, seja na relação com a gestão pesqueira, seja na atividade de exploração e produção de petróleo (Anello, 2009).

O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) possui uma área de abrangência (figura 1) que engloba 98 comunidades tradicionais, as quais correspondem aos municípios de Jandaíra e Conde, no litoral Norte da Bahia, e todos os dez municípios costeiros de Sergipe (Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Aracaju, Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba), podendo ser organizado por estuários, considerando a territorialidade da pesca artesanal (Anello, 2009; PEAC, 2022b).

Na região Centro, a Comunidade da Farolândia integra três núcleos de comunidades diferentes em uma só (do Farol, do Barrosinho e da Boca do Rio), situadas no Bairro Farolândia, na Zona Sul do município de Aracaju, capital de Sergipe. Essas comunidades têm em comum o fato de serem provenientes de comunidades tradicionais de pesca artesanal que desenvolviam suas atividades laborais no mar, no estuário, nos rios e nos terrenos alagados da região que se conectam próximo ao bairro. Com o avanço do processo de urbanização do bairro, houve uma severa redução do território pesqueiro, como também da população de pescadores e marisqueiras que nele viviam e que se viram obrigados e obrigadas a se deslocar para outros bairros para continuar realizando a manutenção dos seus modos de vida (Marques *et al.*, 2018).

Figura 1 – Áreas abrangidas pelo PEAC

Atualmente, a maior parte dos moradores dessas comunidades tem como principais atividades econômicas as atividades domésticas e trabalhos autônomos (servente, pedreiro, pintor e diarista), e os poucos pescadores e marisqueiras que restaram na região lutam para continuar realizando as atividades de pesca e coleta de mariscos.

Quanto às organizações sociais em atividade, existe a Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim (ACMLSB), criada em 1999 e formalizada em 2008, com o objetivo de suprir as necessidades da comunidade. Por não possuir uma sede própria, a Associação funciona em um imóvel alugado³, onde são desenvolvidas algumas ações e projetos sociais, tais como o Projeto “Prevenção do Amanhã”, que oferece apoio pedagógico para as crianças da comunidade no contraturno escolar; o Projeto “Botijão na minha casa”, que consiste em um auxílio para a compra de gás, arrecadação e distribuição de cestas básicas, e atividades recreativas realizadas nos finais de semana, bem como festas/festivais e bingos para ajudar na manutenção financeira da entidade.

Segundo estudo diagnóstico realizado pelo PEAC em 2017, as comunidades do Farol e do Barrosinho possuem conflitos em torno da gestão do projeto de compensação, sendo que a comunidade da Boca do Rio fica um tanto distante destas. Esse estudo ressalta que é importante que se realize um trabalho de mobilização que contemple as três comunidades para que a participação seja efetiva e democrática, garantindo a participação de todos e todas.

A escolha pela **Comunidade do Barrosinho**, localizada no Loteamento Senhor do Bonfim, se deu em função da condição de auto-organização da comunidade por meio da formação da Associação de Moradores, dos projetos que já vêm sendo desenvolvidos com as crianças nesse espaço, e ainda por ser essa comunidade a participar do Curso de Formação durante o intercâmbio realizado na 15ª RCG, durante o qual foi realizada a experiência da Primeira Ciranda Infantil do PEAC.

Os Cursos de Formação do PEAC, que ocorrem no âmbito do Conselho Gestor, são planejados e executados pela equipe técnica, com a finalidade de proporcionar a formação continuada aos conselheiros e conselheiras, tendo como base teórico-prática a Educação Ambiental Crítica para a organização e o fortalecimento comunitário e a articulação com suas bases e o poder público, enquanto instância de controle social das compensações, gestão partilhada dos bens naturais costeiros e defesa dos territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais (PEAC, 2022a).

³ Em 2020 a Associação adquiriu um terreno a partir de recursos provenientes das medidas de compensação do PEAC. Até a conclusão desta pesquisa a nova sede não havia sido entregue, e as atividades continuavam sendo desenvolvidas no imóvel alugado.

As Cirandas Infantis são espaços de educação não-formal que surgiram dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1987 quando da criação do Setor de Educação. O Movimento passou a compreender que a questão mais ampla da cidadania dos trabalhadores rurais sem terra, para além da luta pela terra, inclui também o direito à educação e à escola (MST, 2005). Na luta por políticas públicas para a educação das crianças do campo, o MST tem na Ciranda Infantil um espaço que possibilita às crianças colocarem em prática a pedagogia e a organicidade do Movimento, oferecendo condições para que elas se desenvolvam com autonomia, criticidade, criatividade e a vivência de valores humanistas e socialistas cultivados pelo Movimento. “A Ciranda Infantil é um espaço educativo da vivência de ser criança Sem Terrinha, de brincar, jogar, cantar, cultivar a mística, a pertença ao MST, os valores, a formação, a construção de uma nova geração, de uma nova sociedade, de um novo país” (MST, 2004, p. 25).

As Cirandas Infantis concebidas pelo MST já fazem parte da dinâmica de outros movimentos sociais, a exemplo do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), marcando presença nos encontros, reuniões, cursos de formação e congressos de associações, sindicatos e outros organismos sociais, que já passam a compreender a necessidade de contemplar a participação das crianças nesses espaços, reconhecendo-as enquanto sujeitos em formação, capazes de agir, refletir e conseqüentemente modificar a realidade. Muito mais que espaços físicos, as Cirandas Infantis são lugares de trocas de saberes, aprendizados e vivências de relações humanas em que as crianças aprendem desde cedo a ocupar o seu lugar na organização da qual fazem parte (MST, 2004).

Desse modo, é possível inferir que as Cirandas Infantis se configuram em ambientes educativos que dialogam com a perspectiva crítica e emancipatória da EA por promoverem a construção de conhecimentos de forma vivencial e interativa, através de ações que carregam intencionalidade, como uma ação política, espaço de manifestação do exercício de cidadania em seu sentido pleno (Guimarães, 2007).

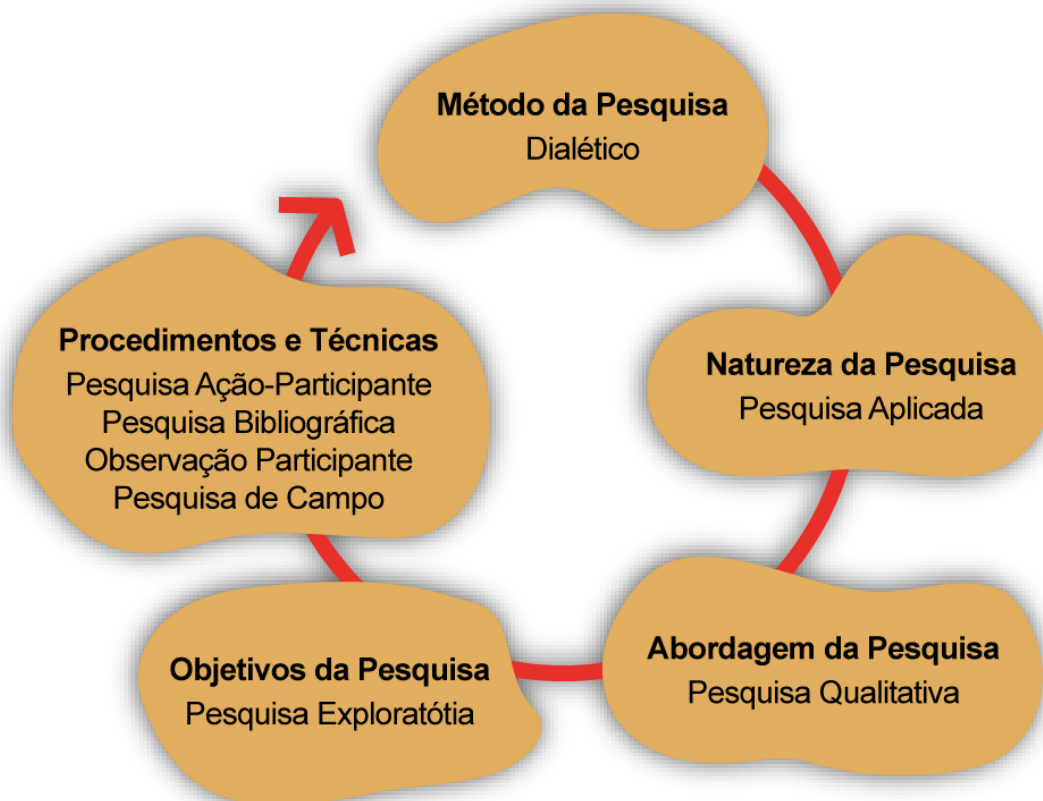
Assim sendo, o desenvolvimento desta pesquisa perpassou a investigação de três questões:

- i) O que caracteriza os Espaços de Ciranda Infantil?
- ii) As Cirandas Infantis são espaços possíveis e necessários para os Programas de Educação Ambiental (PEAs) na especificidade do PEAC?
- iii) Quais elementos são estruturantes para a criação e implementação de um espaço de Ciranda Infantil para desenvolver práticas de EA Crítica com crianças?

Esses questionamentos nortearam a presente pesquisa, que teve como **objetivo geral** demonstrar que os Espaços de Ciranda Infantil podem ser instrumentos educacionais da Educação Ambiental Crítica, auxiliando na formação política do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Como desdobramentos elegeram-se os seguintes **objetivos específicos**: i) descrever a história dos Espaços de Ciranda Infantil; ii) elaborar uma proposta de atuação teórico-metodológica que possibilite desenvolver práticas de EA Crítica com as crianças das comunidades assistidas pelo PEAC; iii) desenvolver um instrumento educacional teórico-prático para a implementação de Espaços de Ciranda Infantil para o desenvolvimento de ações e práticas de EA Crítica com crianças.

Os procedimentos metodológicos teóricos e práticos que orientaram a pesquisa estão detalhados na figura 2, a seguir:

Figura 2 – Detalhamento metodológico da pesquisa



Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos e Gabriela Ferreira, 2023.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma **análise bibliográfica e documental** sobre as políticas públicas voltadas para a prática de EA, sobre os conceitos de educação formal e não-formal, bem como sobre as possibilidades para práticas e ações de EA Crítica em espaços

não-formais, com o aporte teórico de autores que investigam sobre essas temáticas. A pesquisa bibliográfica, nas contribuições de Lakatos (2017), é aquela na qual se pode encontrar conhecimento científico atualizado, de ponta, assim como objeto de leitura refletida, realizada com detida preocupação de tomada de notas, realização de resumos, comentários, discussão etc.

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma **pesquisa aplicada**, uma vez que esta tem como objetivo gerar conhecimentos com a finalidade de solucionar questões específicas, buscando uma aplicação prática para um determinado problema (Gil, 2019). Segundo Thiollent (2009), a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades de instituições, organizações, grupos ou atores sociais, oferecendo resposta a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições”.

Quanto à abordagem, esta pesquisa é **qualitativa**, que nos permite buscar a compreensão de fenômenos amplos e complexos, de natureza subjetiva (Triviños, 1987). Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para Gil (2019), a pesquisa qualitativa “preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, que é demonstrar que os Espaços de Ciranda Infantil podem ser instrumentos educacionais da Educação Ambiental Crítica, auxiliando na formação política do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), o percurso metodológico escolhido é o exploratório, com a finalidade de tomar familiaridade com o problema da pesquisa para torná-lo mais visível ao pesquisador (Gil, 2019). Conforme Vergara (2000, p. 47), a **pesquisa exploratória** é realizada em áreas em que existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado, sendo, assim, adequada para o objetivo de aumentar o número de conhecimentos sobre o assunto.

A classificação da pesquisa pode ser definida de duas formas utilizando a classificação de Vergara (2010), sendo esta bibliográfica quanto aos meios e **pesquisa-ação-participante** quanto aos fins. O termo pesquisa-ação-participante é também definido por Brandão como a investigação-ação-participativa, que:

[...] busca estabelecer uma interação eu-outro através da qual este outro-que-não-eu participe do todo ou de momentos do acontecer da pesquisa – entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita. E através da qual tanto o processo quanto o “produto” da pesquisa sejam processados, produzidos,

compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da vivência das culturas de cada um (Brandão, 2017, p. 34).

Na pesquisa-ação, existe o anseio de criar um universo cultural comum com os sujeitos, instigando a construção coletiva e a participação no projeto, permitindo a contribuição de todos no processo e cultivando nessa postura o ato de buscar o outro, numa partilha de valores e ações correntes com o que o grupo também expressa (Franco, 2011). Essa metodologia converge com a perspectiva crítica da EA, que considera que todos os atores devem atuar em todas as etapas do processo da práxis educativa.

Para Brandão (2017), na pesquisa participante, para que haja a existência de um processo e um “produto final”, estes não podem resultar num para-eles nem num para-mim, mas sim num resultado de algo fluido e diferenciadamente partilhável: um entre-nós. A finalidade de qualquer ação educativa, seguida da produção de novos conhecimentos, aumenta a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com os quais trabalhamos.

Quanto aos meios, esta pesquisa trata-se também de uma **pesquisa de campo**, uma vez que “[...] está voltada ao estudo de sujeitos, grupos, comunidades, instituições, com o intuito de chegar à compreensão de determinado aspecto social” (Lakatos, 2017, p. 126). De maneira geral, a pesquisa foi desenvolvida de modo flexível e complementar, um caráter próprio das pesquisas qualitativas, que pela diversidade e flexibilidade não se admitem regras estanques.

O **método** escolhido para elaborar esta dissertação está fundamentado na **dialética**, a partir do pensamento freiriano, que consiste no entendimento de que a produção do conhecimento ou o ato de conhecer e de pensar se dá por meio da relação com o outro. Além de ser um ato histórico, gnosiológico e lógico, contém um quarto elemento, que é a sua dimensão dialógica (Gadotti, 2002, p. 55). Gonçalves (2020) ressalta que Freire tem uma forma própria de raciocinar o mundo, forjada por diversas sínteses históricas de múltiplas determinações, que ele ressalta não serem fatalidades, como também está longe dos cânones ou das leis clássicas da dialética, definindo-a enquanto

[...] uma autêntica dialética do devir, da transformação e da emancipação, permite colocá-la no campo da essencialidade, na eticidade, na esteticidade, no campo do que podemos conquistar (pois não se trata de inatismo e nem de um empirismo grosseiro): a racionalidade, a colaboração, a “busca do ser mais”, a curiosidade, a esperança, a “amorosidade”, a “boa raiva”, a indignação, a liberdade (Gonçalves, 2020, p. 55).

De acordo com Fiori (1973), o processo educativo envolve a investigação e a transcende a um só tempo, mas, na medida em que a investigação também faz parte do processo educativo,

ela deve ser concebida e pensada dialeticamente. A dialogicidade é um dos importantes pressupostos teóricos que compõem a teoria do pensamento freiriano, devendo ser entendida, segundo o estudioso, como uma característica inerente aos seres humanos, já que faz parte da sua natureza histórica. Assim,

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 2005).

Desse modo, a atividade investigativa já deve ser – em si mesma – interativa e transformadora, fazendo dos homens “investigados” sujeitos de sua própria superação e realização, podendo-se dizer ou propor que os homens se conscientizem e se libertem ao investigar a si mesmos. Ao captar e objetivar junto com a comunidade suas próprias situações e desafios existenciais estratégicos, permite que a própria comunidade objetive e critique sua própria situação neste mundo através do diálogo e do exercício da reflexão crítica (Fiori, 1973).

Nesse sentido, a tarefa do educador está em problematizar os conteúdos e não apenas dissertar sobre eles. Somente por meio de uma educação problematizadora, em que educandos e educadores investigam um objeto de conhecimento, em comunhão, aprofundando suas formas de ver o mundo, ocorre a verdadeira práxis: “Na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos” (Freire, 1983b, p. 82).

Na prática da Educação Ambiental, a problematização pode explorar temas geradores por exemplo: as causas dos conflitos relacionados ao acesso e uso dos recursos naturais que se opõem aos interesses privados e públicos; as diferentes responsabilidades dos diversos atores sociais na degradação ambiental; o direito à qualidade de vida como cidadania; as diferentes formas como a tecnologia e os impactos e riscos ambientais afetam pobres e ricos, e a possibilidade de construção de ações sociais frente a essas questões, entre outros pontos que expressam as contradições e possibilidades de relacionar e integrar as múltiplas dimensões da realidade socioambiental (Lima, 2004).

Loureiro (2004a, p. 133) também defende a problematização dos temas ambientais como proposta pedagógica para a Educação Ambiental quando afirma que “não cabe ficar no plano da sensibilização, do reconhecimento do ambiente de vida, da ação no universo particular e de alterações de comportamentos individuais, é preciso articular a cotidianidade ao

macrossocial”. Logo, somente uma atuação política que gere simultaneamente transformações individuais e coletivas será capaz de gerar transformações societárias.

Para Freire (2016, p. 34), ensinar também exige ética e estética, e a passagem da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância desse rigor. Deve-se ter uma ao lado da outra para que a educação seja uma prática com “decência e boniteza de mãos dadas”. E, quando Freire diz que “só somos porque estamos sendo”, está reconhecendo que os seres humanos são criadores de sua própria história. “Estar sendo é a condição, entre nós para ser”, e o fato de sermos inacabados é o que possibilita esperar, na crença de que a prática educativa pode ser humanizadora. E ainda acrescenta:

[...] não é possível pensar os seres humanos longe ou, pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio a formação moral do educando (Freire, 2016, p. 34-35).

Nesse mesmo contexto, pode-se dizer que o exercício educativo vai além de ferramentas e técnicas que ajudam os futuros educadores; é preciso de bases teóricas capazes de orientar a construção de uma formação consciente e crítica, sobretudo na construção de uma educação transformadora, permeada por elementos artísticos, que oportunizam experiências estéticas.

Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa, foram adotados os seguintes princípios ético-metodológicos freirianos: i) a realidade como ponto de partida – é a partir do contexto social dos educandos, do conhecimento que já possuem, que as atividades serão planejadas e desenvolvidas (Freire, 1983a); ii) a cultura como forma de leitura de mundo – valorização da experiência do saber vivido, da memória e da identidade dos educandos (Freire, 1983b); iii) Arte e Estética como caminho para se chegar ao conhecimento – cuidados com a “boniteza” e com a ética no processo de ensino e aprendizagem (Freire, 2016).

A **coleta de dados** da pesquisa se deu concomitantemente à pesquisa de campo, que ocorreu de fevereiro a maio de 2023, período em que foram realizados os seis campos. Neste momento buscou-se uma aproximação junto à comunidade estudada com o objetivo de compreender a importância da investigação (Lakatos, 2017). Foram realizadas **observações livres e participantes**, que foram registradas em **diários de campo**, instrumento sempre revisitado durante o andamento da pesquisa, no qual foram anotadas as “nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas” (Minayo, 2001, p. 63).

O primeiro campo, realizado no dia 20 de fevereiro de 2023, foi um encontro com a presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim (ACMLSB), Adilma Gomes Santos, no prédio da Associação, localizado na Rua C, número 26, no Loteamento Senhor do Bonfim, Bairro Farolândia, em Aracaju-SE.

Figura 3 – Área externa da ACMLSB



Fonte: Pesquisa de Campo na Comunidade do Barrosinho, 2023.

O prédio (figura 3) dispõe de seis cômodos: duas salas de aula para as crianças do Projeto “Prevenção do Amanhã”, uma recepção, uma secretaria, um almoxarifado, dois banheiros, uma cozinha e uma área de convivência que vai da frente ao fundo da instituição. O imóvel é alugado, e, apesar de ter passado por reformas recentes, algumas paredes e partes do teto apresentam infiltrações. Nesse primeiro encontro, foi apresentada a proposta da realização da Ciranda Infantil na comunidade. Adilma se mostrou bastante entusiasmada com essa possibilidade, pois pensou que a realização da Ciranda viria a contribuir para a mobilização da comunidade para a limpeza do terreno que fica nos fundos da Associação, o qual vem lutando para se tornar a futura praça da comunidade. Precisa-se ocupar esse espaço como uma forma de chamar a atenção dos órgãos públicos para a necessidade da construção de espaços e equipamentos públicos de lazer para a comunidade. O público-alvo da ação foram as crianças (30) assistidas pelo Projeto “Prevenção do Amanhã” e suas famílias.

O segundo campo, realizado no dia 27 de fevereiro de 2023, foi uma visita ao Projeto “Prevenção do Amanhã” para um contato inicial com as crianças e observações livres e participantes do espaço e das atividades desenvolvidas pelo Projeto, que oferece apoio pedagógico a 60 crianças, no contraturno escolar, nos turnos matutino e vespertino. Na ocasião,

conversou-se informalmente com as professoras e cuidadoras, e com as crianças, sobre o projeto e as ações da Associação. Todas demonstraram muita estima pela presidente da instituição e reconhecimento por seu trabalho e sua luta por melhorias para a comunidade. Sobre a construção da praça, que também é um grande desejo das crianças, foi pedido a elas que desenhassem “o que gostariam que tivesse na praça” (Apêndice B). Os desenhos retrataram a carência de espaços e equipamentos públicos de lazer e como as crianças valorizam e gostariam que a natureza estivesse mais presente na comunidade.

O terceiro campo ocorreu no dia 11 de março de 2023 na sede da ACMLSB. As observações foram participativas, e o encontro compreendeu a primeira etapa de implementação da Ciranda, que foi a sensibilização das famílias para a participação do intercâmbio formativo na 15ª Reunião do Conselho Gestor (RCG) e da primeira Ciranda Infantil do PEAC. Realizamos a apresentação do que seria a Ciranda Infantil e a entrega dos termos de autorização de participação e uso de imagem para serem assinados pelas mães e responsáveis pelas crianças participantes da ação.

O quarto campo, realizado no dia 18 de março de 2023, compreendeu a segunda etapa de implementação da Ciranda e ocorreu no terreno atrás da Associação. Também foram realizadas observações participativas e registros fotográficos durante o mutirão de limpeza e preparação do espaço que abrigaria a Ciranda Infantil na semana seguinte.

O quinto campo aconteceu no dia 24 de março de 2023, novamente no terreno que fica nos fundos da Associação, e compreendeu o dia da realização da primeira Ciranda Infantil do PEAC. Foram realizadas observações participativas, registros fotográficos e a coleta de depoimentos, através da captação de áudios e vídeos, das crianças e dos adultos, que nos permitiram colher as impressões de como foi participar da cocriação da Ciranda Infantil.

O sexto campo, realizado no dia 20 de maio de 2023, ocorreu no prédio da Associação e correspondeu à última etapa da implementação da Ciranda Infantil, que foi o momento da socialização do processo de construção com os participantes da ação através da partilha de relatos, depoimentos, fotografias e vídeos, compilados em um vídeo documentário produzido pelo Núcleo de Educomunicação do PEAC, com a compilação de alguns dos momentos marcantes da construção e implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa.

A fim de obedecer às questões éticas exigidas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para o público-alvo desta pesquisa, neste caso os pais ou responsáveis pelas crianças, para assinatura, autorizando a participação na

pesquisa, como também o uso das imagens e das informações advindas das ações pedagógicas e do conhecimento produzido (Anexos A, B e C).

Para apresentar o processo de desenvolvimento e os resultados da pesquisa, os dados obtidos a partir das observações e da execução da Ciranda Infantil do PEAC foram tabulados para criação de quadros. Para elaboração da imagem de satélite, utilizou-se os sites *Google Maps* e *Canva*. Para os registros fotográficos e vídeos, utilizou-se uma câmera digital da marca *Canon* e um aparelho celular *Samsung Galaxy A53*. O vídeo foi editado através do aplicativo *CapCut*. Ao utilizar os instrumentos disponibilizados, foi possível a sistematização dos dados coletados e apresentá-los por meio de quadros, mapas, fotografias e vídeos, garantindo assim a efetivação dos objetivos propostos, procedimentos, análises e resultados.

Esta dissertação tem origem a partir da Linha de Pesquisa – Ambiente e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (PROFCIAMB), da Universidade Federal de Sergipe, cuja área de concentração – Ensino de Ciências Ambientais, tem por objetivo proporcionar a formação continuada dos profissionais envolvidos com divulgação e comunicação das ciências, a fim de contribuir para o aprimoramento de práticas pedagógicas passíveis de serem utilizadas nos espaços de educação formal e não-formal, de modo a fortalecer a produção, difusão e aplicação de conhecimentos didático-metodológicos associados às questões socioambientais da atualidade.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Nas voltas dessa Ciranda”, são apresentados a problemática da pesquisa, as questões norteadoras, o objetivo geral e os específicos, bem como o percurso metodológico e os métodos e técnicas que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa, que tiveram como base a fundamentação teórica; a pesquisa qualitativa; as pesquisas de campo com observações livre e participante; os registros fotográficos e a síntese dos capítulos.

No segundo capítulo, intitulado “As Cirandas Infantis e a EA Crítica em Espaços Não-Formais”, é apresentado de forma breve a trajetória das Cirandas Infantis, como se deu a sua gestação dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como se organizam esses espaços e quais os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam essa proposta educativa. Ainda neste capítulo aborda-se a trajetória histórica da EA na legislação brasileira, sobre as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento de práticas de EA em espaços de educação não-formal a partir da Lei nº 9.795/99 e se discorre sobre como os Espaços de Ciranda Infantil se configuraram em espaços educativos privilegiados para a prática da EA Crítica com crianças.

No terceiro capítulo, intitulado “Os PEAs e a EA Crítica com as Crianças de Grupos e Comunidades Tradicionais no PEAC”, é traçado um panorama geral sobre a Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Federal, mais especificamente no âmbito dos Programas de Educação Ambiental (PEAs) no licenciamento das atividades de petróleo e gás; em seguida, se apresentam o PEAC e o Projeto do Conselho Gestor e de que maneira o Programa tem contribuído para o fortalecimento dos territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais nos quais atua. O capítulo aborda ainda sobre as razões que levaram à escolha da Comunidade do Barrosinho para a realização da primeira Ciranda Infantil do PEAC.

O quarto capítulo, intitulado “Essa Ciranda é de todxs nós”, apresenta os resultados da implementação da Ciranda Infantil do PEAC, desde o processo de planejamento, elaboração, execução e sistematização das ações desenvolvidas. Ela resultou no “Produto Técnico Educacional para Ações de Educação Ambiental Crítica na Produção de Espaços de Ciranda Infantil”, que teve como objetivo partilhar a experiência da implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

Por fim, nas “Considerações finais”, rememora-se o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa, buscando-se refletir se os objetivos propostos foram alcançados a partir das atividades realizadas e se estas propiciaram a problematização sobre os conflitos e as questões socioambientais, contribuindo para o processo de auto-organização e fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos, concluindo com uma avaliação sobre os resultados obtidos, as limitações do estudo e as expectativas para o futuro.

CAPÍTULO II – AS CIRANDAS INFANTIS E A EA CRÍTICA EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS

Neste capítulo, será apresentado, de forma breve, a trajetória das Cirandas Infantis, como se deu a sua gestação dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como se organizam esses espaços e quais os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamentam essa proposta educativa. Ainda neste capítulo será abordada a trajetória histórica da EA na legislação brasileira, sobre as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento de práticas de EA em espaços de educação não-formal a partir da Lei nº 9.795/99 e como os Espaços de Ciranda Infantil se configuraram em espaços educativos privilegiados para a prática da EA Crítica com crianças⁴.

2.1 O surgimento das Cirandas Infantis dentro do MST: breve histórico

Ao longo de sua trajetória, o MST desenvolveu uma proposta pedagógica própria para atender aos interesses dos trabalhadores do campo: a Pedagogia do Movimento Sem Terra⁵, uma pedagogia forjada na luta pela terra, por justiça e por uma vida digna para os trabalhadores e as trabalhadoras do campo. Isso faz com que o tema “Educação e MST” seja um assunto de interesse para muitos pesquisadores, e já conta com uma considerável produção acadêmica, entre artigos, dissertações e teses já publicadas, além de uma diversidade de documentos elaborados e produzidos pelo próprio Movimento.

Herdeiro de um processo histórico de mobilizações de diversos sujeitos sociais coletivos em torno da questão agrária no Brasil, o MST é um dos movimentos sociais brasileiros que mais se destacam pela luta dos direitos dos sujeitos do campo. Surgiu no fim da década de 1970, quando, ao final da ditadura civil-militar brasileira, se proliferaram os conflitos entre camponeses e latifundiários por todo o território nacional, e ocorreram as primeiras ocupações de terras improdutivas no Centro-Sul do país, tendo sido fundado oficialmente em 1984 na cidade de Cascavel, estado do Paraná (Caldart, 2000).

⁴ Nesta pesquisa, tomou-se como base a abordagem histórico-cultural, que compreende a criança como um sujeito que apreende o mundo num processo dialético de interação, ou seja, que o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, das emoções, da consciência e das interações com seus pares se dá no contexto da vida social infantil, a partir da participação em atividades próprias da infância, influenciadas pelas condições de educação e comunicação presentes em seu ambiente (Vygotsky, 1926).

⁵ O MST não cria uma pedagogia, mas incorpora e recontextualiza práticas pedagógicas já construídas na história da formação humana, reinventando e conferindo a elas um sentido de educação de classe (Caldart, 2000).

No início, o Movimento esteve voltado somente à reforma agrária, mas, logo que se deram as primeiras ocupações e acampamentos, os integrantes perceberam que a luta por terra não é só lutar por terra, no centro da luta pela reforma agrária está também a luta pela mudança estrutural social, desde a distribuição de renda, empregos e moradia até a garantia de direitos fundamentais como saúde e educação (Caldart, 2000). Desde o começo havia no Movimento uma preocupação com as crianças, mas não era essa a questão central.

Em 1987, foi criado o Setor de Educação do MST em um grande encontro que reuniu representantes de sete estados brasileiros onde o movimento atuava. Nesse encontro discutiu-se sobre a formação de educadores e a implantação de escolas públicas nos assentamentos (Bihain, 2001). No início da década de 1990, surgem as primeiras creches nos assentamentos onde está organizado o trabalho coletivo nas Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs), que mais tarde passariam a ser chamadas de Cirandas Infantis.

[...] é a participação das mulheres na produção de alimentos que cria a necessidade de viabilizar um espaço próprio para as crianças. É importante salientar que, nesse período, a centralidade do debate nas cooperativas não eram as crianças e nem as mulheres, mas o debate econômico, ou seja, a necessidade de integrar o trabalho das mulheres nas cooperativas, as quais reivindicaram a necessidade de “creches” (Rossetto, 2016, p. 46).

No final de 1996, foi formada a Frente de Educação Infantil Nacional do Movimento para discutir sobre a forma como deveria ser conduzida a prática educativa das Cirandas Infantis e como oferecer um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos de idade. Havia também uma preocupação que os educadores e educadoras conhecessem propostas educativas que se aproximassem do ideário pedagógico do Movimento (Bihain, 2001).

Foi então que o MST promoveu a ida de um grupo de pessoas que formavam essa frente até Cuba para conhecer a experiência com a Educação Infantil daquele país. A prática pedagógica cubana inspirou o início do trabalho com as crianças no Setor de Educação, que passou a ser denominado “Círculos Infantis”⁶. Mais tarde, após um longo processo de discussão, passa a se chamar Ciranda Infantil, remetendo à nossa cultura popular, às nossas danças, às brincadeiras de roda, à cooperação e à força simbólica do círculo, ao coletivo e ao ser criança (Rossetto, 2009).

No período que vai de 1996 a 2001, o MST dedicou-se a uma produção teórica específica sobre a escola e o ensino. A partir de referenciais teóricos de intelectuais, como

⁶ “Os Círculos Infantis, em Cuba, são instituições formais de educação que atendem crianças na faixa de seis meses a seis anos” (Luedke, 2013, p. 100).

Lênin, Marx, Engels, Leontiev, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Pistrak, Paulo Freire, Anton Makarenko, Mao Tse-Tung, José Martí, Florestan Fernandes, Pedro Casaldáliga, entre outros, o coletivo de educadores do MST desenvolveu uma proposta de educação específica para a formação inicial e continuada dos educadores e para as crianças (Luedke, 2013).

O “Dossiê MST e Escola”, um dos mais importantes documentos sobre educação e escola produzidos pelo MST, publicado em 2005, anuncia os princípios (quadro 1) que devem orientar a formação e a prática educativa do Movimento⁷: (I) princípios filosóficos, aqueles que remetem à visão de mundo, de pessoa, de sociedade e de educação; e (II) princípios pedagógicos, que remetem ao modo de fazer e pensar a educação para consolidação dos princípios filosóficos (MST, 2005; Luedke, 2013).

Quadro 1 – Princípios da Educação no MST

Princípios Filosóficos	Princípios Pedagógicos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Educação para a transformação social; 2. Educação para o trabalho e a cooperação; 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4. Educação com e para valores humanistas e socialistas; 5. Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relação entre prática e teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Auto-organização dos/das estudantes; 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/ das educadoras; 12. Atitude e habilidades de pesquisa; 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais

Fonte: Adaptado de MST (1996, p. 6-24). Organização: Santos, Shimada e Batista, 2023.

A proposta educativa do MST visa despertar um sentimento de pertencimento entre os Sem Terra, uma consciência política e ideológica do que significa ser trabalhador(a) sem terra

⁷ Esses princípios aparecem pela primeira vez sistematizados no Caderno de Educação nº 8: Princípios da educação no MST, 1ª edição, em julho de 1996 (MST, 2005).

ou criança “Sem Terrinha”⁸. Uma educação que “quer ajudar na construção do novo homem e da nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreado” (MST, 2005, p. 164). Por essa razão a escola do MST torna-se diferenciada por ser uma escola voltada para sua realidade, que procura fazer uma crítica ao modelo de escola tradicional, predominante na maioria das escolas brasileiras.

A nossa escola coloca no centro das preocupações a realidade de nossas comunidades. Seus desafios, suas necessidades, seus problemas, suas conquistas. Transforma essa realidade em temas geradores e coloca as crianças dentro das experiências reais de trabalho, de prática produtiva e educativa. Ali elas passam a aprender coisas que não precisam ser decoradas para escrever na prova, mas sim que são importantes para a sua vida, para a vida de sua família, do assentamento, do MST, dos trabalhadores em geral (MST, 2005, p. 60-61, grifos nossos).

Nesse sentido, a Ciranda Infantil, como proposta educativa para crianças pequenas, contempla esse objetivo ao possibilitar a transformação do sujeito e a construção de suas identidades políticas. O MST (2004, p. 25) define a Ciranda Infantil como

Um espaço educativo organizado, com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança Sem Terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia, vinculando as vivências do cotidiano, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, e a autonomia [...]. São momentos e espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças receberão atenção especial, cuidado e aprenderão, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte. É muito mais que espaços físicos, são espaços de trocas, aprendizados e vivências de novas relações.

Para o MST, as Cirandas Infantis são entendidas como espaços de educação não-formal, ou seja, elas devem existir independentemente da presença ou não de escolas. Embora tenham sido pensadas inicialmente para atender à primeira infância (0 a 6 anos), por necessidade do Movimento ela passa a se estender às crianças até 12 anos. As Cirandas se organizam de duas formas: Cirandas Itinerantes, aquelas que ocorrem nos acampamentos, acompanhando o Movimento em suas ações (ocupações, assembleias, reuniões, marchas etc.), portanto são temporárias, têm data para começar e terminar; e as Cirandas Permanentes, que funcionam nos assentamentos, nos acampamentos, nos centros de formação e nas escolas do Movimento e contam com um público fixo, com periodicidade e encontros frequentes (MST, 2004).

⁸ Na definição de Caldart (2004), referem-se aos filhos dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, desde a infância, constituem uma identidade de sujeito social na luta do Movimento.

[...] as atividades pedagógicas desenvolvidas nas Cirandas Infantis consistem em vivenciar concretamente a vida social, suas contradições, e criar possibilidades de superação, na perspectiva de produzir outros conhecimentos, pensando o processo de formação em sua totalidade [...] debaixo da lona preta, debaixo de árvore, na cabana de palha, em casas de alvenaria, em barracos de tábuas, nas casas das famílias, Cirandas que funcionam somente nos fins de semanas ou somente meio período, mas todas elas têm como norteadores das suas atividades pedagógicas os princípios da proposta de educação do MST (Rossetto, 2016, p. 72).

A primeira experiência de Ciranda Infantil Nacional ocorreu em 1997, no I Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária (1º ENERA), e contou com a participação de 80 crianças de várias partes do Brasil. Mas foi a Ciranda Infantil Itinerante do IV Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 2000, a primeira organizada com intencionalidade pedagógica, na qual foram atendidas 320 crianças, que se tornou uma referência para a organização das Cirandas posteriores (Rossetto, 2016).

Figura 4 – Ciranda Infantil do acampamento das Mulheres Sem Terra em Belo Horizonte-MG, 2023



Fonte: Site do MST.⁹

⁹ Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/13/ciranda-infantil-em-mg-faz-homenagem-a-carolina-maria-de-jesus/>. Acesso em: 22 mar 2023.

Dado o grande número de crianças presentes nos encontros, mobilizações etc., o MST passa a incluir as Cirandas em todas as atividades do Movimento, o que implica a análise de seus desdobramentos em discussões sobre a preparação e formação de educadores e educadoras infantis, a necessidade de socialização de práticas de implementação das Cirandas Permanentes ou Itinerantes, a elaboração de materiais pedagógicos, a oferta de um atendimento intencional e de melhor qualidade para as crianças, a compreensão da educação coletiva e a própria compreensão da Ciranda como um espaço de educação das crianças (Luedke, 2010; Rossetto, 2009, 2016).

De acordo com o MST (2004, p. 39), os objetivos das Cirandas Infantis são:

1. Criar um espaço educativo para os filhos e filhas das famílias que participam do MST;
2. Implementar a pedagogia do MST em Educação Infantil;
3. Implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST;
4. Organizar atividades nas quais as crianças sejam sujeitos do processo;
5. Desenvolver a cooperação, de forma educativa que construa a vivência de novos valores;
6. Trabalhar a criação de vínculos e relações com os demais setores do Movimento: gênero, saúde, formação, produção, frente de massa...;
7. Garantir a formação política pedagógica permanente das educadoras e dos educadores infantis;
8. Realizar atividades em conjunto com as comunidades assentadas e acampadas, tais como produção de materiais, palestras, seminários, oficinas, etc., como prática formativa do coletivo.

Ainda de acordo com o MST (2004), para a implementação da Ciranda Infantil, os seguintes elementos devem compor a sua organização: educadores, planejamento, ambiente educativo e infraestrutura:

Educadores: devem ser pessoas adultas, podem ser uma mãe, um pai, uma jovem ou um estudante que realize um trabalho intencional, planejado e avaliado na perspectiva de que os processos de troca são educativos, o coletivo educa. **Planejamento:** deve ser organizado diariamente, semanalmente e semestralmente, com intuito de trabalhar todas as dimensões da educação infantil no MST. **Ambiente educativo:** deve ser um espaço que proporcione a relação entre as atividades que acontecem dentro e fora das Cirandas, sua relação com as famílias, a comunidade, o assentamento ou acampamento. São as vivências que materializam os valores, os princípios e a identidade de uma criança Sem Terrinha. Para isso, os ambientes internos e externos devem propiciar que diversas linguagens se desenvolvam através dos símbolos, das canções, da mística, das histórias que devem estar presentes nesse cotidiano para o reconhecimento de pertencimento ao MST. **Infraestrutura:** Dentro das possibilidades existentes para atender as necessidades básicas das crianças, a organização das Cirandas deve conter, preferencialmente: cozinha, quartos,

salas, banheiros, materiais pedagógicos, para que, as crianças, possam valer seus direitos de criança (MST, 2004 *apud* Luedke, 2010, p. 102).

Além disso, cabe destacar a forma peculiar como se organiza o tempo nas Cirandas Infantis, em “Tempos Educativos” (figura 5). Para o MST, organizar o processo educativo das crianças em diversos tempos reforça o princípio da pedagogia do Movimento, que compreende que todos os processos da vida humana podem ser formativos (Luedke, 2013; Rossetto, 2016). Desse modo, está previsto:

Figura 5 – Tempos Educativos das Cirandas Infantis



Fonte: Adaptado de MST (2010) *apud* Luedke (2013, p. 103).

Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos e Gabriela Ferreira, 2023.

O Movimento reconhece a Ciranda Infantil como esse espaço educativo no qual são compartilhadas experiências de um modo de viver que inclui processos de aprendizagens mediante situações e interações sociais basilares para a apropriação da cultura, sendo o brincar essencial para isso. Nesse sentido, elenca alguns motivos pelos quais os educadores, pais e todo o coletivo organizem-se de modo a garantir esse direito da criança:

- Brincar é uma ocupação séria para ela;
- Os brinquedos não podem brincar sozinhos, dependem da ação da criança sobre eles;
- O objetivo principal da brincadeira é simplesmente brincar;
- Brincar é uma atividade que dá prazer, dá sentido a sua vida de criança. O ato de desenvolver o brincar realiza, gratifica a criança [...];
- Brincar, ao mesmo tempo que realiza, contribui para o desenvolvimento do raciocínio, da comunicação (corporal, emocional);
- É através do brincar que a criança exercita as suas habilidades básicas de correr, saltar, equilibrar, manipular, criar, inventar, testar;
- É através do brinquedo que a criança começa a identificar, a relacionar, a compreender as pessoas, as coisas, a natureza, enfim, o mundo em que vive;
- Através do brinquedo a criança vai desenvolvendo cada vez melhor as suas ações expressando seus sentimentos e desejos através dele (MST, 1997, p. 8).

Sobre o papel das Cirandas Infantis Itinerantes, Rossetto (2016) afirma que são fundamentais porque garantem a participação das crianças na luta pela terra, mesmo diante das limitações e dos desafios, e a vivência de valores como a solidariedade, o companheirismo e o respeito pela vida. São também espaços onde as crianças aprendem a mobilizar-se, onde se auto-organizam e levantam suas pautas, onde assumem o papel de protagonistas de suas vidas e nas lutas dentro do Movimento.

Assim, podemos dizer que educar os Sem Terrinha é sempre começar de novo o caminhar. É a preservação do projeto de sociedade que o MST está construindo junto com as crianças. É cuidar dos pequenos, pois eles e elas têm possibilidades de continuar levando em frente a história do Movimento, a história da humanidade. A Ciranda Infantil, ao colocar na sua proposta pedagógica, no eixo central, a questão agrária, a luta pela terra e pela transformação de sociedade, desenvolve coletivamente um avanço na direção de uma educação emancipatória (Rossetto, 2016, p. 223).

O documento “Crianças em Movimento: as mobilizações infantis no MST”, da coleção Fazendo Escola, caderno n. 2 (MST, 1999), caracteriza como os principais tipos de mobilização infantil do MST: os Encontros dos Sem Terrinha, ou Encontro das Crianças Sem Terra; Acampamento-escola; as Ocupações de órgãos públicos; a Participação em feiras de ciências, olimpíadas e festivais; os Concursos nacionais (de redação, desenhos etc.). As mobilizações infantis também resultaram em alguns trabalhos produzidos para e com as crianças, dentre os quais vale destacar o “Jornal das Crianças Sem Terrinha”, os CDs Plantando Ciranda (I, II e III) e o documentário “Sem Terrinha em Movimento” (Rossetto, 2016).

As mobilizações organizadas educam porque incentivam a planejar, executar, e avaliar em conjunto. Ensinam que, para não perder tempo e para fazer história, faz-se necessário sistematizar tudo o que fizemos, principalmente as lições que tiramos de cada ação [...] (MST, 1999a, p. 26).

Figura 6 – Crianças Sem Terrinha marcham até a Praça dos Três Poderes durante o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terra em Brasília-DF, 2018



Fonte: Site do MST.¹⁰

A experiência da Ciranda Infantil do MST tornou-se referência nacional e internacional para outras organizações camponesas, bem como para outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Passou a ser referência, também, para alguns movimentos que compõem a Via Campesina Internacional como: Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), da Argentina, e União Nacional dos Camponeses (UNAC), de Moçambique (Luedke, 2010). Já é comum encontrar Espaços de Ciranda Infantil em encontros, reuniões, cursos de formação e congressos de associações, sindicatos e outros organismos sociais, que passam a reconhecer a necessidade de contemplar a participação das crianças nesses espaços.

¹⁰ Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/25/durante-passeio-cultural-em-brasilia-sem-terrinh-entregam-manifesto-no-mec/> Acesso em: 22 jan. 2023.

Certamente que não seria possível resumir de maneira satisfatória tantos anos de história neste breve item, de modo que o que se pretendeu foi apresentar, sinteticamente, um pouco do que foi a trajetória da experiência das Cirandas Infantis dentro do MST, como se constituíram e o modo como se estruturam esses espaços. Denota-se que as questões da infância e da educação das crianças Sem Terra têm avançado a partir de um processo dialético de ação-reflexão-ação que tem modificado a prática e a teoria sobre a infância para o MST, que tem na Ciranda Infantil um espaço favorável para a vivência dos valores socialistas e humanísticos do Movimento, onde as crianças se desenvolvem por relações de respeito, cuidado e responsabilidade umas com as outras e com o planeta.

No próximo subtópico, será abordada a trajetória da EA na legislação brasileira, tema que já era considerado pela comunidade internacional como um imprescindível instrumento de sensibilização para práticas ambientais mais sustentáveis e que teve, na promulgação da Lei Federal nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a definição das orientações políticas e pedagógicas para a EA. A discussão irá perpassar ainda as possibilidades e os desafios para a prática da EA nas diferentes modalidades e espaços de educação.

2.2 A Lei Federal nº 9.795/99 e a EA em Espaços Não-Formais: possibilidades e desafios

Para dar início a um diálogo que caminhe entre as possibilidades e os desafios para a prática da EA em espaços de educação não-formal, é preciso considerar que tanto a educação quanto a questão ambiental devem ser entendidas como campos de conhecimento e de ação dos agentes sociais, ambas permeadas por um conjunto de categorias conceituais que, dependendo das conexões que se estabelecem entre elas e dos significados que cada conceito adota, formam diferentes correntes e perspectivas políticas e teórico-metodológicas (Loureiro, 2004b).

Ao longo de meio século, se tem discutido sobre a relação entre as questões ambientais e o papel da educação em diversos eventos nacionais e internacionais. Dentre esses eventos a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo), em 1972, e a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (Geórgia), em 1977, destacam-se como principais propulsores das discussões sobre EA e que resultaram no “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, elaborado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Esse documento, considerado a principal referência para muitos educadores ambientais, destaca-se por se tratar do posicionamento da sociedade civil organizada em entidades ambientalistas (Tozoni-Reis, 2006). Ele reconhece a EA como direito de todos os cidadãos e convoca as populações a assumirem suas responsabilidades, individual e coletivamente, para cuidar do meio ambiente:

[...] a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário (Fórum Internacional das ONGs, 1992).

O quadro 2 apresenta um breve resgate da trajetória histórica da EA no Brasil, de 1973 a 2018, através da criação de leis, decretos e resoluções que estabeleceram as Políticas Públicas nacionais relacionadas à defesa do Meio Ambiente. O tema “meio ambiente” aparece pela primeira vez em 1973, vinculado a um órgão estatal por meio da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), explicitando, entre suas atribuições, a promoção do “esclarecimento e educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007).

Em 31 de agosto de 1981, com a promulgação da Lei Federal nº 6.938, estabeleceu-se a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”, e, para tanto, impôs como um dos princípios a “EA em todos os níveis de ensino e a conscientização para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1981). No ano de 1987, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) aprovou o Parecer 226/87, que considerava a necessidade da inserção da EA nos conteúdos dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio. E um ano depois, em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 225 (§1º, inciso VI), elevou a EA ao status do direito quando incumbiu ao Estado essa função, surgindo assim o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à EA (Brasil, 1988).

Na legislação educacional brasileira, a primeira menção à EA aparece implicitamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Federal nº 9.394/96), lei que regulamenta o sistema educacional (público e privado) do Brasil (da Educação Básica ao Ensino

Superior), a qual, em seu artigo 32, inciso II, exige para o Ensino Fundamental, a “compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”; e, no artigo 36, §1º, segundo o qual os currículos dos Ensinos Fundamental e Médio “devem abranger, obrigatoriamente, [...] o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007).

Em 1997, ocorre a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, evento que reuniu educadores, estudantes, sociedade civil e diversas autoridades, tendo sido considerado um marco para a Educação Ambiental no Brasil. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação aprovou o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como subsídio para que as escolas desenvolvam o seu projeto educativo, indicando práticas, atitudes e valores para o convívio escolar, assim como temas sociais considerados urgentes, denominados como temas transversais (Brasil, 1997). Estes já apontavam o tema “Meio Ambiente” como um tema transversal, ou seja, este deveria perpassar todas as áreas de conhecimento, garantindo a interdisciplinaridade, a construção do conhecimento e a discussão das questões socioambientais.

Mas foi em 27 de junho de 1999, com a aprovação da Lei nº 9.795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que a EA passou a ser considerada como “um componente essencial e permanente da educação nacional” (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.795/99). Desse modo, a PNEA vem qualificar a EA indicando seus princípios e objetivos, os atores responsáveis por sua implementação, seus âmbitos de atuação e suas principais linhas de ação (Layrargues, 2007). Em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) no Brasil, reafirmando a garantia da EA em todas as etapas de ensino (Brasil, 2012).

Quadro 2 – Trajetória histórica da Educação Ambiental no Brasil



Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos e Gabriela Ferreira, 2023.

Em seu artigo 1º, a Lei nº 9.795/99 define a EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,

essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999). Nos artigos seguintes, a Lei trata da necessidade da existência da EA em todos os níveis e modalidades do processo educativo, bem como de assegurar a todos esses direitos, conforme se observa a seguir:

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.
 Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II – às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; [...]. VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (Brasil, 1999).

Dos artigos 9º ao 12, a Lei trata do âmbito da ação da EA em caráter formal (educação escolar). Destacam-se os artigos 9º, que reforça a obrigatoriedade da presença da EA em todas as modalidades e níveis de ensino (da Educação Básica à Educação Superior), e o artigo 10º, que, em seu §1º, veta a implantação da EA como disciplina específica no currículo do ensino, mas ressalta o caráter processual e a prática integrada da Educação Ambiental, enfatiza sua natureza interdisciplinar e direciona para uma prática contínua e permanente em todos os níveis da educação formal (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007, p. 28).

A EA não-formal é tratada na Seção II, artigo 13, que define como não-formal “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. No parágrafo único desse artigo, consta a determinação de que o poder público deverá incentivar, entre outros, a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal e a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental (PEAs) em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais (Brasil, 1999).

Em face da diversidade de entendimentos sobre o conceito de educação não-formal, e do objeto desta pesquisa, buscou-se compreender o que caracteriza e o que distingue a educação formal (EF) da educação não-formal (ENF) a partir de autores que vêm se debruçando sobre essa temática. Maria da Glória Gohn (2015), pesquisadora que é considerada referência no

assunto, considera a ENF como uma área carente de pesquisa científica e defende que “trata-se de um campo valioso para dar sentido e significado às próprias lutas no campo da educação visando à transformação da realidade social” (Gohn, 2006, p. 37). Segundo a autora, é comum a comparação entre ENF com a EF, e muitos autores utilizam o termo como sinônimo de educação informal (EI). A autora faz uma distinção entre as três modalidades, demarcando seus campos de atuação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (Gohn, 2006, p. 28).

De acordo com Fávero (2007), a terminologia formal/não-formal/informal é de origem anglo-saxônica e foi introduzida na área da educação a partir dos anos de 1960, mas muito antes disso atividades e experiências diversas eram classificadas como extracurriculares. Foi pela necessidade de reconstrução social, após a Segunda Guerra Mundial, que se instaurou a chamada “crise da educação”, impulsionando a busca por maior planejamento educacional e valorização de todas as atividades e experiências consideradas não-escolares, abrangendo da formação profissional à cultura em geral. Para o autor, esse foi o momento da defesa da educação permanente, que cobriria todas as idades e todos os aspectos da vida de uma pessoa e mesmo de uma coletividade. Nesse processo, o autor explicita:

Nos anos 1970, o Internacional Council for Educational Development (IECD), atendendo a solicitações da UNESCO e do Banco Mundial, e algumas universidades americanas, especialmente a Michigan State University, financiadas pela Aliança para o Progresso, realizaram centenas de pesquisas em todo o mundo para descobrir as formas mais interessantes e mais “produtivas” de educação não-formal ou extra-escolar. No caso dos países pobres, esse interesse estava intimamente ligado às preocupações internacionais com a eliminação da pobreza, em parte justificadas por razões humanitárias, mas na verdade motivadas por razões de política e segurança (Fávero, 2007, p. 615).

No Brasil, o termo não-formal ganha notoriedade a partir dos anos 90 com atividades ocorrendo paralelamente à frequência escolar. De lá para cá, prevaleceu o modelo tradicional de ensino e aprendizagem nos sistemas escolares, entretanto a organização do ensino passou diversas vezes por reformulações, baseadas em críticas à escola e em propostas de alternativas

metodológicas e/ou novos modelos de educação e pedagogias fora dos sistemas formais (Simson; Fernandes; Park, 2007, p. 23).

Gadotti (2005) destaca que usualmente é comum encontrar a definição para ENF como o contrário de EF, como se uma fosse a negação da outra, mas que isso não se sustenta. Segundo o autor, “toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente”, e aponta as categorias “espaço” e “tempo” como fundamentais para compreender a diferença entre as duas modalidades:

São múltiplos os espaços da educação não-formal. Além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não-formal) temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria espaço é tão importante como a categoria tempo. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços (Gadotti, 2005, p. 2).

Ainda sobre as diferenças entre as duas modalidades, Gadotti (2005) afirma que a ENF é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática que a educação tradicional. Enquanto a EF depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo e está subordinada a órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação, os programas da ENF não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”, têm duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. Segundo o autor, não se trata de opor a EF à ENF, mas “trata-se de conhecer melhor suas potencialidades e harmonizá-las em benefício de todos e, particularmente, das crianças” (Gadotti, 2005, p. 3).

Para as pesquisadoras brasileiras Simson, Fernandes e Park (2007), de um modo geral, na ENF a transmissão do conhecimento acontece de maneira não obrigatória e sem a existência de mecanismos de repreensão em caso de não ocorrer o aprendizado, pois as pessoas estão envolvidas no e pelo processo de ensino e aprendizagem e têm uma relação prazerosa com o aprender. A ENF possibilita experiências únicas por considerar os desejos das pessoas envolvidas em cada proposta educacional e por possibilitar que educandos e educadores experimentem papéis sociais que não são exatamente aqueles vivenciados como alunos e professores (Simson; Fernandes; Park, 2007).

Da mesma forma que há uma discussão sobre as conceituações para EF e ENF, assim também ocorre com a definição para espaços não-formais. Jacobucci (2013) sugere duas categorias de classificação para os espaços de educação: instituições e os locais que não são

instituições (não-instituições). Na categoria instituições, estariam os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas (Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, entre outros). Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria não-instituições (teatro, parques, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, entre outros inúmeros espaços). Dessa forma, segundo a pesquisadora, os espaços formais de educação compreendem os espaços das instituições educacionais, enquanto os espaços não-formais se relacionam com instituições cuja função básica não é a EF e com lugares não-institucionalizados.

Para Gohn (2010), a ENF compreende os aprendizados e o compartilhamento de experiências que ocorrem fora dos muros da escola, em espaços de ações coletivas, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nos programas de formação de direitos humanos, nas atividades das ONGs, em programas de inclusão social e, principalmente, no campo das artes, educação e cultura. A autora defende os espaços de ENF como auxiliares da EF, ressaltando a importância da EF e destacando que a ENF não é sua substituta.

Em se tratando da EA, Guimarães (2007) aponta como pressuposto para uma abordagem relacional ser imprescindível trazer a realidade de fora para dentro da escola, retornando com ações educativas para a comunidade. Para o autor, esse processo é capaz de tornar a sala de aula um ambiente educativo propício para o desenvolvimento de uma EA crítica, que se inicia na escola, mas que se realiza para além de seus muros. Entretanto, o que se vê predominar nas instituições formais de ensino, de um modo geral, tem sido uma EA conservadora, voltada para o espaço interno da escola, “onde o que se diz e se faz não está conectado com a realidade vivida, em que tradicionalmente se reduz a possibilidade educativa a uma perspectiva conteudista de transmissão de conhecimentos como uma finalidade em si” (Guimarães, 2007, p. 93).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012) classificam a EA como “uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental” (Brasil, 2012, p. 2). Em seu artigo 12, estabelecem os fundamentos e os princípios a serem observados pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior para as práticas de EA:

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

Em 2004, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que teve sua primeira edição em 1994, passou por uma importante reestruturação, reunindo diversos gestores ambientais a partir de um procedimento democrático de discussão e interlocução entre o MEC e o MMA, e destes com universidades e organizações da sociedade civil, o que elevou a EA a um “novo patamar de compreensão do processo educativo” quando, ao estabelecer os princípios e diretrizes para a EA no Brasil, retoma pressupostos educacionais alinhados com perspectivas pedagógicas críticas e emancipatórias: “a transformação simultânea das condições individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, que expressa a concretude do ato educativo na superação das formas alienadas de existência e das dicotomias entre sociedade/natureza” (Loureiro, 2004a, p. 15).

Ao dividir as linhas de ações da EA em duas grandes frentes de trabalho – Formal e Não-Formal –, o ProNEA delegou ao Ibama o comprometimento sobre esta última. Segundo Quintas (2004), o objetivo primordial da EA desenvolvida pelos educadores do Ibama é proporcionar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes, tanto individuais quanto coletivos, que sejam significativos na gestão do uso dos recursos naturais.

Sobre a definição de EA em espaços não-formais como sendo “os processos educativos praticados fora do currículo escolar”, como consta na Lei nº 9.795/99, Quintas (2004) afirma que a referida lei pouco ou nada diz sobre o quê e como se opera nessa modalidade de ensino, argumentando que “pode-se conhecer bastante sobre EA formal, mas continua-se ignorando o que qualifica a chamada EA não-formal” (Quintas, 2004, p. 116). O autor propõe que a EA não-

formal seja caracterizada e qualificada a partir de sua prática, partindo do espaço em que ela se produz, neste caso, o âmbito da gestão ambiental pública (assunto que será abordado no próximo capítulo).

No que se refere à operacionalização da EA para os diferentes níveis e modalidades de educação, Lipai, Layrargues e Pedro (2007, p. 30) advertem que a PNEA apenas aponta algumas diretrizes comuns, tais como: “a visão da complexidade da questão ambiental, as interações entre ambiente, cultura e sociedade [...] além dessas diretrizes comuns, existem aspectos da educação e da dimensão ambiental que podem ser desenvolvidos em cada nível e modalidade”. Os autores assinalam que, para o ensino da EA, na fase compreendida dos 4 aos 12 anos, “é importante enfatizar a sensibilização com a percepção, interação, cuidado e respeito para com a natureza e a cultura, destacando a diversidade dessa relação”, ficando o raciocínio crítico, reflexivo e interpretativo para as fases posteriores (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007, p. 30).

Desse modo, foi possível concluir até aqui que a PNEA tratou de traçar as orientações políticas e pedagógicas para a EA, apresentando conceitos, princípios e objetivos que podem ser ferramentas educadoras, mas que a existência da lei em si não é o suficiente, “somente quando se compreender a importância do que ela tutela ou disciplina, captando seu sentido educativo, é que ela pode ser transformadora de valores, atitudes e das relações sociais” (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007, p. 32) e que, seja qual for a modalidade de EA (EF ou ENF) ou o espaço em que ocorra, as ações educativas precisam estar impregnadas de sentido, partindo do contexto em que os educandos estejam inseridos, de modo que possam se apropriar de tais conhecimentos para transformar a si mesmos e a sua realidade.

O próximo subtópico abordará como a Ciranda Infantil, enquanto espaço não-formal, se configura em um espaço educativo propício para o desenvolvimento de práticas de EA pautadas numa perspectiva crítica e emancipatória com crianças e de que forma esses espaços contribuem para formar para o enfrentamento dos desafios socioambientais, para uma educação política e para o pleno exercício da cidadania.

2.3 A Ciranda Infantil como espaço educativo para a EA Crítica com crianças

A Ciranda Infantil nasceu em um contexto de lutas por mudanças estruturais, por/pela terra, por trabalho, por melhores condições de vida, por saúde e por educação dentro do MST.

Não uma educação qualquer, mas uma educação omnilateral¹¹, que respeite as especificidades e necessidades das crianças do Movimento, espaço de formação humana, intencionalmente organizado, para promover atividades repletas de sentido, processos de aprender e se desenvolver por meio das relações de cooperação, experiências compartilhadas de um modo de viver capaz de ressignificar a maneira de estar no mundo.

As perspectivas sobre o papel da educação na formação dos sujeitos e na sociedade variam conforme as distintas concepções de desenvolvimento humano e de sociedade. Ao longo dos tempos, a história testemunhou disputas hegemônicas e o surgimento de diversas correntes pedagógicas, sempre entrelaçadas com o contexto social, originando-se a partir de paradigmas políticos e filosóficos que fundamentam as sociedades humanas. Nesse sentido, é compreensível que não existe uma única abordagem educacional, visto que suas práticas se entrelaçam com a cosmovisão na qual estão inseridas e os objetivos que almejam atingir.

Nos trabalhos de Carvalho (2004) e Tozoni-Reis (2004), nos deparamos com importantes indagações sobre o papel da educação e, em especial, da Educação Ambiental Crítica. Carvalho (2004) busca esclarecer os fundamentos subjacentes à qualificação da educação como “ambiental”, levantando a questão do porquê não nos contentamos unicamente com o termo “educação”, uma vez que toda educação, por sua natureza, não seria intrinsecamente ambiental?

Ao enfatizar o elemento “ambiental” na educação, ela explica que o objetivo é ressaltar uma dimensão, ênfase ou característica que, embora possa ser relevante para os princípios amplos da educação, estava anteriormente subentendida, “diluída, invisibilizada, ou mesmo negada por outras narrativas ou versões” (Carvalho, 2004, p. 16). Por sua vez, Tozoni-Reis (2004) defende que a Educação Ambiental Crítica está no centro das discussões no campo da educação. Ao abordar o conceito de educação, a autora busca evidenciar que, enquanto prática social construída historicamente, a educação se constitui em espaço de disputas entre diferentes perspectivas de mundo, de homem e de sociedade. Assim,

[...] a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que

¹¹ Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265).

poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais (Tozoni-Reis, 2004, p. 145).

As diferentes concepções de EA desempenham papéis distintos na compreensão e na busca por soluções para a problemática socioambiental. Elas são classificadas por diferentes autores a partir de seus pressupostos teóricos. Layrargues e Lima (2014) apresentam a divisão da Educação Ambiental em três grandes macrotendências: conservacionista, crítica e pragmática.

A corrente conservacionista remonta ao surgimento da EA no Brasil e está vinculada à ecologia, à afetividade em relação à natureza e à mudança comportamental. Frente à inevitável degradação ambiental decorrente da modernização e às dificuldades em compreender as verdadeiras relações entre sociedade e natureza, desenvolveu-se a lógica do “conhecer para preservar”, ou seja, acreditava-se que, através da educação e do desenvolvimento tecnológico, era possível reverter os danos causados ao meio ambiente (Layrargues; Lima, 2014).

No início da década de 90, a partir da revolução tecnológica, surge a vertente pragmática, pautada no consumo sustentável, na racionalização do consumo, na coleta seletiva, na reciclagem, nas tecnologias limpas/verdes, na ecoeficiência etc. Dentro dessa linha de pensamento, não se encontram análises contextualizadas e interligadas acerca das origens e ramificações das questões ambientais, o enfoque recai unicamente na busca por resoluções dentro das fronteiras do sistema capitalista, evitando transpor para esferas políticas ou econômicas mais amplas (Layrargues, Lima, 2014).

Finalmente, a abordagem crítica, que visa “contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade”. Os conceitos essenciais para esta vertente incluem “cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental e transformação social”. Esses conceitos evoluíram principalmente no ambiente acadêmico e conquistaram presença marcante nos debates, embora muitas vezes tenham sofrido a influência pragmática do mercado, que transforma a educação em mercadoria e perpetua a lógica econômica. Nesse percurso, os objetivos de promoção da cidadania, da esfera pública e da educação política acabam ficando em segundo plano (Layrargues; Lima, 2014, p. 33).

Loureiro (2004b) aponta que, do ponto de vista metodológico, para alcançar esse objetivo, a EA precisa estar integrada à educação formal e à não-formal, estreitar a relação entre a escola e a comunidade, o planejamento tanto de atividades curriculares como extracurriculares, a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico e a interconexão entre

as atividades cognitivas e os diversos contextos, incluindo aspectos materiais, econômicos e jurídicos, entre outros. Além disso, ressalta a importância das metodologias ativas para fomentar a interação e a cidadania no âmbito dessa abordagem.

Segundo Freire (2016), a cidadania não é transmitida, ela surge do aprendizado prático adquirido através do constante aprimoramento da conscientização e da assimilação das experiências vivenciadas. Durante esse processo, o sujeito (educando) reconhece a si mesmo como agente de transformação da realidade, um ser político que atua no mundo, engajando-se ativamente em tomadas de decisão. Nesse sentido, Reigota (2009) afirma que a EA deve ser considerada também como uma educação política, na medida em que ela deve preparar os cidadãos para exigir e construir uma sociedade socialmente justa e ética nas relações sociais e com a natureza.

Como ficou evidenciado no início deste capítulo, as Cirandas Infantis são espaços regidos por princípios filosóficos e pedagógicos (quadro 1) que propõem uma educação omnilateral, ou seja, estão voltadas para as várias dimensões do ser humano, uma educação entendida como um processo permanente de formação e transformação humana e social (MST, 1996). Tais princípios dialogam com a perspectiva crítica e emancipatória da EA por ser essa uma prática social que visa assegurar que as questões socioambientais estejam vinculadas aos processos sociais, procurando interferir e transformar essa realidade (Loureiro, 2007).

Desse modo, o que se pretende a seguir trata-se de elucidar sobre o que torna as Cirandas Infantis espaços educativos próprios para o desenvolvimento de práticas de EA Crítica com crianças. Para tanto, serão considerados três elementos que se configuram como estruturantes para a construção de um Espaço de Ciranda Infantil com essa finalidade, identificados a partir da observação da experiência com as Cirandas Infantis do MST, são eles: **Espaço, Tempo e Relações**.

2.3.1 O espaço educativo

Os diversos estudos indicam que as Cirandas Infantis, conforme foram concebidas pelo MST, representam um grande avanço e têm contribuído para a realização de análises e discussões acerca das interações entre Educação, Infância e Criança. Ao intencionar uma formação omnilateral, o MST identifica na Ciranda Infantil um ambiente educacional de “trocas e vivências coletivas”, no qual são experienciadas um modo de vida que engloba processos de aprendizagem geradores de desenvolvimento humano através de situações e interações sociais fundamentais para a apropriação cultural.

Para o MST e o Setor de Educação, o ambiente educacional da Ciranda Infantil corresponde a tudo o que ocorre em seu contexto, abrangendo o seu funcionamento, os eventos que ocorrem nela e a maneira como os educadores interagem com as crianças, com as famílias, com a comunidade assentada ou acampada, entre outros aspectos. De acordo com Rossetto (2009), a organização do ambiente educativo nas Cirandas Infantis se dá conforme a realidade em que elas estão inseridas. Segundo a autora, muitas Cirandas enfrentam dificuldades em acessar recursos pedagógicos, no entanto isso não as impede de conduzir uma prática educacional com foco na promoção da emancipação humana.

Em sua pesquisa, Rossetto (2009) relata a experiência das construções dos “Parques Infantis Alternativos”¹² quando o Movimento se viu diante do desafio de construir espaços e recursos pedagógicos que pudessem ajudar na formação e na prática dos educadores infantis. Trata-se de espaços criados com o propósito de proporcionar aos assentamentos áreas de recreação infantil que facilitem o encontro entre as crianças, oferecendo condições excepcionais para o desenvolvimento de brincadeiras e interações entre todas as crianças dos assentamentos ou acampamentos.

O nome “Parque Infantil Alternativo” deriva do fato de que boa parte do material utilizado são sobras de material de algumas construções nos assentamentos ou acampamentos; por isso, alternativo. Trata-se de troncos de madeiras, manilhas, caixote para frutas, tábuas, ripas, ou seja, materiais que são encontrados nos assentamentos ou acampamentos. Este jeito de construir o espaço é uma das formas que o MST encontrou, mesmo porque os assentados não disponibilizam de renda para este fim. Sabendo da importância deste espaço e das possibilidades educativas que as crianças vivenciam ao se encontrarem, o MST procura incentivar os assentados e acampados a construir os Parques Infantis Alternativos para os Sem Terrinha (Rossetto, 2009, p. 112).

Além de brincar, conviver e relacionar-se com seus pares, as crianças desenvolvem autonomia e responsabilidade nas decisões individuais e coletivas e aprendem a estabelecer regras necessárias no processo de convivência. Nesses momentos educativos e divertidos, as crianças também estão postas diante de suas questões históricas, sociais, culturais e políticas, descobrindo-se capazes de criar, recriar e aperfeiçoar suas brincadeiras. Com isso, elas desenvolvem formas mais amplas de relacionar tais experiências com a sua realidade.

¹² O MST criou a cartilha “Orientações para a construção de Parque infantil Alternativo”, de circulação interna, contendo orientações sobre medidas e ideias para a construção de brinquedos alternativos que fazem parte do parque (Rossetto, 2009, p. 111).

Assim, podemos descobrir e valorizar a criança não só como indivíduo capacitado de corpo e mente, mas sim, como uma pessoa que possui conhecimentos, sentimentos e precisa, acima de tudo, de um espaço, de um tempo e de atenção para o ser criança, o ser Sem Terrinha (Rossetto, 2009, p. 113).

Portanto, o espaço da Ciranda Infantil para o MST tem a intencionalidade de ser um ambiente educativo na medida em que coloca em prática a pedagogia e a organicidade do Movimento a partir dos seus princípios filosóficos e pedagógicos, tendo as crianças como sujeitos do processo educativo, garantindo a elas vivências de valores como solidariedade, cooperação, divisão de tarefas, respeito mútuo, o cultivo de afetos e a formação de vínculos com os seus pares e os demais membros da comunidade/do movimento.

Contrapondo os espaços de educação formal, nos quais as práticas educativas de EA estão mais alinhadas às macrotendências conservacionista e pragmática, cujas ações costumam se dar de modo ingênuo, fragmentado e descontextualizado, muitas das vezes se restringindo a datas comemorativas (Dia da Água, Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente etc.), (Layrargues, Lima, 2014), uma EA capaz de contribuir no enfrentamento da crise socioambiental em que nos encontramos é aquela que se preocupa em criar um ambiente educacional que proporcione a participação dos educandos, de modo que a aprendizagem se dê de forma vivencial, e a experiência do conhecimento tenha uma ação intencional e política, capaz de intervir na realidade, modificando-a (Guimarães, 2007).

Dessa maneira, compreende-se que um espaço de Ciranda Infantil em que se deseje desenvolver ações de EA crítica precisará estar coerente com os pressupostos teóricos que fundamentam essa proposta educativa, ou seja, o ambiente educativo deverá estar preparado para os sentidos e os significados das práticas pedagógicas que ali serão realizadas.

2.3.2 A organização do tempo educativo

As Cirandas Infantis do MST organizam-se em Tempos Educativos¹³, “entendendo que todos os processos da vida humana podem ser formativos, desde que organizados e intencionalizados de tal forma” (Luedke, 2013; Rossetto, 2016). Na centralidade do processo pedagógico, estão o papel de protagonismo das crianças, suas necessidades na organização das atividades e de sua vida, e não uma organização para satisfazer a conveniência do educador/educadora.

¹³ Os tempos educativos como estão descritos nos documentos do MST (1999) sugerem que os educadores e educadoras olhem para a realidade e para as necessidades das crianças, para melhor planejar a organização do trabalho pedagógico (Rossetto, 2016, p. 124).

Dessa forma, pensar a educação das crianças nas Cirandas Infantis é pensar e implementar um processo que envolve os tempos educativos, compreendendo as contradições para transformá-las em possibilidades. Isso significa que esse trabalho pedagógico deve ser planejado com o objetivo de contribuir no processo de educação desses sujeitos, tornando-o um processo de formação humana mais plena. Assim, para organizar o ambiente educativo é preciso saber fazer as escolhas e tomar as decisões a cada situação que ocorre na Ciranda, em cada tempo que constitui o dia a dia, buscando a coerência com os objetivos, os valores e os princípios que orientam o projeto de sociedade que o Movimento está construindo (Rosseto, 2016, p. 124).

Os tempos educativos nas Cirandas Infantis do MST são implementados em cada prática educativa conforme as condições materiais e a realidade dos sujeitos, atendendo às particularidades de uma Educação Infantil do campo, que se desenvolve em um ritmo diferente em comparação à Educação Infantil nas áreas urbanas. Aos educadores e às educadoras do Movimento, cabe a tarefa de “articular o tempo [...] considerando a organização da vida e do trabalho, o tempo com o período da estiagem ou das cheias, como de produção e da colheita, com o tempo do extrativismo ou tempo do cuidar dos animais etc.” (Silva; Pasuch, 2012 *apud* Rosseto, 2016, p. 125).

Para o MST, organizar o processo educativo das crianças em diversos tempos reforça o princípio da pedagogia do Movimento de que “a escola não é um lugar somente de estudar, além disso, ela é também um lugar de formação humana, e as dimensões da vida devem ter lugar nessa pedagogia”. Desse modo, os tempos educativos contribuem para o processo de organização das crianças, “garantindo o espaço para suas brincadeiras, peraltices e sua participação coletiva” (MST, 1999 *apud* Rosseto, 2016, p. 128).

A maneira como o tempo educativo está organizado na Ciranda Infantil do MST assegura que as crianças explorem um amplo espaço que se estende para além dela, proporcionando-lhes a oportunidade de interagir com os diversos elementos da natureza (solo de terra, grama, vegetação densa, canteiros de plantas, fogo, sementes, animais, água etc.) durante suas atividades lúdicas. Esses elementos estão acessíveis às comunidades que estão nos assentamentos e acampamentos. Conseqüentemente, subir em árvores, balançar-se em cipós, brincar com terra e água, tomar banho no rio e brincar com os animais fazem parte da vida das crianças dos assentamentos (Rosseto, 2016).

Em contraponto a essa realidade, nas instituições de ensino formal, as crianças geralmente permanecem por horas em espaços fechados, apropriando-se de conteúdos que muitas vezes estão distantes de seus interesses e suas realidades, em processos de aprendizagem

que dão ênfase ao desenvolvimento cognitivo. Trata-se de uma educação que reproduz a premissa da separação entre seres humanos e meio ambiente.

A educadora, ambientalista e pesquisadora Lea Tiriba cunhou o termo “emparedamento da infância” para definir as práticas de contenção das crianças em espaços internos, por grande parte do tempo, privando-as de realizar atividades ao ar livre e da liberdade de brincar com água, areia ou terra, e aponta para a existência de conexões entre a degradação do meio ambiente e as condições de emparedamento em que as crianças se encontram (Tiriba, 2018). Afinal de contas, como seremos capazes de educar para atitudes ambientais fundamentais à sustentabilidade do planeta se não possibilitarmos às crianças estabelecerem vínculos com a natureza desde pequenas?

De acordo com Guimarães e Vasconcellos (2006), os espaços de educação não-formais possuem características que os tornam excepcionais para a promoção de ações de EA, uma vez que permitem uma maior liberdade na seleção e organização de conteúdos e metodologias, o que amplifica as possibilidades interdisciplinares e de contextualização dos temas desenvolvidos. Usufruindo da condição de liberdade para criar e gerir os conteúdos e o tempo educativo das atividades na Ciranda Infantil, diferentemente do que ocorre nos espaços formais, ao educador é permitido desenvolver um ritmo que respeite a potência das experiências vividas pelas crianças, optando pela alternância saudável entre momentos de contração, expansão e pausas, com atividades que atendam às suas necessidades de aprendizagem e ao seu desenvolvimento.

2.3.3 A dinâmica das relações, o brincar e o protagonismo da criança

“Ser criança é ser feliz, para ser feliz tem que brincar, para brincar tem que sorrir, para sorrir tem que lutar!”¹⁴

O MST sustenta a proposição de que o ato de brincar é uma questão séria e uma parte indispensável na vida da criança, representando uma experiência profundamente humana de influência sobre o mundo e as concepções, de criação e atribuição de significado ao mundo. “A criança também aprende brincando, aguça sua curiosidade e desperta criatividade, por isso, a importância de valorizarmos o brincar e de brincarmos com as crianças” (MST, 2011, p. 33).

Segundo Vygotsky (1998), o brincar é uma atividade cultural e, portanto, uma atividade caracteristicamente humana. O autor refere-se à brincadeira como uma maneira de expressão e

¹⁴ Trecho do *Manifesto das Crianças Sem Terrinha*, apresentado durante o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, realizado em Brasília-DF, de 23 a 26 de julho de 2018, reunindo crianças de o todo território nacional para debater a pauta da infância do MST.

apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis sociais. Através do brincar, a criança desenvolve a imaginação e a criatividade, a capacidade de fazer planos e de se apropriar de novos conhecimentos. Nessa perspectiva, a brincadeira infantil assume uma posição privilegiada para a formação do sujeito, sendo reconhecida como uma experiência importante não apenas nos primeiros anos de vida, mas durante todo o percurso da vida humana.

Ao brincar, a criança exercita a sua capacidade de criar, de tomar decisões, de planejar e imaginar, de experimentar emoções, ao se lançar em aventuras e enfrentar os desafios das brincadeiras. Através do brincar, ela também se apropria da realidade e, de maneira simbólica, expressa seus anseios, temores, emoções, impulsos, percepções e pontos de vista em relação ao ambiente que a envolve. Desse modo, o ato de brincar não é como se imagina “um simples passatempo”, ou mera fonte de prazer, trata-se de uma experiência humana profunda de criação e interação do/no mundo, e “[...] a criança brinca, pela necessidade de agir em relação ao mundo mais amplo dos adultos e não apenas ao universo dos objetos a que ela tem acesso” (MST, 1997, p. 13).

Através da ação do brincar, a Ciranda Infantil vem recuperando as várias brincadeiras que, hoje, estão esquecidas pelas crianças, pela influência tanto da industrialização dos brinquedos (prontos), quanto da televisão. Nas cirandas podemos afirmar que elas vêm potencializando o lúdico e as atividades mais coletivas (Rossetto, 2009, p. 162).

Nas primeiras Cirandas Infantis, os educadores e as educadoras infantis não eram necessariamente professores e professoras, muitas das vezes eram familiares e pessoas do próprio Movimento, adultos que ficavam responsáveis por desenvolver o trabalho pedagógico com as crianças, alguém com disposição para desenvolver o trabalho, pois o Movimento assume o princípio de que “[...] os processos de troca são educativos, o coletivo educa” (MST, 2004, p. 39). O papel dos educadores é oferecer à criança “[...] segurança quando precisar de apoio, além de conduzir, de orientar, de criar, e oferecer condições para que ela desenvolva-se com autonomia, criticidade, criatividade e espírito de cooperação, como cidadã [...]” (MST, 2004, p. 40).

Com o passar dos anos, o MST tem buscado formar em seus quadros profissionais em todas as áreas, especialmente em Educação. Tanto os cursos disponibilizados pelo Movimento como os programas de Ensino Superior realizados em parceria com as universidades buscam atender às demandas e aspirações do Movimento. A formação de educadores e educadoras infantis busca refletir o projeto educativo que o Movimento vem desenvolvendo nos

assentamentos e acampamentos, e suas práticas educativas são determinadas pelas relações sociais e pelas relações produtivas na luta pela terra. Nesse sentido, Rossetto afirma:

[...] muitas vezes, os currículos dos cursos de graduação das universidades, não dão conta da complexidade vivenciada pelos educadores e educadoras, que estão na tarefa revolucionária de educar os meninos e meninas Sem Terra. É necessário que o Movimento organize cursos específicos para além da escola, sobre pedagogias descolonizadoras, pedagogias libertárias, para os educadores e educadoras infantis, no sentido de proporcionar reflexões para realizar as atividades com as crianças (Rossetto, 2016, p. 211).

Tanto os cursos ofertados pelo Movimento quanto os cursos em nível superior têm possibilitado o acesso ao conhecimento aos educadores e às educadoras em relação às diversas brincadeiras, histórias e músicas infantis existentes nas regiões do Brasil. Através da estruturação do trabalho pedagógico e da pesquisa, esse processo formativo tem desempenhado um papel significativo no aprimoramento das abordagens pedagógicas nas Cirandas Infantis. Os educadores passam a compreender que, “ao organizar as crianças para participarem da luta, organizando o brincar, o cantar, o pular, o saltar, o estudar; elas também estão produzindo comportamentos, valores, saberes, convicções dos seus direitos” (Rossetto, 2009, p. 136).

Ao reconhecer a criança enquanto sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade individual e coletiva por meio das interações, relações e práticas vivenciadas nos diferentes espaços de convivência e de luta, o MST desenvolve a consciência sobre o lugar da infância no Movimento e, através do trabalho de base, busca garantir a existência e o funcionamento de espaços como as Cirandas Infantis para que as crianças vivenciem os princípios do MST e recebam uma educação política diferenciada, baseada em valores humanistas e socialistas, que permitem que se tornem desde cedo capazes de organizar a si mesmas, de trabalhar e de estabelecer a vida no coletivo. Com a criação das Cirandas Infantis, o MST deixa um importante legado tanto para a presente como para as futuras gerações de crianças e educadores, não somente dos/das que fazem parte do Movimento, mas todas e todos que se encontram “em Movimento”.

Assim, a proposta da Ciranda Infantil é ser um espaço que possibilite às crianças se tornarem protagonistas do seu próprio aprendizado e que possam vivenciar, através do brincar e nas relações, a potência de estarem juntas, pesquisando e partilhando dos múltiplos brincare e saberes. Enquanto espaço de educação não-formal, a Ciranda Infantil se configura um **espaço político brincante para a infância**, um ambiente educativo que dialoga com a perspectiva crítica e emancipatória da EA por promover a construção de conhecimentos de forma vivencial

e interativa, em que o conteúdo não se limita ao que está nos livros, mas está na realidade socioambiental, e por possibilitar uma educação ativa, embasada pelo princípio participativo, em que o processo formativo se contextualiza nas ações cotidianas, no sentido de intervir na realidade, transformando-a. Essas ações carregam intencionalidade como uma ação política, espaço de manifestação do exercício de cidadania em seu sentido pleno (Guimarães, 2007).

CAPÍTULO III – OS PEAs E A EA CRÍTICA COM AS CRIANÇAS DE GRUPOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PEAC

Neste capítulo, será apresentado um panorama geral sobre os Programas de Educação Ambiental (PEAs) no âmbito da gestão ambiental pública federal, o PEAC e o Projeto do Conselho Gestor, de que maneira o Programa tem contribuído para o fortalecimento dos territórios de vida¹⁵ dos povos e comunidades tradicionais nos quais atua. O capítulo tratará ainda do processo de construção da Primeira Ciranda Infantil do Programa, durante a realização da 15ª Reunião do Conselho Gestor, na Comunidade do Barrosinho.

3.1 Educação para a Gestão Ambiental: os PEAs no licenciamento da atividade de petróleo e gás

Como foi apresentado no capítulo anterior, o ano de 1981 representou um marco para a questão ambiental no Brasil, com o advento da Lei Federal nº 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que, além de dispor pela primeira vez sobre o ensino da EA, definiu como seus instrumentos o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, IV, vem determinar, entre outras incumbências do Poder Público, a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para obras e atividades potencialmente degradantes do meio ambiente.

De acordo com a legislação brasileira, o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Conama, 1997). Com esse instrumento, busca-se garantir que as medidas preventivas e de controle adotadas nos empreendimentos sejam compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Na esfera federal, essa análise é feita por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Para regulamentar as disposições relativas ao licenciamento ambiental, foram editadas diversas normas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), a exemplo das Resoluções nº 001/86, 0097/87 e 2.377/97. Segundo o artigo 8º desta última, existem três tipos de licenças a serem expedidas em processos de licenciamento ambiental a cada etapa de

¹⁵ Território de vida é um conceito definido e discutido por Enrique Leff (2016).

implantação de um empreendimento: Licença Prévia (LP – concedida na fase preliminar do planejamento da atividade), Licença de Instalação (LI – autoriza o início da implantação) e Licença de Operação (LO – autoriza, após verificações, o início da atividade licenciada) (Decreto nº 99.274/90). Cada uma dessas etapas possui condicionantes e prazos de validade próprios, que podem ser renovados. Dos empreendimentos que devem ser licenciados no âmbito federal, podem ser citados as hidrelétricas, os de energia nuclear e os marítimos (correspondem às atividades de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural) (Serrão; Mendonça, 2013).

A elaboração das condicionantes deverá estar pautada, sobretudo, na legislação e em informações contidas no estudo ambiental, e, em caso de descumprimento, estão previstas sanções legais que variam desde notificações e multas até embargos ou suspensão da licença. Durante a LI, o empreendedor deverá executar todos os programas e ações mitigadoras e compensatórias propostas, dentre eles os Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEAs), que devem ser elaborados segundo os princípios básicos da EA definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e pelo Decreto que a regulamenta (Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002) (Serrão; Mendonça, 2013). Implementados durante a etapa da LO, os PEAs surgem como uma exigência legal nos seguintes termos:

Os Programas e/ou Projetos de Educação Ambiental (PEAs) serão executados em cumprimento às medidas mitigadoras ou compensatórias, como condicionantes das licenças concedidas ou nos processos de regularização do licenciamento ambiental Federal (Ibama, 2012 *apud* Walter; Anello, 2012, p. 2).

A PNEA e seu respectivo Decreto (nº 4.281/2002) foram responsáveis pela criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, formado por dois ministérios que atuam juntos: o MEC, representado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela Diretoria de Educação Ambiental, na Secretaria Executiva, sendo esse passo apontado como decisivo para a consolidação da EA como política pública do governo (Loureiro, 2009; Sorrentino, 2007).

Durante a década de 1990 até o ano de 2007, estudos produzidos pelos técnicos da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) e da Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama foram responsáveis por formular as concepções teórico-metodológicas que passaram a orientar as práticas de EA no Licenciamento para atender a especificidades dos

grupos afetados por empreendimentos potencialmente poluidores, conforme competência do licenciamento ambiental. Teses e artigos publicados por autores como Quintas, Gomes e Uema (2006); Anello (2006); Uema (2006) e Loureiro (2009) contribuíram para a consolidação da EA no processo da gestão ambiental pública (Walter; Mendonça, 2004).

Para Quintas (2004), o principal objetivo da EA desenvolvida pelos educadores do Ibama é proporcionar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes, tanto individuais quanto coletivas, que sejam significativas na gestão do uso dos recursos naturais. O autor argumenta que, por ser produzida em espaços de tensão, a Educação no Processo de Gestão Ambiental requer profissionais especialmente habilitados, que tenham domínio de metodologias e conhecimentos específicos para o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem com sujeitos em contextos sociais diferenciados. Ele completa afirmando:

Cabe esclarecer que, ao se falar em Educação no Processo de Gestão Ambiental, não está se falando de uma nova Educação Ambiental. Está se falando sim, em uma outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações (Quintas, 2004, p. 116).

Em 2005, o CGEAM/ Ibama publica o documento “Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural”, contendo diretrizes e orientações pedagógicas para os PEAs (MMA, 2005). Em conformidade com a PNEA (Leis nº 9.795/1999 e 9.281/2012), os Programas de Educação Ambiental (PEAs) devem garantir “a participação de diferentes atores sociais, afetados direta ou indiretamente pelas atividades objeto do licenciamento em todas as etapas do processo” (Ibama, 2005, p. 8), com o aporte dos princípios básicos da EA definidos no artigo 4º da Lei nº 9.795/99:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Segundo Serrão e Mendonça (2013), esse momento compreendeu uma mudança de paradigma no “fazer Educação Ambiental” no âmbito do licenciamento federal de petróleo e gás, pois, a partir de então, o Estado é quem passou a ditar as regras sobre como e com quem desenvolver os processos de EA. O planejamento e a execução passaram a se basear em princípios como a participação e passaram a buscar uma visão mais ampla dos impactos de um conjunto de empreendimentos. Os autores ressaltam que, desse modo,

Afastou-se, assim, a visão ingênua e comportamentalista de educação, que era a tônica dos PEAs propostos pelas empresas até então. Nasce, então, uma estratégia para dar visibilidade às ações de educação ambiental, incorporando critérios metodológicos, de execução e avaliação, e obrigando as empresas em licenciamento a contratarem consultorias com qualificação em educação ambiental crítica para desenvolver os PEAs. Caberia às empresas, portanto, se adequarem — ainda que com as muitas resistências observadas — a esse novo modo de interagir com os grupos sociais afetados pela sua atividade produtiva (Serrão; Mendonça, 2013, p. 433).

Em 2012, o Ibama criou a Normativa Técnica nº 2, de 27 de março de 2012, que estabelece diretrizes e procedimentos para orientar e regular a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação de projetos de EA vinculados ao licenciamento ambiental de âmbito federal. Esse documento é considerado uma importante conquista para a EA no processo de licenciamento ambiental, uma vez que contribuiu para que os programas de EA não sejam mais executados como meras ações de cumprimento às normas (legislação) pelos empreendedores, visto que orienta para uma prática de EA voltada para o exercício da cidadania, permitindo aos sujeitos e às comunidades compreenderem as complexidades que envolvem a relação homem-natureza e os riscos e danos causados pela transformação socioambiental trazida pelos empreendimentos (Quintas, 2004). No artigo 3º da NT, o PEA

[...] deverá compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência atividades ou empreendimentos licenciamento, na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes de licença (Ibama, 2012).

Em seu anexo, intitulado “Bases Técnicas para Elaboração dos Programas de EA no licenciamento ambiental federal”, destaca-se que, na elaboração e execução dos projetos,

deverão ser priorizadas as ações de EA não-formal, voltadas à qualificação e à organização dos sujeitos da ação educativa para a proposição e/ou a formulação e implementação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, bem como o monitoramento e a avaliação da sua efetividade. Para tanto, deverá ser realizado um diagnóstico socioambiental fundamentado em metodologias participativas, que compreendem o uso de recursos técnico-pedagógicos com o objetivo de promover o protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência da atividade ou empreendimento, na construção e implementação do PEA (Anello, 2009).

O diagnóstico participativo resulta na proposição de questões (problemas, conflitos ou potencialidades) que compõem uma agenda ambiental comunitária, com demandas e prioridades; a partir das demandas levantadas, será selecionado um projeto a ser elaborado e executado que deverá promover ações coletivas que contribuam para a organização social e para a emancipação humana e/ou o desenvolvimento socioeconômico da comunidade atingida, diminuindo sua vulnerabilidade aos impactos dos empreendimentos licenciados (Serrão; Mendonça, 2013).

A Petrobras é a empresa proprietária da maioria dos empreendimentos de produção e exploração de petróleo no mar brasileiro, e está sob sua responsabilidade a execução dos PEAs que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento nas diferentes bacias sedimentares onde atua. O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) foi o primeiro PEA a ser aprovado no formato proposto pela CGEAM para atender às condicionantes específicas do Ibama, com a finalidade de mitigar os impactos da exploração petrolífera e compensar as comunidades costeiras atingidas socioeconomicamente pelas operações da Unidade de Operações Sergipe e Alagoas (UN-SEAL), que são afetadas diretamente pela exploração de petróleo e gás nos seus territórios (Anello, 2009; PEAC, 2022b).

O PEAC desenvolve projetos com o propósito de promover a Educação Ambiental Crítica como condicionante para a obtenção de licença ambiental, visando o fortalecimento e a participação política dos sujeitos diretamente impactados pela exploração de petróleo e gás. De forma objetiva, o Programa contribui significativamente para o desenvolvimento integral desses sujeitos, capacitando-os para uma atuação organizada na gestão ambiental pública e facilitando o acesso a outras políticas.

O próximo subtópico irá apresentar um breve panorama sobre o PEAC e o Projeto do Conselho Gestor, sobre como o trabalho de formação de base comunitária que vem sendo desenvolvido pelo Programa ao longo dos últimos anos tem contribuído para promover o fortalecimento dos grupos sociais e dos territórios nos quais atua.

3.2 O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) e o Projeto do Conselho Gestor

Como foi exposto anteriormente, a necessidade de elaboração de Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEAs) pelo Ibama – órgão responsável pela fiscalização e regulamentação ambiental – surgiu devido aos impactos e à interferência da indústria do petróleo na costa brasileira, cujo início das atividades remonta ao final da década de 30. Em Sergipe e Alagoas, o trabalho do PEAC junto às comunidades afetadas pelos empreendimentos petrolíferos começou em 1999, em decorrência do desenvolvimento das ações de aquisição de dados sísmicos no BM SEAL-9¹⁶, tendo seguido como projeto de compensação da interferência da atividade do petróleo na pesca artesanal (Anello, 2009).

Segundo Anello (2009), somente a partir de 2006, com a aprovação do documento técnico¹⁷ que define a proposta técnica conceitual para o Programa, é que o PEAC passa a se constituir um elemento integrador das ações de EA e de mitigação e compensação socioambiental, em especial a interferência da atividade de exploração e produção de petróleo e gás na atividade da pesca artesanal, como está posto em seus objetivos específicos:

- Identificar as ações de educação ambiental realizadas na zona costeira de Sergipe;
- Estabelecer uma agenda de prioridades com base em um planejamento participativo para servir como plataforma para a elaboração de projetos de educação ambiental, de geração de trabalho e renda;
- Estabelecer uma rede de agentes ambientais comunitários para a realização de um monitoramento ambiental costeiro, observando a fauna, flora costeira, bem como as intervenções antrópicas;
- Promover e capacitar as comunidades para a gestão das atividades pesqueiras e turísticas através de cursos, oficinas, estruturação e consolidação dos espaços de gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros; e
- Oferecer às comunidades instrumentos para capacitação e o desenvolvimento de competências para a geração de alternativas de trabalho e renda (Ibama, 2006, p. 2).

¹⁶ A sigla BM SEAL- 9 corresponde a “Bloco Marítimo Sergipe Alagoas, nº 9”, área de exploração e produção de petróleo e gás pela Petrobras. As atividades sísmicas requerem uma apropriação do espaço marítimo, criando uma área de exclusão temporária em relação a qualquer outra atividade humana, sendo a pesca a atividade mais afetada (Anello, 2009, p. 101).

¹⁷ Orientações pedagógicas para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás, aprovado pelo Ibama através do Parecer Técnico CGPEG/DILIC/Ibama nº 329/06, de 17 de novembro de 2006.

O PEAC é composto por três linhas de atuação que servem como referência para projetos específicos, subprojetos e ações pontuais necessárias. As referidas orientações serviram de base para construção de um espaço em que se deve efetivar de forma democrática e participativa a gestão dos recursos ambientais destinados à mitigação e compensação ambiental; esse espaço é o Conselho Gestor (Cruz *et al.*, 2013).

Alocado na proposta da Linha de Ação A da Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama nº 01/10, o Conselho Gestor é um espaço de integração comunitária dentro do programa, cuja finalidade é acompanhar os projetos de compensação e mitigação articulados a processos de formação continuada (PEAC, 2002a). Um instrumento de controle social através da participação dos representantes das diversas comunidades envolvidas no Programa, que exercem o papel de acompanhar e avaliar a execução do Programa, bem como a gestão pública do meio ambiente de forma mais abrangente, configurando assim uma gestão participativa.

As linhas de ação do PEAC tentam organizar, do ponto de vista dos sujeitos do processo educativo, a intervenção no mundo; assim, os sujeitos do PEAC são os pescadores artesanais e suas organizações (Colônias de Pesca, Associação de pescadores, de moradores, comunidades religiosas, etc.). Em todas as linhas, o processo produtivo e as relações socioeconômicas e ambientais são o alvo das ações. O processo educativo se concretiza na relação coletivizada de intervenção no modo de vida e trabalho das populações e grupos sociais trabalhados; seja na relação exclusiva com a gestão pesqueira ou na relação com a atividade de exploração e produção de petróleo (Anello, 2009).

A estratégia conselhistas surge como meio de fortalecer e efetivar a participação das comunidades costeiras nas ações e decisões do programa, de modo a suscitar a autonomia e emancipação dos sujeitos, tal qual preconizado pelo Ibama (Cruz *et al.*, 2013, p. 237). Dessa maneira, o projeto do Conselho Gestor tem um trabalho formativo direto junto a essas lideranças, no sentido da auto-organização, do fortalecimento e da defesa dos territórios, tendo como base teórico-prática a Educação Ambiental Crítica.

O caráter de formação é aquele que irá subsidiar a natureza articuladora e de fortalecimento da organização comunitária, já que este será um espaço de formação de formadores, em que conselheiros e conselheiras se tornem multiplicadores em suas comunidades, gerando processos que articulem e criem incidência das comunidades no Conselho Gestor (PEAC, 2022b).

De acordo com Loureiro (2009), para efetivar a Educação Ambiental no licenciamento, é fundamental focar nos pressupostos pedagógicos, os quais requerem a criação de espaços e

momentos destinados à troca de saberes, à produção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades e também ao cultivo de atitudes que promovam a autonomia dos participantes, capacitando-os a tomar decisões e agir para transformar as condições socioambientais de seus territórios.

O Conselho Gestor (CG) foi fundado em dezembro de 2009, quando o PEAC passou a ser executado pelo Departamento de Serviço Social da UFS por meio de convênio estabelecido entre a Petrobras e a Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante o II Encontro do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (EPEAC). O CG é regido por seu estatuto e seu regimento interno, que definem sua constituição, natureza, finalidade e área geográfica de sua atuação, sendo uma instância capaz de reunir representantes das 98 comunidades distribuídas nas três regiões do estado de Sergipe – Norte, Centro e Sul (quadro). O Conselho Gestor é um espaço capaz de articular em escala estadual, além das comunidades localizadas no extremo norte do litoral baiano. Desde 2016 o PEAC vem sendo executado pelo Departamento de Geografia da UFS.

Para que a finalidade estrutural do Programa seja consolidada, tanto em termos formativos quanto políticos, o CG finda por assumir um papel articulador, enquanto uma instância politicamente construída e metodologicamente organizada para coordenar ações, buscando reunir as principais lideranças das comunidades envolvidas, a fim de formar multiplicadores de Educação Ambiental Crítica com os princípios do Programa. Isso se dá por meio dos Projetos de Fortalecimento Sociopolítico das Mulheres Marisqueiras, do Observatório Social dos Royalties, da Gestão Compartilhada e do Núcleo de Educomunicação (PEAC, 2022a).

Quadro 3 – Comunidades integrantes do Conselho Gestor do PEAC

REGIÃO	MUNICÍPIOS	COMUNIDADES
Norte	Brejo Grande	Brejão dos Negros, Sede, Carapitanga, Resina, Saramém/Cabeço
	Pacatuba	Aracaré, Boca da Barra, Fazenda Nova, Garatuba, Junça, Maracujá, Oitizeiro, Piranhas, Ponta dos Mangues, Santana dos Frades, Tigre e Tijupares
	Pirambu	Aguilhadas, Aningas, Lagoa Redonda, Santa Izabel e Sede
	Barra dos Coqueiros	Atalaia Nova, Canal, Capuã, Jatobá, Olhos D'água, Ilha de Santa Luzia, Sede e Touro
Centro	Aracaju	Areia Branca, Atalaia Velha, Bairro Industrial, Boca do Rio, Coroa do Meio, Farolândia, Mosqueiro, Robalo e São José
	São Cristóvão	Apicum, Arame I, Arame II, Caípe Velho, Carmo/Coqueiro, Colônia Miranda, Ilha Grande, Loteamento Lauro Rocha, Sede, Pedreiras, Rita Cacete e Tinharé
	Itaporanga D'Ajuda	Água Boa, Caueira, Costa, Ilha de Mem de Sá, Nova Descoberta, Paruí e Sede
Sul	Estância	Abaís, Curimã, Gravatá, Farnaval, Massadiço, Miranga, Muculanduba, Ouricuri, Porto do Mato, Praia do Saco, Sede e Tibúrcio
	Santa Luzia do Itanhi	Cajazeiras, Crasto, Pedra Furada, Rua da Palha, Sede e Taboa
	Indiaroba	Assentamento Sete Brejos, Cajueirinho, Pontal, Preguiça, Saguim, Santa Terezinha, Sede e Terra Caída
	Jandaíra/BA	Abadia, Cachoeira, Coqueiro, Costa Azul e Mangue Seco
	Conde/BA	Barra do Itariri, Poças, Siribinha e Sítio do Conde

Fonte: PEAC, 2022a.

Atualmente, o CG encontra-se em sua 5ª Gestão, que teve seu mandato prorrogado por mais três anos devido ao período pandêmico (2020-2022) e à impossibilidade de realização do XII Encontro Anual do PEAC (EPEAC), durante o qual serão realizadas novas eleições para a renovação dos membros do conselho. O Projeto do Conselho Gestor prevê a realização de reuniões ordinárias periódicas (RCGs), grupos de trabalhos (GTs) e intercâmbios formativos, além de eventos e ações correlacionadas entre os projetos, com o objetivo de instrumentalizar as comunidades em suas ações de defesa do território e de seus modos de vida.

Ao longo dos seus 14 anos de existência, o Projeto do Conselho Gestor tem sido uma importante ferramenta de participação popular no tocante à qualificação das lideranças quanto a suas atuações; à potencialização dos processos organizativos políticos comunitários; à elevação da capacidade de leitura da realidade e à ampliação da participação na construção das pautas, metodologias e coordenação dos espaços de formação, com mediação e apoio da equipe técnica que o acompanha (PEAC, 2022b).

Figura 7 – Mapeamento de conflitos e impactos no Bairro Farolândia durante intercâmbio formativo na 13ª Reunião do Conselho Gestor



Fonte: EDUCOM - PEAC, 2023.¹⁸

No Plano de Trabalho do PEAC para o período 2022-2023, o Projeto do Conselho Gestor apresenta a proposta de realização de Espaços de Ciranda Infantil, com o intuito de promover a inclusão do público infanto-juvenil nas formações/ações educativas desenvolvidas pelo Programa. A produção da Ciranda Infantil ocorreria mediante a realização dos cursos de formação nos territórios, a fim de ampliar e democratizar o processo formativo junto às bases, uma vez que tais espaços estimulam processos formativos e trocas de experiência na/da comunidade com o fortalecimento das lideranças compreendidas da infância à juventude, garantindo o avanço na formação política mais pertinente às realidades dos povos e comunidades tradicionais de abrangência do Programa (PEAC, 2022a).

¹⁸ Disponível em: <https://www.programapeac.com.br/noticia/226>. Acesso em: 22 mar 2023.

O “projeto piloto” para as Cirandas Infantis do PEAC aconteceu durante um intercâmbio formativo na 15ª Reunião do Conselho Gestor (RCG), que ocorreu na Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim, na Comunidade do Barrosinho, localizada no Bairro Farolândia, em Aracaju-SE. Esse curso de formação foi a continuação do primeiro intercâmbio formativo na comunidade, realizado em abril de 2022.

No subtópico a seguir, serão abordados os motivos que levaram à escolha da Comunidade do Barrosinho para a realização do intercâmbio formativo do Conselho Gestor e da Primeira Ciranda Infantil do PEAC, e de que modo a junção dessas ações é estratégica e abrangente para ampliar a participação dos diversos sujeitos políticos existentes nas comunidades.

3.3 Os intercâmbios formativos no Barrosinho e a Ciranda Infantil do PEAC

Os intercâmbios formativos realizados no âmbito do Projeto do Conselho Gestor são importantes espaços de trocas de experiências e construção coletiva de saberes, cujos conteúdos estão voltados para a auto-organização comunitária, instrumentos de defesa e comunicação popular e assessoria técnica popular e/ou jurídica.

A partir de metodologias participativas, organizadas em conjunto com as lideranças dos territórios, busca-se debater sobre temas que tratam sobre os conflitos que impactam diretamente os modos de vida e estão presentes nas três regiões costeiras mobilizadas pelo Programa. Essas formações são fundamentais para o esclarecimento e fortalecimento do Conselho Gestor, na medida em que favorecem uma melhor análise da realidade das comunidades e suas potencialidades, contribuindo para aprimorar a atuação dos Conselheiros e Conselheiras em seus territórios (PEAC, 2022a).

Em abril de 2022, dentro das ações previstas no Plano de Trabalho do PEAC para o período 2021-2022, a equipe técnica, juntamente com os técnicos da empresa Chão Assessoria, realizou o intercâmbio formativo durante a 13ª RCG (Reunião Ordinária do Conselho Gestor), com a temática “Assessoria Técnica Popular no Processo de Auto-organização Comunitária para Enfrentamento dos Conflitos Socioterritoriais”, entre os membros do Conselho Gestor e os moradores da Comunidade do Barrosinho.

A partir de uma metodologia dialógica, o curso formativo utilizou-se de instrumentos e estratégias pedagógicas como a cartografia social (figura 8) a fim de garantir a interação dos comunitários com os temas abordados, considerando os conflitos mapeados presentes nas três regiões costeiras mobilizadas pelo programa, e promover o diálogo a respeito do caminhar dos projetos compensatórios (PEAC, 2022b).

Figura 8 – Oficina de Construção de Cartografia Social durante a 13ª RCG



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

A Comunidade do Barrosinho está situada no Loteamento Senhor do Bonfim, no Bairro Farolândia, Zona Sul da capital metropolitana, e é fruto de uma ocupação urbana por moradia. Trata-se de uma comunidade proveniente de comunidades tradicionais de pesca artesanal, mas, com o avanço do processo de urbanização do bairro e a redução do território pesqueiro, hoje restam poucas pessoas que se beneficiam da pesca e da coleta de mariscos. A Comunidade integra o conjunto de comunidades abrangidas pelo PEAC e em 2022 recebeu como compensação da Petrobras a aquisição do terreno para a construção da Associação de Moradores. Até que a obra seja concluída, a Comunidade continua recebendo da empresa o valor do aluguel do imóvel onde está funcionando atualmente.

As Associações Comunitárias de bairros desempenham um papel fundamental na construção e no fortalecimento das comunidades locais. Elas representam um espaço importante para a participação cidadã e o exercício da democracia participativa, permitindo que os moradores de um bairro se organizem coletivamente para enfrentar desafios comuns e buscar

soluções para problemas locais. De acordo com Peloso (2012), a finalidade de uma organização popular é atrair para a causa da justiça, tornar-se uma ferramenta de luta permanente e ser uma escola de preparação de novos companheiros, “organizar desde a base, para estar presente, todos os dias, lá onde acontece a luta pela vida”.

A Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim (ACMLSB) foi criada em meados dos anos 2000 e formalizada em 2008, com o objetivo de suprir as necessidades da comunidade. Atualmente, a ACMLSB possui 227 associadas(os), em sua maioria mulheres, a maior parte delas negras e com uma idade acima dos 30 anos, geralmente são chefes de família, mães e avós, ocupando subempregos ou aposentadas. A Comunidade, que ainda carece de serviços básicos e infraestrutura (na região faltam escolas, posto de saúde e outros equipamentos públicos), tem recebido, desde 2021, assessoria técnica especializada, com ações voltadas à estruturação organizativa dos processos de trabalho da instituição, à captação de recursos e à formação política junto à equipe diretiva (Marques *et al.*, 2022).

Em 2021, a ACMLSB passa a fazer parte de alguns programas sociais como o Mesa Brasil e o Programa de Aquisição de Alimentos e consegue captar recursos através de editais e junto a órgãos públicos, o que possibilita qualificar e ampliar a sua equipe de trabalho. Sob a liderança de Adilma Gomes Santos, ex-conselheira do PEAC (4ª gestão) e atual presidente da instituição, a Associação vem desenvolvendo importantes trabalhos na Comunidade, com destaque para o Projeto “Prevenção do Amanhã”, que desde 2008 oferece apoio pedagógico a 60 crianças da comunidade no período do contraturno escolar.

Atualmente, o grande enfrentamento da comunidade tem sido o processo de segregação socioespacial causado pelo empreendimento Central Garden, um condomínio de alto padrão, cujas obras têm danificado as moradias, e o muro que cerca o condomínio tem insulado a comunidade e mais outras duas que fazem parte do seu entorno (figura 9). Essa obra também impacta diretamente a cultura, a identidade e a sustentabilidade dessas comunidades, levando a um cenário de desafios e desigualdades socioeconômicas, que requerem uma abordagem cuidadosa e inclusiva a fim de garantir a preservação dos seus modos de vida e a proteção de seus direitos.

Figura 9 – Condomínio de luxo que cerca a Comunidade do Barrosinho



Fonte: Google Earth, 2023. Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos, 2023.

Em março de 2022, dentro da proposta da formação continuada, a equipe técnica do PEAC, novamente com os técnicos da Chão Assessoria Técnica Popular, retorna à Comunidade para mais um intercâmbio formativo durante a 15ª RCG (figura 10), desta vez para aprofundar o trabalho do encontro anterior e debater sobre o direito à cidade e as ameaças que as comunidades e os povos tradicionais vêm sofrendo pela presença desses grandes empreendimentos imobiliários em seus territórios. Pescadores e pescadoras artesanais e marisqueiras que historicamente ocupam esses territórios vêm sendo cerceados de suas atividades em função do avanço do capital e da lógica desenvolvimentista das gestões municipal e estadual.

Concomitantemente ao curso de formação, que acontecia no prédio da Associação de Moradores, no terreno que fica atrás dela, estava sendo realizada a primeira Ciranda Infantil do PEAC. Participaram dessa Ciranda as filhas e os filhos de famílias assistidas pela ACMLSB, que na ocasião estavam participando do intercâmbio formativo. Para essa atividade houve a inscrição de 30 mulheres e 30 crianças, sendo que o número de crianças ultrapassou as

inscrições, chegando a 46, na faixa etária dos 6 aos 12 anos de idade. Toda uma estrutura foi preparada para acolher as crianças nesse espaço e desenvolver atividades que dialogassem com os conteúdos que estavam sendo trabalhados com os adultos durante o intercâmbio.

Figura 10 – Grupos de trabalho durante intercâmbio formativo na 15ª RCG



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

A implementação das Cirandas Infantis durante a realização dos cursos formativos nos territórios pode ser considerada uma ação estrategicamente abrangente, uma vez que favorece a ampliação da participação das mulheres de forma mais ativa nas decisões organizativas das comunidades e nas ações desenvolvidas pelo Programa; possibilita um maior envolvimento e comprometimento dos sujeitos com os papéis sociais assumidos; além de contribuir para a sucessão geracional dos atores sociais através da preparação de crianças e jovens na construção do ser coletivo dessas comunidades.

A escolha pela Comunidade do Barrosinho para participar do “projeto piloto” da Ciranda Infantil do PEAC se deu em função dos fatores anteriormente apresentados, da condição de auto-organização da Comunidade experimentada por meio da Associação de Moradores, do trabalho que já vem sendo desenvolvido com as crianças nesse espaço e por ser essa Comunidade a participar do intercâmbio formativo durante a 15ª RCG, dentro do Plano de Trabalho do PEAC para o período 2022-2023, cuja proposta seria iniciar o trabalho com o público infanto-juvenil através da realização das Cirandas Infantis nos territórios durante os cursos e atividades de formação.

No próximo capítulo, será detalhado como se deu o processo de construção e implementação da Ciranda Infantil do PEAC, quais foram os procedimentos metodológicos, desde o planejamento, a execução e a sistematização das etapas empreendidas, e enunciadas os três elementos estruturantes identificados para a construção de um Espaço de Ciranda Infantil a partir da observação da experiência com as Cirandas Infantis do MST e da realização da Ciranda do PEAC.

CAPÍTULO IV – ESSA CIRANDA É DE TODXS NÓS

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança.”

(Provérbio africano)

O provérbio africano nos convida a refletir sobre a nossa responsabilidade coletiva para com o cuidado e a formação das crianças. Ele nos convoca a buscar formas mais colaborativas e integradas de educar as presentes e as futuras gerações. Através de um conjunto de esforços, podemos trabalhar para criar uma sociedade que valorize o bem-estar e o desenvolvimento saudável de todas as crianças, reconhecendo o papel de cada membro da comunidade nesse processo. Nesse sentido, as Cirandas Infantis têm grande importância enquanto espaços que favorecem a construção de relações de cooperação, respeito e solidariedade entre crianças e adultos, além de contribuir para a formação de uma consciência crítica e de uma cultura de participação e de engajamento social.

No que se refere aos objetivos do produto didático “Produto Técnico Educacional para Ações de Educação Ambiental Crítica na Produção de Espaços de Ciranda Infantil”, pretende-se contribuir para que outras educadoras e outros educadores sintam-se estimuladas(os) a implementar e/ou atuar em espaços de Ciranda Infantil e oferecer um conjunto de premissas para realização de ações e práticas de Educação Ambiental com o viés crítico para/com o público infanto-juvenil nesses espaços a partir da observação das Cirandas Infantis do MST e da realização da Ciranda Infantil do PEAC.

A construção da Ciranda Infantil do PEAC esteve organizada em três passos, tendo sido todos eles desenvolvidos em um período de quatro meses. O primeiro passo correspondeu ao mapeamento da área de implementação, sendo realizadas visitas à comunidade a fim de colher informações e demais elementos relevantes para a realização da Ciranda. A partir daí, definiu-se o quantitativo de crianças que iriam participar, o espaço onde seriam desenvolvidas as atividades, e foi possível identificar os desafios em potencial e traçar estratégias para superá-los.

No segundo passo, correspondente à elaboração da proposta, foram realizadas reuniões com a equipe executora para, a partir do que foi levantado nas visitas à comunidade, planejar as atividades que seriam desenvolvidas na realização da Ciranda. Por fim, o terceiro passo compreendeu o desenvolvimento das etapas da Ciranda Infantil. A partir de metodologias participativas, buscou-se em cada encontro gerar oportunidades concretas de participação dos

envolvidos, garantindo-lhes tomadas de decisão coletivas em todo o processo, a produção de conhecimentos ambientais e pedagógicos e a perspectiva de continuidade para os participantes (Tozoni-Reis, 2005).

Quadro 4 – Etapas, metodologias e resultados alcançados na Primeira Ciranda Infantil do PEAC

ETAPAS DA CIRANDA INFANTIL	METODOLOGIAS	RESULTADOS
<p>ETAPA I Sensibilização dos adultos para o entendimento do que se configura um Espaço de Ciranda Infantil</p>	<p>Rodas de conversa, com vivências e práticas em grupo</p>	<p>Sensibilização das famílias participantes</p>
<p>ETAPA II Mobilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil do PEAC no Mutirão da Praça</p>	<p>Mutirão comunitário para limpeza da praça</p>	<p>Engajamento dos participantes</p>
<p>ETAPA III Realização da Primeira Ciranda Infantil do PEAC</p>	<p>Rodas de conversa, com vivências e práticas em grupo</p>	<p>Cocriação do Espaço da Ciranda infantil</p>
<p>ETAPA IV Socialização da experiência vivida na construção do Espaço da Ciranda Infantil do PEAC</p>	<p>Rodas de conversa e exibição do vídeo documentário da Ciranda</p>	<p>Consolidação do processo</p>

Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos e Gabriela Ferreira, 2023.

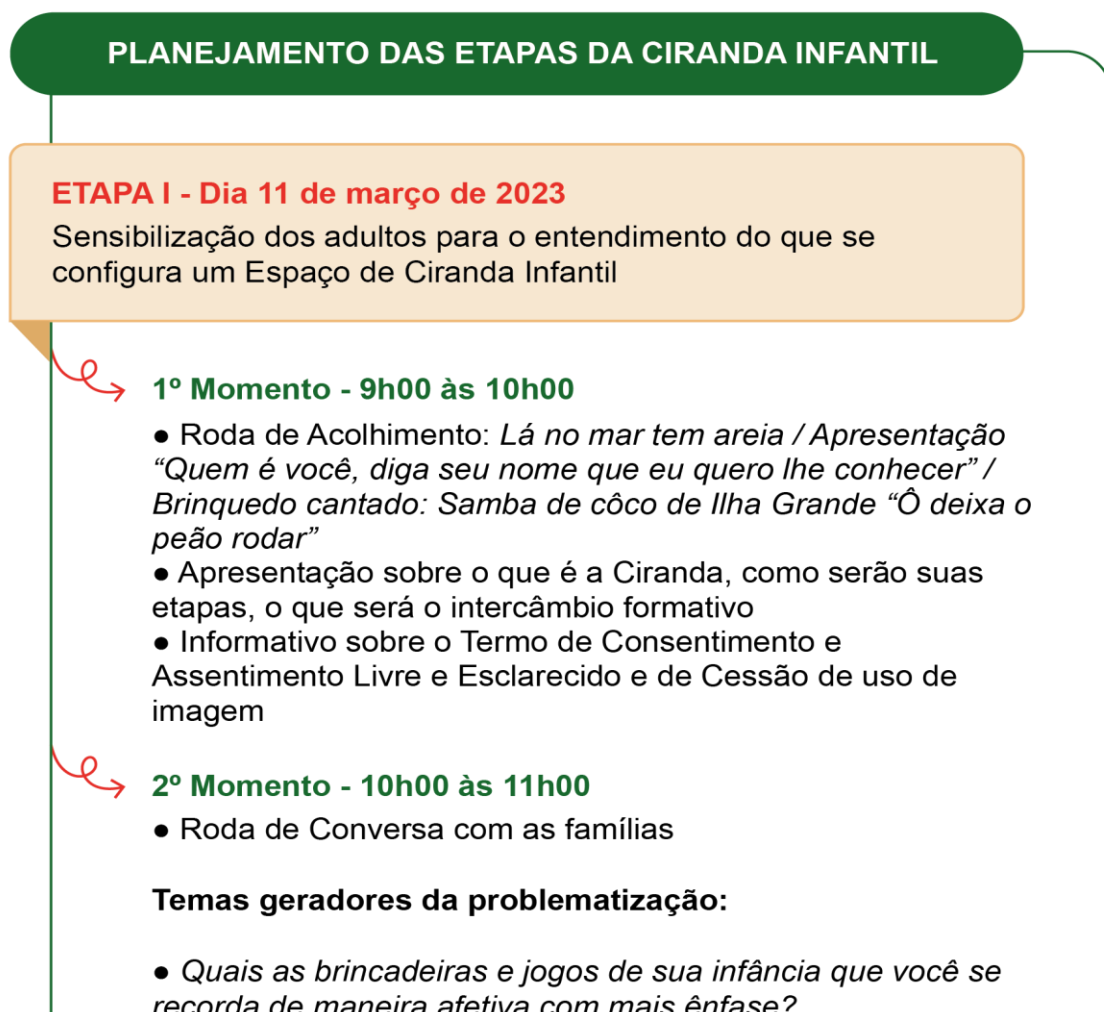
4.1 A Primeira Ciranda Infantil do PEAC

A construção da Ciranda Infantil esteve sob a condução de Mony Grazielle Barros Santos, mestrandia em Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e integrante da equipe técnica do Projeto do Conselho Gestor do PEAC, em parceria com as educadoras e cirandeiras Antonielia Ribeiro Santos Fontes, Josefa Jaciele dos Santos, Josiene de Carvalho Santana, Luizy Dominique Santos Gomes e Monike Rayane Silveira de Menezes, membras da Associação Ciranda Criativa (ACC), que possuem experiências na condução de

Espaços de Ciranda Infantil, profissionais contratadas via RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) pelo PEAC.

Antes de iniciar as etapas de implementação da Ciranda Infantil, foram realizadas visitas à associação de moradores e reuniões com a equipe executora da Ciranda, nas quais se falou sobre questões pertinentes à Comunidade do Barrosinho e foram feitos esclarecimentos referentes ao trabalho desenvolvido pelo Programa junto a essa Comunidade. Também houve reuniões com a equipe do Núcleo de Educomunicação¹⁹ do PEAC, que realizou a cobertura das atividades e posteriormente produziu um vídeo documentário sobre a Primeira Ciranda Infantil do PEAC²⁰.

Quadro 5 – Planejamento das Etapas da Ciranda Infantil



¹⁹ O Núcleo de Educomunicação do PEAC (Educom) promove, através de estratégias de comunicação popular, o diálogo e a produção coletiva de narrativas e o protagonismo social das comunidades assistidas pelo Programa. É também responsável pela produção, transmissão de informação, por estimular a formação e por disseminar práticas comunicativas e culturais com as comunidades sobre a realidade social em que vivem.

²⁰ Disponível em: www.olacirandacriativa.wixsite.com/cirandainfantil.

- *O que acham que aprenderam com essas brincadeiras e jogos?*
- *O que elas lhes ensinaram no campo das relações?*

3º Momento - 11h00 às 11h40

- Vamos cocriar a Ciranda? Como eu posso ajudar? Listar o que cada um fará/trará?
- Criação do grupo de mensagens.
- Levantamento dos materiais para a realização do mutirão de limpeza do espaço.

4º Momento - 11h40 às 12h00

- Culminância do encontro: roda de agradecimento e lanche coletivo

ETAPA II - Dia 18 de março de 2023

Mobilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil do PEAC no Mutirão da Praça

1º Momento - 9h00 às 10h00

- Mística de Abertura: Dançar uma Ciranda e lembrar a razão de nos reunirmos neste mutirão.
- Checagem da lista dos materiais que cada um trouxe;
- Fazer divisão de tarefas: o que será possível fazer e quem o fará;
- Limpeza e arrumação do espaço onde será a Ciranda Infantil do PEAC.

2º Momento - 10h00 às 10h30

- Lanche coletivo

3º Momento - 10h30 às 11h30

- Continuação da arrumação do espaço e encaminhar atividades que serão continuadas pelos mutirantes ao longo da semana.

4º Momento - 11h30 às 12h00

- Culminância, roda de agradecimento e encerramento com uma Ciranda

ETAPA III - Dia 24 de março de 2023

Realização da Primeira Ciranda Infantil do PEAC

MANHÃ

1º Momento - 9h00 às 9h30

- Checagem da presença das crianças, entrega da camisa e crachá;
- Rodinha de Acolhimento com música, contação de história, apresentação da programação do dia e combinados.

2º Momento

9h30 às 10h00 - Oficinas Pedagógicas

- Roda de Capoeira com a professora do Projeto “Prevenção do Amanhã”

10h00 às 10h30 - Apresentação Artístico Cultural

- “Mãos no Barro” e conversa com moradora da comunidade
- Trabalhos Manuais

3º Momento - 10h30 às 11h00

- Lanche coletivo da manhã

4º Momento - 11h30 às 12h00

- Reconhecimento do Espaço e Brincar livre
- Pausa Almoço - Oficina de Fuxico

TARDE

1º Momento - 14h00 às 14h30

- Palco Aberto para as crianças

2º Momento

14h30 às 15h00 - Oficinas Pedagógicas:

- Confecção de Cartazes
- Pintura do estandarte da Ciranda Infantil

15h00 - Brincar Livre

3º Momento - 10h30 às 11h00

- Lanche coletivo da tarde

4º Momento - 11h30 às 12h00

16h00 - Culminância das atividades - Roda de agradecimento e encerramento com uma Ciranda

ETAPA IV - Dia 20 de maio de 2023

Socialização da experiência vivida na construção do Espaço da Ciranda Infantil do PEAC

1º Momento - 14h00 às 15h00

- Roda de Acolhimento
- Retrospectiva de todas as etapas da Ciranda
- Avaliação da participação de todas no processo de co-criação do Espaço

2º Momento - 15h00 às 16h00

- Com as famílias - Roda de Conversa “A Natureza no Brincar”
- Com as crianças – Trabalhos Manuais e Contação de Histórias

3º Momento - 16h00 às 16h30

- Lanche Coletivo

4º Momento - 16h30 às 17h00

- Culminância: Exibição do vídeo documentário da Ciranda, roda de agradecimento e encerramento com uma Ciranda

Elaboração: Mony Grazielle Barros Santos e Gabriela Ferreira, 2023.

4.1.1 Nos passos dessa Ciranda: o passo a passo da construção de um caminho

A seguir, apresentaremos as observações e as devolutivas sobre as ações que envolveram todo o percurso da construção e implementação da primeira Ciranda Infantil do PEAC. A primeira etapa correspondeu ao encontro para a sensibilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil do PEAC; a segunda etapa esteve voltada a promover a mobilização e o engajamento das famílias para a participação das crianças na Ciranda; a terceira etapa compreendeu o dia da realização da Ciranda Infantil propriamente dita; e a quarta etapa foi o encontro para a socialização do processo para implementação da Ciranda e celebração dos resultados. Na sequência, apresentaremos uma síntese sobre os resultados

obtidos em cada uma das etapas e anunciamos os elementos estruturantes para a construção de Cirandas Infantis.

Etapa I: Sensibilização dos adultos para o entendimento do que se configura um Espaço de Ciranda Infantil.

Este encontro teve como propósito reunir as famílias cujas crianças iriam participar da primeira Ciranda Infantil do PEAC, durante o intercâmbio formativo da 15ª Reunião do Conselho Gestor (RCG), para apresentar a proposta do trabalho que seria desenvolvido para/com as crianças e esclarecer sobre o que corresponde um espaço de Ciranda Infantil.

O encontro foi planejado para ter duração de três horas, dividido em três momentos: a primeira hora para o acolhimento e uma exposição dialogada sobre o que correspondem os espaços de Ciranda Infantil e a proposta para o intercâmbio formativo; para o segundo momento, pensou-se numa roda de conversa sobre a importância do brincar para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças; e o terceiro momento para pensar como se daria a participação das famílias na cocriação da Ciranda Infantil.

A roda de acolhimento resgatou algumas boas cantigas de roda de antigamente e um brinquedo cantado, velho conhecido de todos e todas, “o pião entrou na roda”. E foi nessa doce atmosfera de infância que, após uma breve rodada de apresentações, se iniciou o trabalho da manhã. Primeiramente realizou-se uma fala sobre o PEAC, o Projeto do Conselho Gestor e a proposta de implementação da Ciranda Infantil para o Programa. Na ocasião também foram apresentados e entregues os termos de cessão de uso de imagem e depoimento, os termos de assentimento e consentimento livre e esclarecido (TALE e TCLE), em que se falou sobre os riscos e benefícios da participação na pesquisa (Anexos A, B e C).

Em seguida, a educadora Josiene de Carvalho, da Associação Ciranda Criativa, que integraria a equipe executora da Ciranda Infantil do PEAC, fez um breve relato sobre a sua atuação em um Projeto de Extensão da UFS, no povoado Salinas, localizado em Laranjeiras-SE, no ano de 2020, em que na ocasião participou da realização de uma Ciranda Infantil durante um mutirão comunitário para a limpeza e arrumação de um espaço onde seria uma praça para a comunidade voltada para a Primeira Infância. Curiosamente, durante a apresentação, descobrimos que as verbas remanescentes desse projeto haviam sido empregadas na reforma e ampliação do prédio da ACMLSB.

Posteriormente, Isabela Pinheiro, integrante da Chão Assessoria Técnica Popular, organização responsável por realizar, juntamente com a equipe técnica do PEAC, o curso formativo durante a 15ª RCG, recordou que este encontro seria uma continuação do intercâmbio

anterior, que tratou sobre auto-organização comunitária para enfrentamento dos conflitos socioterritoriais, desta vez aprofundando a temática, para debater sobre o direito à cidade e as ameaças que as comunidades costeiras vêm sofrendo pela presença de grandes empreendimentos em seus territórios. Os intercâmbios formativos são momentos de promover a interação e as trocas de saberes entre os comunitários e os representantes das três regiões costeiras mobilizadas pelo Programa que integram o Projeto do Conselho Gestor do PEAC.

Figura 11 – Encontro de sensibilização com as famílias para a participação na Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

Em seguida, a roda de conversa trouxe como temas geradores de problematização as seguintes perguntas: *Quais brincadeiras e jogos de sua infância que você se recorda de maneira afetiva com mais ênfase? O que acham que aprenderam com essas brincadeiras e jogos? O que elas lhes ensinaram no campo das relações?* Segundo Freire (1987, p. 103), na “ação dialógica, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração”.

A escolha por essa temática se deu a partir do diálogo com a presidente da Associação de Moradores, Adilma Gomes, que relatou sobre a falta de espaço e equipamentos na comunidade para as crianças brincarem. A proposta foi de refletir sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil e sobre as implicações da ausência de espaços e equipamentos públicos voltados para a infância para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças.

As falas de algumas mães trouxeram lembranças de uma infância vivida no interior e de uma relação mais próxima com a natureza, vivenciando as mudanças dos ciclos naturais e as estações do ano. Uma das mães relatou que em sua infância, quando morava no povoado Ponta dos Mangues, município de Pacatuba-SE, a alegria das crianças era brincar nos “corredores” – trechos de ruas que se tornavam grandes piscinas naturais durante as fortes chuvas no inverno. Algumas mães falaram sobre como a imaginação as fez superar a falta de brinquedos prontos – quando crianças, confeccionavam bonecas de palha de coqueiro, de sabugo de milho etc.

Lembraram as brincadeiras que as faziam felizes, como pular corda, elástico, manja, queimado, jogar bola e sobre o quão raro tem sido ver as crianças brincando dessas brincadeiras nos dias de hoje. Falou-se sobre como as crianças estão mais expostas à violência nas ruas e sobre o excesso de exposição às telas, e como as famílias não têm sabido administrar o uso das tecnologias, que “*calam as crianças*”. Em uma das falas, foi trazida a necessidade de os adultos “*despertarem a sua criança interior*” para recordarem o quão importante foi ter brincado na infância e como precisamos proporcionar o mesmo para as nossas crianças.

Por fim, no terceiro momento da manhã, dialogou-se sobre a participação de cada uma delas na cocriação do espaço da Ciranda Infantil. Desde os primeiros encontros de aproximação com o público-alvo da pesquisa, ficou definido, por uma questão de logística e devido a uma demanda da própria Comunidade, que o terreno aos fundos da Associação seria o espaço que iria abrigar as atividades da Ciranda. Logo, foi proposto um mutirão de limpeza para a preparação e a organização do espaço, que iria ocorrer no final de semana seguinte a este encontro de sensibilização.

Foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens com as famílias, as professoras do Projeto “Prevenção do Amanhã” e as educadoras da ACC. Através do grupo, fez-se um levantamento dos materiais necessários, bem como a criação de uma rede de apoio de voluntários da própria comunidade que poderiam cooperar com os cuidados das crianças e do espaço durante sua realização através de um formulário de cadastramento. O encontro terminou com uma roda de agradecimentos e um lanche coletivo.

Avaliamos que esta primeira etapa da Ciranda foi exitosa, uma vez que, no decorrer da semana, houve bastante interação no grupo de mensagens, e através das falas foi possível perceber que as participantes compreenderam a necessidade de criar as condições e o espaço apropriados para que as crianças possam brincar por mais tempo e com qualidade. Esse espaço seria o terreno aos fundos da Associação, que iria acolher a Ciranda Infantil do PEAC, e onde se deseja que futuramente seja a praça da comunidade.

Etapa II: Mobilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil do PEAC no Mutirão da Praça.

Este encontro teve como finalidade manter as famílias e as crianças mobilizadas para participar da Ciranda Infantil. Uma vez que o local escolhido pelas participantes foi o terreno aos fundos da Associação, este encontro de mobilização correspondeu ao encontro para realizar um mutirão para limpeza e preparação do espaço no qual seria realizada a Ciranda Infantil.

Figura 12 – Roda de Acolhimento na Mobilização da Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

A palavra mutirão, que tem sua origem etimológica no vocábulo *motyrõ*, da família linguística Tupi-Guarani, significa “reunião para a colheita ou construção”, ou simplesmente “trabalho em comum”. De acordo com a definição de mutirão presente na Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998, p. 4136), o mutirão é um “sistema cooperativo alternativo em que os próprios participantes atuam como trabalhadores e beneficiários do produto final”. Os mutirões são uma prática conhecida pelos moradores mais antigos do Loteamento Senhor do Bonfim quando muitos se reuniram para ajudar na construção das primeiras casas daquela comunidade, fruto de uma ocupação urbana por moradia. Isso quem nos contou foi Dona Luiza Fruteira, como é conhecida uma das moradoras mais antigas da comunidade, em um momento de partilha com as crianças durante a Ciranda Infantil (figura 17).

A atividade se iniciou com uma roda de acolhimento (figura 12), com movimentos e cantigas tradicionais que proporcionaram uma primeira interação entre os pares, momento de integração e diálogo sobre o propósito de estarem reunidos para esta atividade. Na sequência foram verificados os materiais disponíveis e foi feita a distribuição de tarefas entre os grupos de trabalho, que se formaram de modo espontâneo e funcionaram de maneira autogestionada a partir das demandas que estavam postas.

As crianças haviam feito desenhos de como gostariam que ficasse o espaço (Apêndice B) e, a partir dos materiais reunidos, fizeram um levantamento do que seria possível construir. O agrupamento esteve formado em sua maioria pelas crianças e algumas mães, que trabalharam juntas, arrancando os matos, rastelando as folhas, recolhendo o lixo, cavando buracos para construir um circuito com pneus e troncos de coqueiros, pintando o muro (figura 13) e plantando as mudas de plantas ornamentais que haviam sido doadas. O mutirão durou aproximadamente quatro horas, com um intervalo para um lanche colaborativo.

Figura 13 – Crianças envolvidas nas ações de mobilização para a Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

Ao final do mutirão, foi realizada novamente uma grande roda, desta vez para agradecer as presenças e celebrar a tarefa realizada, em seguida houve o recolhimento dos termos com as assinaturas. Durante a semana que antecedeu a Ciranda, os mutirantes (pessoas que participaram do mutirão), especialmente as crianças, ocuparam o espaço com muitas

brincadeiras e diversão, revezando-se nos cuidados com a manutenção do espaço que no final de semana seguinte abrigaria a Ciranda Infantil.

Sob a perspectiva da formação para a participação social, o mutirão propiciou processos de crescimento mútuos entre os participantes, aos moldes da pedagogia freiriana, em que as experiências vivenciadas nas ações realizadas possibilitaram aos participantes desenvolverem sua capacidade crítica em relação ao mundo e à sua própria condição (Freire, 1987).

Figura 14 – Culminância do mutirão durante a mobilização para a Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

Etapa III: Realização da Primeira Ciranda Infantil do PEAC.

A primeira Ciranda Infantil do PEAC aconteceu durante o intercâmbio formativo da 15ª Reunião do Conselho Gestor (RCG), que ocorreu nas dependências da Associação de Moradores da Comunidade. Enquanto os conselheiros, as conselheiras e as famílias das crianças participavam das oficinas na Associação, as crianças participavam de atividades planejadas para elas no espaço que havia sido preparado no fim de semana anterior.

O espaço, que teve como lema “*Juntos por nossa praça: exercendo nossos direitos, resistindo e brincando em comunidade*”, ofertou atividades de arte-educação (contação de histórias, músicas e brincadeiras) e oficinas pedagógicas (de argila e trabalhos manuais). As

vivências experimentadas na Ciranda estiveram atravessadas por momentos de trocas de saberes entre as crianças, as educadoras e os moradores da comunidade. Os momentos de brincar livre (figura 15) entremearam cada atividade, em que se buscou respeitar o tempo e a escolha de cada criança, estimulando a participação e o protagonismo na ressignificação do espaço.

Figura 15 – Crianças se divertem brincando livremente durante a Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

A abertura contou com uma grande roda com movimento corporal e harmonização do grupo, uma interação com seus pares, essencial para abrir diálogos e possibilidades investigativas das crianças no relacionamento consigo mesmas, com o outro e com o mundo. As crianças receberam crachás com seus nomes e camisas para aquelas que estavam inscritas. Em seguida, realizou-se um momento de contação de histórias, que veio a aguçar ainda mais a imaginação das crianças com seu enredo cheio de aventuras e mistérios. A história “O menino sem nome” encantou e conectou as crianças ao sentido identitário: “um menino que não tinha nome? Isso pode? Isso existe?”, um conto popular que entrelaça a criança com o seu território e com a sua ancestralidade.

As nuances nos momentos de contração e expansão (dentro/fora), relações com seu território e sua identidade, estiveram presentes nas cantigas populares da infância e na roda de capoeira (figura 16). A capoeira é uma das atividades integradas aos projetos da associação, conduzida com maestria pela professora Cassimeire, Tia Cacá, como chamam carinhosamente

as crianças do Projeto “Prevenção do Amanhã”. Todas estavam muito felizes e conectadas ao dançar e entoar as músicas, um momento de muita alegria e satisfação para todos nós.

Depois dos momentos de expansão com a roda rítmica e a roda de capoeira, o terreno estava preparado para a escuta da história da comunidade, contada por uma antiga moradora, que estava presente desde a construção das primeiras casas (figura 17). Ela narrou como se deu a chegada dos primeiros moradores, que eram em sua maioria pescadoras e pescadores, vindos da própria Farolândia e do Santa Maria, um bairro vizinho. Dentre as curiosidades trazidas pela Dona Luiza, uma chamou a atenção das crianças, sobre o apelido da comunidade, que recebeu o nome de Barrosinho, não pela presença do barro no início da ocupação, mas se tratava de uma homenagem ao Sr. Barroso, que foi uma das lideranças daquele agrupamento quando ocorreram os mutirões para a construção das primeiras moradias.

Figura 16 – Roda de Capoeira realizada na abertura da Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

Enquanto a história era narrada, em uma pequena mesa ao lado de Dona Luiza, a educadora Josiene de Carvalho realizava um trabalho de modelagem em argila, em que eram representadas, a partir dos elementos que apareciam na narrativa, imagens sobre o surgimento da comunidade – casas, pessoas, animais, plantas –, uma prévia da oficina de modelagem em argila que seria desenvolvida durante o turno da tarde. Algumas crianças apreciavam, outras não conseguiram ficar só olhando, e já foram logo colocando a “mão na massa”. Nesse

momento também surgiram falas sobre a presença do “muro gigante” que cerca a comunidade e tem transformado a paisagem e os modos de vidas dos moradores. “*Antes de construírem esse muro, aí tinha pé de mangaba, pé de caju e de outras frutas*”, comentou uma das crianças, lembrando o espaço que perderam.

Sobre os espaços para brincar na comunidade, elas apontaram a falta de equipamentos, o risco de brincar na rua devido ao intenso fluxo de carros na região e que o terreno aos fundos da Associação sempre foi o espaço preferido para as brincadeiras das crianças na comunidade. A roda de conversa terminou com um caloroso abraço coletivo na Dona Luiza, que disse ter ficado muito feliz com o convite para fazer parte desse momento de partilha com as crianças nesse encontro de gerações.

Figura 17 – Moradora conta a história do surgimento da Comunidade durante a Ciranda Infantil



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

As atividades anteriores ofereceram um rico repertório para a realização da oficina de pintura de cartazes e construção do estandarte. Durante a pausa após o almoço, as mulheres que estavam no curso de formação, as mães das crianças e as conselheiras vieram participar da oficina de trabalhos manuais, na qual foram confeccionados fuxicos²¹ para compor o estandarte da Ciranda Infantil que seria construído com as crianças. Com fortes referências à cultura

²¹ Como é conhecida a arte de reaproveitamento de restos de tecidos em que um retalho é recortado em formato circular e é alinhavado em suas extremidades, formando uma imagem que lembra uma flor.

nordestina, o fuxico foi o mote para alcançarmos a socialização, fomentando trocas intergeracionais, além de instigar a cognição e as habilidades motoras. Enquanto costuravam juntas, reutilizando tecidos, ressignificando a utilização de materiais disponíveis, com criatividade e cooperação, o grupo dialogava sobre a importância da Ciranda Infantil enquanto espaço de acolhimento e cuidado das crianças para que as mães possam participar das reuniões e atividades do PEAC (figura 18).

Figura 18 – Oficina de manualidades durante a Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Educom - PEAC, 2023.

A oficina de cartazes preparou para a pintura do estandarte e evidenciou a expressão das crianças de forma espontânea, participativa e contextualizada, uma vez que o passado e o presente foram elaborados e ficarão no futuro representados pelo que foi vivido. Nas pinturas, as crianças comunicaram o amor pela comunidade e a alegria de fazerem parte da construção da futura praça (figura 19). Os registros no estandarte, de forma coletiva, envolveram tanto quem realizou as impressões no tecido quanto quem provocou e observou, quem vivenciou aquele momento. Foram representadas as casas, as árvores, um jardim com flores coloridas, borboletas e as próprias crianças (figura 20).

A Ciranda Infantil contou com a presença de algumas estruturas lúdicas (figura 21): quatro balanços (dois para crianças pequenas e dois para crianças maiores), um trapézio, uma escada e duas pernas de pau (todos confeccionados em bambu pelo talentoso artesão Tarciso Batista) e um tecido acrobático em malha, que ora era um “casulinho” (para as crianças menores), ora era uma corda de escalada para a maior árvore que havia no espaço, uma frondosa

amendoeira, que, com seus galhos fortes e compridos, nos acolheu debaixo de sua sombra generosa e fez a alegria das crianças com os balançinhos tão desejados por todas (Apêndice B). Após a Ciranda, as estruturas foram doadas para a ACMLSB.

Figura 19 – Oficina de pintura de cartazes durante a Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Acervo da ACC, 2023.

Figura 20 – Confeção do estandarte da Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Acervo da ACC, 2023.

Figura 21 – Estruturas lúdicas em bambu da Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Acervo da ACC, 2023.

Quanto ao espaço, algumas providências foram tomadas, tais como o envio de um ofício à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) solicitando a interrupção do tráfego na rua lateral do espaço da Ciranda Infantil. A solicitação foi deferida, mas a rua esteve bastante movimentada no dia da Ciranda, já que na comunidade há uma empresa de mototáxi, e aquela rua é a única via de acesso. Desse modo, optou-se por concentrar as brincadeiras e as atividades no espaço da praça. Uma outra preocupação constante foi a presença da cerca de arame farpado no entorno do terreno onde se realizou a Ciranda Infantil (Apêndice B).

A cerca cumpre uma função importante: ela impede a entrada de cavalos e carroças e evita que pessoas de fora despejem entulhos naquele local. Portanto, não nos cabia fazer qualquer exigência de remoção, apenas atentar para a observância de todos que estavam no espaço responsáveis por cuidar e proteger as crianças. Ocorreu que, em determinado momento da Ciranda, a presidente da Associação e algumas mães decidiram remover a cerca que ficava em frente à árvore, onde esteve concentrada a maior parte das atividades da Ciranda Infantil. Isso nos trouxe grande alívio e contentamento por ver as crianças se movimentarem com um pouco mais de liberdade e segurança pelo espaço.

Devido a acontecimentos externos, as atividades do período da tarde precisaram ser encurtadas, e a Ciranda se encerrou mais cedo do que estava programado. Após a finalização do estandarte, foram entregues kits artísticos para as crianças, com caderno de desenhos, lápis de cor, tintas e pincéis, além dos kits de lanches. Como houve uma grande dispersão neste encerramento não programado, a atividade não foi finalizada com uma grande roda como de costume, mas foi lembrada pelas crianças que continuaram no espaço e nos ajudaram a desmontar as tendas e com a arrumação dos materiais. Dissemos que voltaríamos para o momento de socialização da Ciranda e que o que não foi realizado devido à mudança na programação seria transferido para esse dia, que ainda não tinha data definida, mas seria combinada com as famílias no grupo de mensagens.

Figura 22 – Crianças plantam mudas doadas pela SEMA no terreno aos fundos da ACMLSB



Fonte: Acervo da ACMLSB, 2023.

Ao deixarmos o espaço, vimos que muitas crianças e alguns adultos continuaram ainda no terreno, as crianças desfrutando das estruturas lúdicas que foram deixadas sob os cuidados da ACMLSB, e os adultos cuidando da limpeza e da manutenção do espaço. Algumas semanas após a realização da Ciranda, o espaço recebeu a doação de mudas de árvores nativas (figura 22) através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), em uma ação junto ao Projeto “Prevenção do Amanhã”, e a instalação de coletores de resíduos sólidos solicitados pela Associação de Moradores à Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb). O espaço passou a ser mais frequentado pelos moradores e se tornou a área de lazer preferida das crianças

e das famílias nos finais de semana, muito requisitada para a realização de eventos da comunidade (aniversários, bingos, quermesses etc.).

Etapa IV: Socialização da experiência vivida na construção do Espaço da Ciranda Infantil do PEAC.

A etapa de socialização ocorreu dois meses depois da realização da Ciranda Infantil do PEAC. Este encontro foi planejado para ser um momento de celebração, de reconhecimento e de valorização de tudo o que foi vivido. A socialização teve duração de três horas e contou com momentos de abertura, de desenvolvimento e de fechamento, com atividades voltadas para as crianças e as mães, num primeiro momento separadamente e depois em conjunto.

A abertura do encontro se deu com uma roda, com cantigas e brincadeiras da cultura popular, acolheu a todas e todos com alegria e suscitou a integração entre os presentes, contemplando 40 mulheres e 30 crianças. O repertório das cantigas escolhido para a roda fazia parte da identidade cultural da comunidade, com o propósito de promover a identificação entre os presentes e a conexão nas interações. Em seguida, para a socialização das etapas da Ciranda Infantil, o grupo foi dividido a fim de adaptar a linguagem e os temas mais pertinentes aos adultos e às crianças.

Com as mães, durante a apresentação das etapas, foi feita uma retrospectiva do que foi realizado em um rico diálogo em que foram expressas as percepções individuais, os desafios surgidos durante a implementação da Ciranda e as possibilidades de superação por meio de acordos coletivos e em cooperação. A presidente da Associação, Adilma Gomes, chamou a atenção para a necessidade de maior participação das famílias no cuidado do espaço e com as crianças. Ela relatou que os brinquedos que foram doados para a associação não estavam sendo colocados à disposição no espaço por falta de voluntários para se responsabilizarem pelos cuidados enquanto as crianças brincam. Algumas mães se queixaram da contaminação da areia por fezes de animais e que suas crianças estavam contraindo micoses, por essa razão não estavam permitindo que fossem brincar no espaço.

Na roda de conversa proposta para este encontro, cujo tema gerador foi “a natureza no brincar”, retomou-se o debate iniciado no primeiro encontro de sensibilização sobre a importância de garantir espaços e tempo para as crianças brincarem juntas e se desenvolverem saudavelmente, e se buscou mediar um diálogo a fim de encontrar soluções para alguns dos problemas apontados. Com relação ao envolvimento e à participação da comunidade, Adilma falou sobre um projeto para engajar as crianças e os jovens nos cuidados da praça e solicitou às mães que colaborassem incentivando e apoiando seus filhos e filhas a participarem. Sobre a

contaminação da areia e as micoses nas crianças, foi sugerido orientá-las a não andarem descalças, não brincarem sentadas na areia e, quando chegarem em casa, lavar os pés e as mãos, evitando assim a contaminação. Após explanação sobre os benefícios do brincar para o desenvolvimento integral das crianças, chegou-se ao consenso de que privar as crianças de brincar na praça, diante da carência de espaços na comunidade, não seria a melhor opção.

Enquanto as mães participavam da roda de conversa no espaço aberto da Associação, em uma das salas do projeto as crianças puderam refletir sobre o trabalho coletivo e cooperativo que realizaram durante o mutirão de limpeza e de organização do espaço de brincadeiras da praça, com o conto “O grande rabanete”, uma história que valoriza a solidariedade, a ética e a união das pessoas para alcançarem um objetivo comum.

Figura 23 – Encontro com as mães para socialização das etapas da Ciranda Infantil do PEAC



Fonte: Acervo da ACC, 2023.

A culminância do encontro se deu com a exibição do vídeo documentário da Ciranda Infantil produzido pelo Núcleo de Educomunicação do PEAC, com uma compilação de alguns dos momentos marcantes para a implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa. As imagens captadas evidenciaram que, quando se participa de algo ativamente, quando se faz algo com as próprias mãos, é possível dar mais valor às vivências, bem como ao espaço, aos recursos e ao tempo. Avaliamos que o encontro obteve êxito, uma vez que atendeu ao que foi proposto no planejamento, contribuindo assim para a realização da partilha e a compreensão do processo e da importância do envolvimento e da participação de cada um(a) para a realização da Ciranda Infantil.

Uma síntese da implementação da Ciranda Infantil do PEAC e os elementos estruturantes para a construção de Espaços de Ciranda Infantil

O produto educacional desta dissertação consistiu na produção de um “**Produto Técnico Educacional para Ações de Educação Ambiental Crítica na Produção de Espaços de Ciranda Infantil**” (Apêndice C) a partir da observação da experiência com as Cirandas Infantis do MST e da realização da Primeira Ciranda Infantil do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

A produção do Espaço de Ciranda Infantil do PEAC alcançou a sua meta na medida em que conseguiu envolver as crianças e as mães participantes nos processos formativos promovidos pelo Programa. Durante todas as etapas de construção da Ciranda, houve a problematização acerca das demandas da comunidade e sobre os conflitos presentes no território. A participação e o engajamento nas ações propostas também evidenciaram que a Ciranda contribuiu para o processo de auto-organização e fortalecimento da autonomia dos sujeitos envolvidos.

A partir da experiência das Cirandas Infantis do MST e do processo de construção e implementação da Ciranda Infantil do PEAC, foi possível identificar três elementos estruturantes para a constituição desses espaços e traçar algumas de suas características:

- **Espaço** – A escolha do espaço precisa atender a alguns critérios a fim de garantir o bem-estar de todas(os) as(os) participantes. O espaço precisa ser/estar: *preparado* (possuir uma infraestrutura básica, acesso a banheiros, bebedouro, cobertura e equipamentos adequados quando houver), *acessível* (para todas as idades, habilidades e necessidades), *seguro* (oferecer riscos moderados, com supervisão antes e durante, a fim de evitar acidentes) e *inclusivo* (acolher e valorizar a diversidade, incentivando a empatia e a compreensão das diferenças). Um ambiente educativo que dialogue com o contexto cultural e ambiental dos sujeitos e que ofereça condições para que as crianças e os demais participantes desfrutem com qualidade das atividades desenvolvidas.
- **Tempo** – É fundamental compreender que a forma de organizar o tempo na Ciranda Infantil diz respeito à organização dos processos educativos das crianças. Desse modo, ao estruturar a programação da Ciranda Infantil, os educadores deverão buscar o equilíbrio entre as atividades dirigidas – aquelas com intencionalidade política e pedagógica – e as livres, individuais e coletivas, alternando entre momentos de expansão, contração e pausas, reconhecendo e respeitando o nível de energia e

capacidade de concentração de cada criança. Dessa maneira, promoverão um ambiente equilibrado, estimulante e propício ao aprendizado saudável e significativo.

- **Relações** – Ao planejar a Ciranda Infantil, faz-se necessário refletir sobre a natureza do trabalho que se pretende desenvolver nesse espaço e quais princípios metodológicos irão nortear as relações que serão construídas durante a sua realização. Nessa perspectiva, desde que a proposta seja desenvolver ações educativas com crianças sob o viés crítico e emancipatório da Educação Ambiental, os educadores e as ações educativas precisam estar imbuídos de sentido, partindo do contexto em que os educandos estão inseridos, de modo que possam se apropriar de tais conhecimentos para transformar a si e a sua realidade (Freire, 1983a), valorizar a experiência do saber vivido, da memória e da identidade dos educandos (Freire, 1983b), sem abrir mão do cuidado com a “boniteza” e com a ética no processo de ensino e aprendizagem, encontrando na Arte e na Estética um caminho que conduz ao conhecimento (Freire, 2016).

Além desses elementos, destacamos: 1) **o brincar** como base fundante da Ciranda Infantil, uma vez que esteve na centralidade de todos os processos vividos. No espaço, no tempo e nas relações, buscou-se, através da ação do brincar, integrar crianças e adultos, criando bons e duradouros vínculos (como está na própria etimologia da palavra). Recuperamos antigas brincadeiras e brinquedos, alguns já esquecidos, daqueles que potencializam as atividades coletivas, contribuindo também para a ampliação do repertório lúdico-cultural das/dos participantes; 2) **a roda**, presente nos momentos da mística de abertura e fechamento dos espaços, conectando todas e todos, convidando a conjugar o tempo no “presente do futuro”; 3) **a construção do estandarte**, símbolo potente, bandeira, materialização da memória, nos traços e nas cores de quem já faz parte dessa história.

Desenvolver ações de EA Crítica com crianças de diferentes faixas etárias em um espaço de educação não-formal trata-se de algo potencialmente desafiador, considerando que, a depender da etapa de desenvolvimento em que se encontrem, as crianças podem ter limitações para realizar análises complexas. Nesse sentido, as abordagens educativas na Ciranda Infantil devem buscar engajar as crianças através da combinação entre momentos de sensibilização e estímulos para reflexão. Uma vez que essas ações estejam enriquecidas por conceitos, contribuirão para o desenvolvimento de uma mentalidade crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaria de salientar que as questões abordadas ao longo da pesquisa e as conexões que procuramos estabelecer não tiveram a intenção de serem tratadas de forma exaustiva. Pelo contrário, acreditamos que elas apontam para um caminho promissor, que poderá abrir espaço para inúmeras outras abordagens e perspectivas futuras. A realização desta pesquisa me trouxe alegrias e satisfação e contribuiu para ampliar a minha visão de mundo e a minha percepção sobre mim mesma.

Durante as etapas de investigação e de produção da pesquisa, foi possível reconhecer o importante papel que o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), através de seus processos formativo-político-educativos, orientados pelos pressupostos da Educação Ambiental Crítica, desempenha junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, fomentando os processos de organização coletiva para que estes tenham acesso aos direitos territoriais de acordo com o que estabelece a lei.

Subvertendo a mensagem do provérbio africano, também é verdade que “a aldeia precisa da criança tanto quanto a criança precisa da aldeia”. Sendo assim, compreendemos que, para assegurar a ampliação da participação desses sujeitos sociais e fortalecer as presentes e as futuras gerações de representantes/lideranças dessas comunidades, é fundamental que o Programa promova a inclusão do público infanto-juvenil em suas ações educativas/formativas, criando as condições necessárias para que crianças, jovens e adultos estejam integrados aos processos formativos de base comunitária e de defesa de seus territórios.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo demonstrar que os Espaços de Ciranda Infantil podem ser instrumentos educacionais da Educação Ambiental Crítica, auxiliando na formação política do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), visto que esses espaços são possíveis tanto quanto necessários para o Programa. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre o que caracteriza as Cirandas Infantis, identificando elementos que são estruturantes para a implementação desses espaços para o desenvolvimento de práticas de EA Crítica com crianças, o que nos permitiu desenvolver um exitoso “projeto piloto” de Espaço de Ciranda Infantil para o Programa e elaborar uma proposta de atuação teórico-metodológica a ser desenvolvida com as crianças em espaços de educação não-formal.

Embora a pesquisa tenha alcançado todos os seus objetivos, conforme mencionado anteriormente, é importante destacar algumas das suas limitações. No que tange ao cumprimento das fases e das etapas para implementação da Ciranda Infantil, pela própria

dinâmica de atividades do Programa, cujo cronograma está sujeito a alterações devido às demandas dos comunitários e comunitárias, tivemos de reduzir a quantidade de intervenções junto à comunidade, o que, em nossa avaliação, comprometeu a participação dos sujeitos envolvidos na cocriação da Ciranda Infantil. Outro fator limitante foi quanto ao atraso dos recursos materiais, das estruturas lúdicas da Ciranda e da contratação das Cirandeiras devido aos trâmites burocráticos do Programa, o que resultou em dificuldades na execução das atividades planejadas.

A partir desta pesquisa, espera-se que o Programa possa implementar e aprimorar a proposta educativa da Ciranda Infantil apresentada, realizando processos formativos na base das comunidades para que os próprios comunitários e comunitárias possam vir a atuar como cirandeiros e cirandeiras nos espaços formativos em seus territórios e que o produto técnico desta pesquisa contribua para que outras educadoras e outros educadores se sintam estimuladas(os) a implementar e/ou atuar em espaços de educação não-formal, desenvolvendo ações e práticas de Educação Ambiental com o viés crítico para/com o público infanto-juvenil.

REFERÊNCIAS

- ANELLO, L. de F. S. **Os Programas de Educação Ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de exploração de Petróleo e Gás no Mar do Brasil: A Totalidade e a Práxis como princípio e diretriz de execução.** Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.
- ANELLO, L. de F. S.; WALTER, T. A Educação Ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Ambiente e Educação**, v. 17, 2012.
- BIHAIN, N. M. **A trajetória da educação infantil no MST: De ciranda em ciranda aprendendo a cirandar.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. *In*: JÚNIOR, L. A. F. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005a.
- BRANDÃO, C. R. Comunidades Aprendentes. *In*: JÚNIOR, L. A. F. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005b.
- BRANDÃO, C. R. **A terceira margem do Rio: anotações e fragmentos sobre a experiência da pesquisa como um encontro.** Campinas, 2017.
- BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** 3. ed. Brasília: MEC/MMA, 2005. 102p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/pronea3.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012.

BRASIL. **Marco Legal da Primeira Infância**. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2017.

BRASÍLIA. **Produção técnica**: Grupo de trabalho. Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2019.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos de educação. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CRUZ, J. S. *et al.* O Controle Social e a Formação do Conselho Gestor do PEAC. *In*: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças e (Orgs.). **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o Licenciamento na Gestão Ambiental Pública do Meio Ambiente. 2. ed. rev. e ampl. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

FÁVERO, O. Educação Não-Formal: Contextos, Percursos e Sujeitos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 614-617, maio/ago. 2007 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PXffv6zx3gFXmwN3wpydDpr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FIORI, J. L. Dialética y Libertad. *In*: FREIRE, P.; FIORI, E. M.; FIORI, J. L. **Educacion Liberadora**. Bilbao: Editora Zero S.A., 1973.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONG'S. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro, 1992.

FRANCO, M. A. S. Pesquisa-ação na prática pedagógica: balizando princípios metodológicos. **Sine loco**, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507/13331>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. *In*: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do**

campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 748-759.

GADOTTI, M. Los aportes de Paulo Freire a La pedagogia crítica. **Revista Educación**, v. 26, n. 2, p. 51-60, 2002.

GADOTTI, M. **A questão da Educação formal/não-formal**. Institut International des droits de l'enfant (ide) droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 Octobre 2005.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2022.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. G. Educação Não-formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, São Paulo, n. 1, 2014.

GOHN, M. G. **Educação não-formal no campo das artes**. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2015.

GONÇALVES, A. C. A. B. Um ensaio sobre a dialética no método epistemológico de raciocinar de Paulo Freire. In: VILAR, J. C.; ALMEIDA, S. G. de; PEDERIVA, P. M. L. (Orgs.). **Leituras freirianas: Diálogos que permanecem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 217p.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**. Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 85-93.

GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M. M. N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. **Educar**, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, n. 27, p. 147-162, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a10n27.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Orientações pedagógicas para elaboração e implementação de programas de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás**. Brasília: Ibama, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Proposta Técnica – Programa de Educação Ambiental com comunidades**

costeiras. Processo Administrativo, CGPEG/DILIC/Ibama n° CGPEG/DILIC/Ibama n° 02022002216/07, Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano Geral de Trabalho** – Programa de Educação Ambiental com comunidades costeiras. Processo Administrativo, CGPEG/DILIC/Ibama n° 02022002216/07, Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa nº2, de 27 de março de 2012. **Diário Oficial da União**, de 29/03/2012 (n° 62 Seção 1, p. 130).

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 55-56, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23–40, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, G. F. C. Educação, Emancipação e Sustentabilidade: Em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. *In*: LAYRARGUES, P. P (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental; Brasília, 2004. p. 85-111.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação ambiental na escola: tá na lei. *In*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil** - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 24-33.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, v. 9, n. 5, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. *In*: MEDEIROS, H.; SATO, M. (Coords.). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004a. p. 13-20.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. *In*: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental; Brasília, 2004b. p. 67-84.

LOUREIRO, C. F. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil** - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 66-71.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo. **REMEA** - Revista. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 36, n. 1, p. 79-95, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8954/5811>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LUEDKE, A. M. S. **A formação da criança e a Ciranda Infantil do MST**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2013.

MARQUES, F. M. E.; BATISTA, R. O. S.; SANTOS, G. S. Assessoria Técnica-Popular na Associação Comunitária de Moradores Loteamento Senhor do Bonfim em Aracaju/Se. *In*: Adilma G. *In: Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste* (2. : 2022 : Fortaleza, CE). Assessoria técnica popular como plataforma pelo direito de habitar [recurso eletrônico] / Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste – Fortaleza: Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, 2022. 283 p.; v. 2. Disponível em: <https://forumatpne.wixsite.com/site/publicacaoatual>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MARQUES, F. M. E.; BASTOS, B. N. N.; BATISTA, R. O. S. A contradição capital-trabalho na pesca artesanal: o avanço do capital imobiliário sobre o território da comunidade Farolândia. *In*: V Encontro Nacional e XI Fórum Estado, Capital, Trabalho: A Ciências Humanas e 'Miséria da razão', 2020, São Cristóvão. **ANAIS V ENGPECT**, 2020. v. Disponível em: <https://engpect.wordpress.com/anais-v-engpect/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MMA. **Orientações Pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural**. Brasília, 2005.

MMA. **Guia para Elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal**. Brasília, 2019.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação Nº 8**. Porto Alegre: MST, 1996.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação Infantil: Construindo uma nova criança. **Boletim da Educação**, São Paulo, n. 7, 1997.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Pedagogia do Movimento Sem Terra: Acompanhamento às Escolas. **Boletim da Educação**, São Paulo, n. 8, 2001.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 12, nov. 2004.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dossiê MST Escola. **Caderno de Educação**, n. 13, Edição Especial, 1. ed., agosto de 2005.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação da infância sem terra: orientações para trabalho de base. **Caderno da Infância**, n. 1, edição especial, 2011.

PEAC - Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras. **Plano de Trabalho para o período de 2022-2023**. Sergipe, Outubro/2022a.

PEAC - Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras. **Relatório Anual das Atividades do Plano de Trabalho 2021-2022**. Sergipe, Setembro/2022b.

PELOSO, R. (Org). **Trabalho de Base**: Seleção de roteiros organizados pelo Cepis. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *In*: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Philippe Pomier Layrargues (Org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. Rio de Janeiro: Cortez, 2009

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. [S. l.]: Editora Brasiliense, 2009.

QUINTAS, J. S.; GOMES, P. M.; UEMA, E. E. **Pensando e praticando a educação no Processo de Gestão Ambiental**: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: Ibama, 2005.

ROSSETTO, E. R. A. **A organização do trabalho pedagógico nas Cirandas Infantis do MST**: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos Sem Terrinha. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2016.

ROSSETTO, E. R. A. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós**: a educação das crianças sem terrinha no MST. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ROSSETTO, E. R. A. A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST. **Revista Múltiplas Leituras**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v3n1-2p103-119>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SERRÃO, M. A.; MENDONÇA, G. M. Educação Ambiental no Licenciamento. *In*: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013. p. 427-440.

SIMSON, O. R. de M. V.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. et al. Educação não-formal: um conceito em movimento. **Rumos Educação Cultura e Arte: Visões Singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. p. 13-41. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/svsnee0>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor. *In*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil** - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 14-21.

SOUZA, M. C. B. de. **A concepção de criança para o enfoque histórico-cultural**. 2007. 154 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102252>. Acesso em: 28 fev. 2022.

TIRIBA, L. Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil. *In*: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coords.). **Vamos cuidar do Brasil** - conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola. Brasília- Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 219-228.

TIRIBA, L. **Educação Infantil como direito e alegria**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-Ação. *In*: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em Revista**, Dossiê: Educação Ambiental, v. 27, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NF53QF3xZhTHWjVVznd57zG/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed., 18. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Trabalho original publicado em 1926).

WALTER, T.; MENDONÇA, G. Interferência da Atividade de Petróleo na Pesca: Aspectos do Licenciamento Ambiental. *In: Anais do I Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil*. SAGE/COPPE/UFRJ, 2004.

APÊNDICE A - Roteiro de observações / Diário de campo**OBSERVARÇÕES E NOTAS**

Data da observação: _____ de _____ 2023.

Local: _____

Turno da visita: _____

Tempo: _____

1. A Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim:

- a) Receptividade dos sujeitos: acolhedores, abertos ou fechados/rejeição em relação à pesquisadora;
- b) Fatos específicos, números e detalhes sobre o local;
- c) Expressões, palavras e frases, resumos de conversas;
- d) Como se dá a organização para realização das atividades/projetos?
- e) Condições existentes/infraestrutura local;

APÊNDICE B – Diário de Campo

Os registros em forma de diário de campo consistiram em anotações de campo entremeadas por observações livres e participantes. Neles foram registradas as impressões que a pesquisadora conseguiu capturar durante a pesquisa conduzida na Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim, localizada na Comunidade do Barrosinho, Bairro Farolândia, em Aracaju-SE, durante as etapas de construção e implementação da Primeira Ciranda Infantil do PEAC.

CAMPO I – ASSOCIAÇÃO

Data da observação: 20 de fevereiro de 2023.

Local: Sede da ACMLSB

Turno: Manhã

Tempo: Ensolarado



Descrição da observação:

O primeiro dia de campo correspondeu à visita à Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim (ACMLSB), com o objetivo de apresentar a proposta e os objetivos da realização da Ciranda Infantil do PEAC. Muito receptivamente a líder comunitária e atual presidente da Associação, Adilma Gomes Santos, nos recebeu com bastante entusiasmo com a ideia da realização da Ciranda na sua comunidade. Ela nos levou para conhecer o prédio onde funciona a Associação, nos informou que o imóvel é alugado, mas

que a comunidade já recebeu um terreno onde será construída a sede da instituição com recursos oriundos dos projetos de compensação do PEAC. Adilma foi conselheira durante a 4ª gestão do Projeto do Conselho Gestor do PEAC, e em sua fala ela reconhece a importância da sua passagem pelo Programa, quando diz que “*o Programa foi uma verdadeira escola*” e que, diante dos percalços para formar e manter uma associação comunitária, foi através do Programa que ela conheceu os meios de se instrumentalizar e recebeu apoio e assessoria técnica necessária para seguir em frente. No dia em que fomos visitar a Associação, não estavam sendo desenvolvidas atividades no prédio, mas estava movimentado. Algumas pessoas da comunidade apareciam para pegar algum documento ou saber alguma informação. Adilma estava acompanhada de duas colaboradoras. Ela nos apresentou as novas salas de aula do Projeto “Prevenção do Amanhã” e a pintura nova que o muro dos fundos da Associação estava recebendo, uma ilustração colorida com temas infantis. Esse muro, que havia sido levantado recentemente, delimita a área onde está sendo construído um condomínio de luxo. Adilma, muito indignada com a presença do muro, afirma que ele invade parte do terreno da Associação e do passeio público, deixando a comunidade sem saída, e ela informou que já acionou os órgãos competentes sobre esse assunto. Em seguida, nos mostrou o terreno que fica aos fundos da Associação e ela vem mobilizando os moradores a lutar para que o muro recue e ali seja construída a futura praça da comunidade. Observamos que o terreno estava cercado com arame farpado, uma parte com o mato alto, e possuía quatro pés de nim e uma amendoeira próximo ao passeio. No outro extremo do terreno, ficam os portões que dão entrada para a obra, por onde passam as máquinas e os caminhões com materiais de construção. Adilma relatou que as obras têm impactado as habitações, que têm apresentado rachaduras nas paredes. Na sua visão, a realização da Ciranda Infantil nesse espaço seria uma ótima maneira de cooperar para mobilizar a comunidade e de chamar a atenção do poder público. Terminamos a visita, deixando agendada a próxima para o dia 27 de fevereiro, quando retornaríamos para conhecer as crianças assistidas pelo Projeto “Prevenção do Amanhã”.

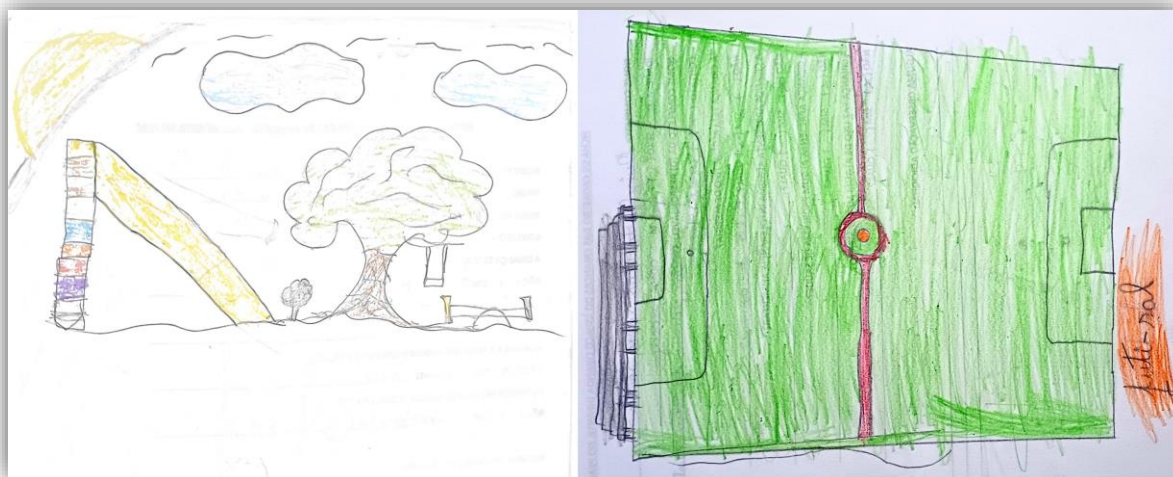
CAMPO II – ASSOCIAÇÃO

Data da observação: 27 de fevereiro de 2023

Local: Sede da ACMLSB

Turno: Manhã

Tempo: Ensolarado



Descrição da observação:

O dia estava bom, fazia sol, e a temperatura estava amena quando chegamos à ACMLSB para visitar o Projeto “Prevenção do Amanhã” no turno da tarde. A rotina do projeto se dá da seguinte maneira: as crianças são divididas em duas turmas, a partir das 13h chega a turminha situada na faixa etária dos 6 aos 8 anos de idade aproximadamente; elas iniciam realizando as tarefas da escola com o auxílio das professoras e em seguida realizam atividades propostas pelas professoras do projeto; depois que terminam as atividades, as crianças vão para o lanche e às 15h são liberadas para irem para casa; nesse horário chegam os alunos da segunda turma, na faixa etária entre 9 e 12 anos, e o procedimento acontece da mesma maneira: eles realizam as atividades da escola e do projeto, depois lancham e em seguida são liberados para irem para casa. Em conversa com as professoras, perguntei sobre como organizam as atividades, e uma delas relatou que *“buscam desenvolver uma metodologia diferenciada para aprimorar os conhecimentos através da interdisciplinaridade, da contextualização e se baseia em temas que são propostos às crianças”*. As crianças ainda fazem capoeira e educação física em dias alternados na semana no período noturno. Nesta visita ficamos observando as turmas da professora Cassimeire, a Tia Cacá. As crianças estavam curiosas, a professora e as mães haviam conversado sobre a Ciranda Infantil, que iria acontecer um “mutirão da praça”. Conversamos sobre o que elas sonhavam que tivesse na pracinha, e entre os desejos o que mais apareceu foram os balanços, um parquinho e o campinho de futebol. Pedimos então que elas desenhassem e que tentaríamos construir todos juntos no dia do mutirão. Atendendo ao pedido, contribuíram as turmas da manhã e da tarde com lindos desenhos. Como são simples nossos sonhos quando somos crianças.

CAMPO III – ASSOCIAÇÃO

Data da observação: 11 de março de 2023

Local: Sede da ACMLSB

Turno: Manhã

Tempo: Parcialmente nublado

**Descrição da observação:**

O dia amanheceu com algumas pancadas de chuva, mas logo depois fez bastante sol e calor. Chegamos logo cedo à ACMLSB. Estava acompanhada de Josiene de Carvalho (ACC) e Isabela Pinheiro (CHÃO), logo em seguida chegou a presidente da Associação, Adilma Gomes. Como tinham sido convidadas 30 pessoas, optamos por nos reunir na área de convivência nos fundos do prédio, que é coberta e possui maior ventilação. Nessa área fica uma grande mesa com cavaletes, onde as crianças do projeto costumam fazer as refeições. Nós desmontamos a mesa e fizemos um grande círculo em volta com os bancos e cadeiras. As mulheres da comunidade foram chegando, praticamente juntas, no horário que havia sido combinado. São mães, avós e tias das crianças que fazem parte do Projeto “Prevenção do Amanhã”, todas associadas à ACMLSB. Estavam com semblantes tranquilos, algumas mais sorridentes, apenas duas mães estavam com crianças de colo. Recebidas com versos, danças e cantorias,

timidamente elas foram interagindo aos poucos. Pouco tempo depois que iniciamos, chegou a nossa professora orientadora Shiziele Shimada, que veio acompanhar a atividade. Adilma nos apresentou, e na sequência fizemos uma rodada de apresentações musicada, todas já se conheciam. Em seguida, falamos sobre o PEAC e o Projeto do Conselho Gestor, com a ajuda de Adilma, que relatou sobre a sua passagem pelo CG e o convite para participar da pesquisa. Apresentamos também os termos de consentimento, assentimento e cessão de uso de imagem. Explicamos que elas e as crianças fariam parte de um “projeto piloto” que compreendia, a primeira Ciranda Infantil do PEAC. Para explicar o que é um espaço de Ciranda Infantil a educadora Josiene de Carvalho (ACC), que fazia parte da equipe executora, partilhou sua experiência na construção de uma Ciranda Infantil, através de um cartaz com fotos das ações que foram realizadas juntamente com uma equipe de professores da UFS, contemplada em um edital em 2021. Nesse instante houve uma feliz curiosidade ao descobrir, através de Adilma, que uma parte do valor remanescente do referido edital foi revertida para a reforma e ampliação do prédio da ACMLSB. Em seguida, Isabela Pinheiro, que já realiza um trabalho de assessoria técnica com a Comunidade e a Associação, através da empresa Chão, falou sobre o intercâmbio formativo que ocorreria juntamente com a Ciranda Infantil durante a 15ªRCG. Buscamos em nossas falas ser breves e assertivas para não exceder o horário combinado, já que sabíamos que essas mulheres eram todas donas de casa e tinham seus compromissos com os seus afazeres domésticos e suas famílias. Nesse primeiro momento, estavam todas muito atentas e não fizeram perguntas. No momento seguinte da roda de conversa, foi que houve maiores interações e participações. Em um diálogo sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, refletimos sobre as implicações da ausência de espaços na comunidade voltados para a infância e o que precisamos fazer para garantir às crianças o direito de brincar com liberdade e segurança para um desenvolvimento pleno e saudável. Adilma então lançou a proposta de todas se mobilizarem para preparar o terreno aos fundos da associação para receber a Ciranda Infantil e aproveitar para tornar esse espaço uma área de lazer para as crianças e as famílias da comunidade, convite que se estendeu às crianças. Observamos que algumas mães demonstraram maior entusiasmo que outras, já propondo ideias e falando dos materiais que iriam precisar. A data definida para a Ciranda Infantil ficou para o dia 24 de março (sexta-feira); sendo assim, combinamos que o mutirão de limpeza seria no próximo final de semana, dia 18 de março (sábado), no período da manhã. Como já estávamos nos aproximando do término deste encontro de sensibilização, foi proposta a criação de um grupo de mensagens por aplicativo para trocar mais informações e preparar para o mutirão da semana seguinte.

Encerramos o encontro com uma roda, cantando “*essa ciranda não é minha só, ela é de todxs nós*”, marcando o passo, unindo mãos com mãos.

CAMPO IV – TERRENO/PRAÇA

Data da observação: 18 de março de 2023

Local: Terreno aos fundos da ACMLSB

Turno: Manhã

Tempo: Nublado



Descrição da observação:

O dia amanheceu chuvoso, mas fazia calor, como é típico do mês de março aqui em nossa região. Assim que chegamos, o tempo ficou firme e se manteve nublado ao longo de toda a manhã. As crianças já estavam lá no terreno que fica aos fundos da ACMLSB, nosso ponto de encontro, acompanhadas de Adilma, de duas colaboradoras e duas professoras do Projeto “Prevenção do Amanhã”. Eu cheguei em companhia das educadoras da Associação Ciranda Criativa, Josiene de Carvalho, Antoniélia Ribeiro, Monike Rayanne e Luizy Dominique; da estagiária do Núcleo de Comunicação do PEAC, Vivian Evelyn, e dos companheiros da equipe técnica do Projeto do Conselho Gestor César Leandro, Elaine Cristine, Fillipe Matheus e Isabela Pinheiro. Uma verdadeira força-tarefa para se somar às mães e às crianças na cocriação do Espaço da Ciranda Infantil e da futura praça da comunidade. As crianças estavam bastante animadas, e assim que chegamos foi possível notar a ausência da maioria das mães. No grupo de mensagens, algumas justificaram, outras falaram diretamente com Adilma que deixariam

que as crianças fossem participar. Mais de 40 crianças estiveram no “mutirão da pracinha”, como elas chamaram. Foi começar a cantar “*Ô abre a roda tindolêlê*”, e todos já estávamos de mãos dadas. No final da canção, Adilma recordou a razão de estarmos juntos naquele espaço. Dava satisfação em ver que os semblantes das crianças eram sempre de contentamento! O que para os adultos era trabalhoso para as crianças era a mais pura diversão. Elas mesmas se dividiram em grupos de trabalho para arrancar os matos, rastelar as folhas, recolher o lixo, cavar os buracos para enterrar os pneus, pintar o muro... e acabavam fazendo um pouco de cada coisa, “*porque assim é mais divertido*”, disse uma delas. Mas tudo feito com bastante empenho, cada tarefa ia sendo finalizada. Reunidos os materiais, o desafio maior foi tentar materializar o espaço como havia sido desenhado por elas. E dentro do que foi possível foram surgindo dois balanços e um circuito de pneus e troncos de coqueiro, que também representavam a divisão da parte das crianças menores e da parte das crianças maiores, onde planejam que seja um campinho de futebol. Já próximo do final da manhã, a maior parte das crianças esteve concentrada na pintura do muro, que não conseguiu ser terminada porque o muro é muito extenso, e só havia três brochas e um rolinho. Observar o empenho das crianças na construção dos espaços de brincar do espaço da futura praça, participando da alegria em usufruir do espaço constituído, em comunhão, nos faz pensar no caráter revolucionário do brincar juntos, de como é fortalecedor sentir-se fazendo parte de uma comunidade. Era próximo das 12h quando começamos a cantar novamente para chamar todas e todos para a roda de encerramento, com muita alegria por saber que na semana seguinte estaríamos juntos mais uma vez para continuar a cirandar.

CAMPO V – TERRENO/ESPAÇO CIRANDA INFANTIL

Data da observação: 24 de março de 2023

Local: Terreno aos fundos da ACMLSB

Turno: Manhã e tarde

Tempo: Ensolarado

Descrição da observação:

O dia amanheceu firme, e fez bastante sol e calor. Foi um sábado atípico, bastante movimentado na Comunidade do Loteamento Senhor do Bonfim. Ao chegarmos, tratamos logo de saber sobre a interdição da rua para montar as barracas e receber as crianças. Segundo Adilma, a SMTT autorizou o bloqueio da via, mas informou que seria de inteira

responsabilidade do emitente do ofício providenciar os meios para a realização. Foram então improvisados piquetes com os bancos e cavaletes na entrada da rua. Os carros foram chegando, trazendo os conselheiros e as conselheiras do hotel onde estavam hospedados para participar da RCG, e foram sendo acomodados no prédio da Associação onde ocorreriam as oficinas. A equipe já estava toda no espaço quando as crianças foram chegando, semblantes sorridentes, nos cumprimentavam com abraços calorosos, como se já nos conhecêssemos de longa data. Estavam inscritas 30 crianças do Projeto “Prevenção do Amanhã”, mas o convite havia sido estendido a todas as crianças. No final das atividades, na relação de controle de presença, foi registrada a participação total de 46 crianças. Um grande toldo fora montado dentro do espaço, onde estiveram dispostas mesas e cadeiras para os momentos de refeições. Como havia bastante movimentação, havia também bastante ruído, o que tornou incrivelmente desafiadores os momentos de maior concentração como a contação de histórias e o diálogo com Dona Luiza, mas as crianças se mostraram muito atentas durante cada uma das atividades realizadas, uma harmonia esplendorosa, para além do que imaginávamos que seria possível diante daquelas circunstâncias. Como as crianças já eram maiores (6 a 12 anos), se portavam com bastante autonomia para ir beber água e ir ao banheiro. Um bebedouro esteve disposto todo o tempo próximo ao local das atividades, e estávamos apenas a alguns metros de distância dos banheiros do Projeto. Algumas mães com crianças de colo acompanharam os trabalhos da Ciranda Infantil em diferentes momentos.



A equipe do Educom disponibilizou equipamento fotográfico para as crianças ao longo de toda a Ciranda, o que resultou em belíssimos registros, capturas dos olhares delas sobre a Ciranda e sobre a sua comunidade. Pelo olhar das crianças, interpretamos que, para elas, a

comunidade são “os afetos”, são as relações que têm sido construídas a partir das ações/projetos da Associação. Além de fotos, eles e elas fizeram também alguns vídeos de curta duração em que foram colhidos impressões e depoimentos, alguns deles presentes no vídeo produzido pela equipe do Educom. O “espírito de cooperação” também ficou evidente quando, ao final do trabalho, muitas das crianças se fizeram presentes ajudando na arrumação dos materiais. Ao final, a equipe estava bem cansada, mas todas e todos aparentavam tranquilidade e um semblante de satisfação. O trabalho foi desenvolvido sem maiores intercorrências, e voltamos para casa com a sensação de dever cumprido.

CAMPO VI – ASSOCIAÇÃO

Data da observação: 20 de maio de 2023

Local: Sede da ACMLSB

Turno: Tarde

Tempo: Chuvoso



Descrição da observação:

O dia foi de muita chuva, estava tudo muito molhado quando chegamos à Associação, e os planos de desenvolver atividades com as crianças do lado de fora tiveram de ser modificados. Eu estava acompanhada das educadoras da Associação Ciranda Criativa Josiene de Carvalho, Antoniélia Ribeiro, Josefa Jaciele e Luizy Dominique; da nova bolsista do Projeto do Conselho Gestor, Lunna Maria, e da bolsista do Núcleo de Comunicação do PEAC, Vivian

Evelyn. O restante da equipe estava trabalhando na realização da 16ª RCG, que estava ocorrendo no Hotel Parque das Águas. Também esteve presente a professora orientadora Shiziele Shimada, que veio acompanhar a atividade. Aos poucos foram chegando as mães e as crianças. Adilma estendeu o convite a algumas mães que não participaram da Ciranda Infantil, mais adiante compreenderíamos as razões. Chegavam de guarda-chuva e casaco, mas logo o frio passou, quando iniciamos a mística de abertura, na área de entrada da Associação. Já estava perto do São João, por isso a roda rítmica esteve composta por cantigas e brincadeiras que remetiam às festas juninas. E, como houvesse uma fogueira, esquentamos os nossos corações. Em seguida, explicamos como seria a dinâmica desse encontro de socialização, e logo as crianças foram ser acomodadas numa das salas do Projeto “Prevenção do Amanhã”, com as atividades conduzidas pelas educadoras da ACC, e eu continuei com as mães no espaço da área de convivência, onde foi preparada uma projeção para que pudéssemos rememorar cada etapa vivida durante a implementação da Primeira Ciranda Infantil do PEAC. Ao ir mostrando as fotos e os vídeos, era interessante observar os semblantes de contentamento quando se viam aparecendo nas imagens, e o questionamento quando não apareciam; essa foi a deixa para Adilma falar sobre as ausências sentidas durante o mutirão de limpeza do espaço e no dia a dia no cuidado com as crianças. Adilma aproveitou o momento para “deixar o recado”, de maneira firme falou que não podemos terceirizar o cuidado com os filhos e as filhas e que, por mais que ela ame estar com as crianças, *“não pode dar conta de cuidar de todas as crianças”*. As mães ouviram silenciosamente, o que para nós soou como uma forma de consentimento com o que foi dito. Na roda de conversa, foi o momento de maior participação, em que as mães traçaram os acordos coletivos de convivência e ocupação do espaço da futura praça. Na sala, as crianças, mesmo realizando atividades intercaladas com momentos de contração e expansão, logo aparentaram estar impacientes. No momento da exibição do vídeo documentário, que terminaram assistindo na sala por uma dificuldade em acomodar todas e todos no espaço onde estava instalado o projetor, as crianças vibravam cada vez que se viam nas imagens e quase não ouviam as falas, pois ficavam falando *“olha fulano ali”*, *“olha eu ali”*. Depois do vídeo foi servido o lanche, e, logo que a chuva deu uma trégua, aproveitamos para fazer a nossa roda de encerramento lá fora, no espaço da Ciranda, que é também o espaço da praça delas, das crianças.

APÊNDICE C – Produto Técnico Educacional

PRODUTO EDUCACIONAL PARA AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE CIRANDA INFANTIL

Mony Grazielle Barros Santos
Shiziele de Oliveira Shimada
Rosana de Oliveira Santos Batista

São Cristóvão (SE)
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Mony Grazielle Barros.
Projeto técnico educacional para ações de educação ambiental crítica na produção de espaços de ciranda infantil / Mony Grazielle Barros Santos ; orientadora Shiziele de Oliveira Shimada.. – São Cristóvão, SE, 2023.
31 f.; il.

Projeto técnico educacional (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação ambiental. 2. Pedagogia crítica. I. Shimada, Shiziele de Oliveira, orient. II. Título.

CDU 502:37

FICHA TÉCNICA PRODUTO

Título: Produto Educacional para Ações de Educação Ambiental Crítica na Produção de Espaços de Ciranda Infantil

Autores: Mony Grazielle Barros Santos; Shiziele de Oliveira Shimada; Rosana de Oliveira Santos Batista

Arte e diagramação: Gabriela Ferreira

Tipo De Material: Projeto Técnico Educacional

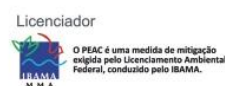
Formato Digital: PDF

Nível Escolar: A partir da Educação Infantil

Público Alvo: Em Geral

Link: <https://oercommons.org/courseware/lesson/109566/student/407894>

Origem Institucional:



Repositório:



Licença de Uso:



Apoio:



MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS

PRODUTO EDUCACIONAL PARA AÇÕES DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA PRODUÇÃO DE
ESPAÇOS DE CIRANDA INFANTIL

Projeto Técnico Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), Universidade Federal de Sergipe (UFS), como sendo o Produto Técnico Educacional para atender aos requisitos do Mestrado Profissional para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista

São Cristóvão (SE)

2023



APRESENTAÇÃO

O Produto Educacional para Ações de Educação Ambiental Crítica na Produção de Espaços de Ciranda Infantil trata-se de um “produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais” (BRASÍLIA, 2019, p.43), cujo objetivo é partilhar a experiência da implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC¹).

Este produto técnico foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), associada à Universidade Federal de Sergipe (UFS), através de pesquisas em livros, artigos, dissertações, documentos oficiais, sites e vídeos. Tem como objetivo final contribuir para caracterizar os Espaços de Ciranda Infantil enquanto instrumentos educacionais que dialogam com a perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental.

Deste modo, espera-se que este produto técnico ajude a fomentar o interesse e estimule outras educadoras e educadores ambientais a desenvolverem ações e práticas de Educação Ambiental com o viés crítico com crianças em espaços não-formais de educação.

¹A realização do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.POR QUE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS?

2.POR QUE CIRANDA INFANTIL?

3.COMO IMPLEMENTAR UMA CIRANDA INFANTIL PARA DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COM CRIANÇAS?

3.1 Nos passos da Construção da Ciranda Infantil

3.2 Modelo de Planejamento das Etapas da Ciranda Infantil

3.3. Elementos estruturantes para a construção de Espaços de Ciranda Infantil

4.CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

REFERÊNCIAS



INTRODUÇÃO

*“Pra se dançar ciranda
juntamos mão com mão
formando uma roda
cantando uma canção².”*

As expressões culturais têm raízes ancestrais e perduram por diferentes épocas históricas da humanidade. De acordo com o Dicionário de Houaiss (2009), a palavra ciranda se remete ao vocábulo em espanhol *zaranda* (çaranda) do século XIV, originário do hispânico-árabe *sarand*, do século IX, que originalmente se referia à peneira de selecionar material granuloso, grãos, areia etc. No contexto brasileiro, a ciranda, como é conhecida, encontra suas raízes vinculadas às manifestações culturais trazidas por camponeses europeus que migraram para o país.

Em Pernambuco, a ciranda é uma dança de roda, e foi declarada Patrimônio Imaterial do Brasil em 2019. Manifestação cultural enraizada na cultura pernambucana, tem sua origem nas atividades cotidianas das mulheres dos pescadores, que dançavam à beira da praia enquanto aguardavam ansiosamente seus companheiros retornarem do mar (Amorim, 2014). Para além de ser uma bela manifestação artística, as Cirandas representam uma forma de conexão e de solidariedade entre os participantes que, juntos de mãos dadas na roda, sentem-se parte de algo maior do que eles mesmos, fortalecendo a identidade cultural e o sentimento de pertencimento ao grupo.

²Composição do músico pernambucano Capiba, gravada por Lia de Itamaracá, em seu álbum “A Rainha da Ciranda”, de 1977.

Ao utilizar o vocábulo “Cirandas Infantis” para designar o trabalho educativo formal e não-formal voltado às crianças, filhas e filhos dos de trabalhadores rurais vinculados ao Movimento, o MST quis remeter às origens dessa expressão cultural, uma vez que estes trabalhadores se reúnem coletivamente na luta pela terra e traduzem seus objetivos através da mística como representação da cultura. A Ciranda Infantil reforça o sentido de brincadeira, como espaço intencionalmente planejado para a educação das crianças, seguindo o objetivo de promover a dança, a cultura popular, as cantigas de roda e o ser criança (Luedke, 2013).

Trata-se de espaços regidos por princípios filosóficos e pedagógicos que propõem uma educação omnilateral, ou seja, está voltada para as várias dimensões do ser humano, uma educação entendida como um processo permanente de formação e transformação humana e social (MST, 1996). Tais princípios dialogam com a perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental, por ser esta uma prática social que contribui para formar para o enfrentamento dos desafios socioambientais, para uma educação política e para o pleno exercício da cidadania.

O conteúdo deste Produto Técnico está dividido em três tópicos:

1 Por que Educação Ambiental Crítica em Espaços Não-Formais?

Destaca de que forma os espaços de educação não-formal favorecem a prática da EA Crítica, por assegurar que as questões ambientais estejam vinculadas aos processos sociais, permitindo interferir e transformar a realidade socioambiental;

2 Por que Ciranda Infantil?

Apresenta um breve histórico sobre o surgimento das Cirandas Infantis e caracteriza estes espaços educativos pedagogicamente planejados para proporcionar às crianças momentos de trocas, aprendizados e vivências coletivas;

3 Como implementar uma Ciranda Infantil para desenvolver ações de EA Crítica com crianças?

Descreve como se deu o passo-a-passo para a construção da Ciranda Infantil realizada no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), os procedimentos metodológicos, desde o processo de planejamento, a execução e a sistematização das ações empreendidas; apresenta um modelo de planejamento para a produção de cada etapa; e enuncia três elementos estruturantes identificados para a construção de Espaços de Ciranda Infantil a partir da observação da experiência com as Cirandas Infantis do MST e da realização da Ciranda Infantil do PEAC, são eles: **Espaço, Tempo e Relações**.

As referências presentes neste Produto Técnico, além de um acervo fotográfico, de vídeos e músicas, indicações de leituras, links para sites relacionados e uma variedade de sugestões de práticas pedagógicas, lúdico-estéticas e artístico-culturais que podem fazer parte de propostas educativas para Espaços de Ciranda Infantil, podem ser acessadas em: **[www.https://olacirandacriativa.wixsite.com/cirandainfantil](https://olacirandacriativa.wixsite.com/cirandainfantil)**

³SANTOS, M. G. B. Espaço de Ciranda Infantil: Uma Proposta Para o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC-SE). Dissertação (mestrado em Ciências Ambientais) – Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – MPROF-CIAMB, Universidade Federal de Sergipe, 2023.



1. POR QUE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS?

A educação não-formal é um processo educativo que ocorre fora do ambiente formal de instituições de ensino, como escolas e universidades, mas que ainda assim busca promover o aprendizado e o desenvolvimento pessoal. Diferentemente da educação formal, que segue um currículo estruturado e é orientada por certificações e diplomas, a educação não-formal é flexível, adaptável e baseada nas necessidades individuais dos aprendizes (Gohn, 2006).

Os principais objetivos da Educação Ambiental (EA) na Política Nacional do Meio Ambiente incluem o fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática social e ambiental; o incentivo à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável na preservação do meio ambiente; o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, dentre outras (BRASIL, 1981).

De acordo com Guimarães e Vasconcellos (2006) os espaços de educação não-formais possuem características que os tornam excepcionais para a promoção de ações de EA, uma vez que permitem uma maior liberdade na seleção e organização de conteúdos e metodologias, o que amplifica as possibilidades interdisciplinares e de contextualização dos temas desenvolvidos.

Sendo assim, a EA em espaços não-formais se apresenta como uma alternativa enriquecedora e complementar à educação formal, possibilitando que o processo de aprendizagem se dê de forma vivencial, e a experiência do conhecimento tenha uma ação intencional e política, incentivando a autonomia, a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico.





2. POR QUE CIRANDA INFANTIL?

As Cirandas Infantis têm suas raízes na prática educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que no final da década de 80, com a finalidade de ampliar a participação das mulheres nos espaços organizativos do movimento, criou as primeiras experiências de atendimento organizado para as crianças pequenas do/no Movimento. Atualmente as Cirandas se organizam de forma permanente nos assentamentos, nos acampamentos, nos centros de formação e nas escolas do Movimento; e de forma itinerante, nas ocupações, assembleias, reuniões, marchas, etc (Rossetto, 2010).


O MST define as Cirandas Infantis como espaços educativos, cujo objetivo é trabalhar as várias dimensões do ser criança sem-terra, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasias e personalidade em formação. Nesses espaços procura-se vincular as vivências com criatividade, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, a autonomia; o trabalho educativo, a saúde e a luta pela dignidade de concretizar a conquista da terra pela reforma agrária, e conseqüentemente as mudanças sociais (MST, 2004, p. 37).

De acordo com o MST (2004), os objetivos das Cirandas Infantis são:

1. Criar um espaço educativo para os filhos e filhas das famílias que participam do MST;
2. Implementar a pedagogia do MST em Educação Infantil;
3. Implementar na Ciranda Infantil a organicidade do MST;
4. Organizar atividades nas quais as crianças sejam sujeitos do processo;
5. Desenvolver a cooperação, de forma educativa que construa a vivência de novos valores;
6. Trabalhar a criação de vínculos e relações com os demais setores do Movimento: gênero, saúde, formação, produção, frente de massa...;
7. Garantir a formação política pedagógica permanente das educadoras e dos educadores infantis;
8. Realizar atividades em conjunto com as comunidades assentadas e acampadas, tais como produção de materiais, palestras, seminários, oficinas, etc., como prática formativa do coletivo.

Fonte: MST, 2004, p.39.

Muito mais que espaços físicos, as Cirandas Infantis são lugares de trocas de saberes, aprendizados e vivências de relações humanas, onde as crianças aprendem desde cedo a ocupar o seu lugar na organização da qual fazem parte (MST, 2004). Desse modo, é possível inferir que as Cirandas Infantis se configuram em ambientes educativos que dialogam com a perspectiva crítica e emancipatória da EA, por promover a construção de conhecimentos de forma vivencial e interativa, através de ações que carregam intencionalidade, como uma ação política, espaço de manifestação do exercício de cidadania em seu sentido pleno (Guimarães, 2007).



3. COMO IMPLEMENTAR UMA CIRANDA INFANTIL PARA DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COM CRIANÇAS?

Um Espaço de Ciranda Infantil pode atender a objetivos diversos. Nos espaços de extensão e formação popular, enquanto estratégia metodológica, a Ciranda possibilita que as crianças, os jovens e suas famílias estejam integrados aos processos formativos do grupo / da comunidade. Através de atividades pedagógicas, de forma lúdica, dinâmica e construtiva, é possível contribuir para a ampliação do universo lúdico-cultural das crianças, para o fortalecimento da identidade cultural e o sentimento de pertencimento ao grupo, entre outros.

Neste tópico, compartilharemos como se deu o processo de construção e implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), quais foram os procedimentos metodológicos, desde o planejamento, a execução e a sistematização das ações empreendidas; apresentaremos um modelo de planejamento para a produção de cada etapa; e enunciaremos três elementos estruturantes para a construção de um Espaço de Ciranda Infantil a partir da observação da experiência com as Cirandas Infantis do MST e da Ciranda do PEAC.



O Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) é uma medida exigida por lei dentro do processo de licenciamento ambiental, e atende às condicionantes específicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que objetiva mitigar os impactos da exploração petrolífera e também compensar as comunidades costeiras atingidas socioeconomicamente pelas operações da Unidade de Operações Sergipe e Alagoas (UNSEAL), da PETROBRAS, sediada em Aracaju.

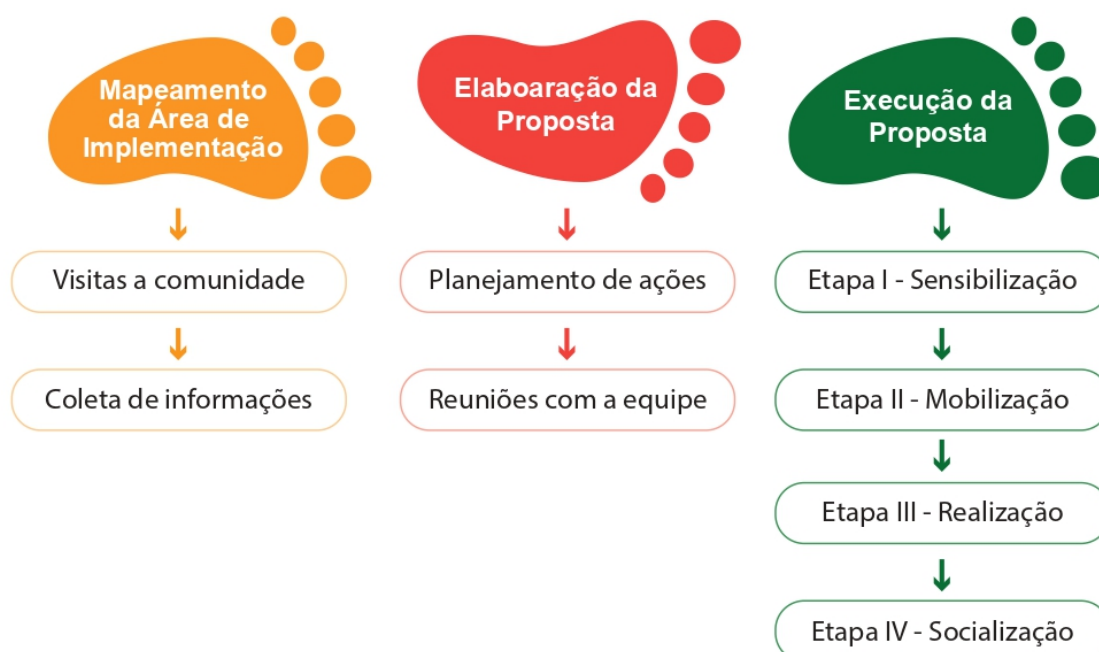
Os grupos sociais trabalhados no PEAC são prioritariamente os pescadores e pescadoras artesanais, incluindo-se as mulheres que realizam a catação e beneficiamento de mariscos (marisqueiras). Além desses, o programa também trabalha com pequenos agricultores, grupos que realizam atividades extrativistas (Mangabeiras) e comunidades tradicionais quilombolas. As atividades de mitigação desenvolvidas visam promover o fortalecimento político-organizativo desses sujeitos para que possam acompanhar criticamente a dinâmica socioambiental decorrente dos impactos ocasionados pelas instalações dos empreendimentos petrolíferos em seus territórios.

*Trata-se de uma das características do critério de aplicabilidade para classificação do Produto Técnico, faz referência à facilidade com que se pode empregar o Produto a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvido (BRASÍLIA, 2019, p.23).

A Primeira Ciranda Infantil do PEAC ocorreu durante o intercâmbio formativo da 15ª Reunião do Conselho Gestor (RCG), com as crianças e famílias assistidas pela Associação Comunitária dos Moradores do Loteamento Senhor do Bonfim (ACMLSB), da Comunidade do Barrosinho, localizada no Bairro Farolândia, em Aracaju-SE. Esta comunidade integra o conjunto de 98 comunidades abrangidas pelo Programa, que, através da produção de Espaços de Ciranda Infantil, pretende ampliar e democratizar o processo formativo junto às bases comunitárias e o fortalecimento das lideranças compreendidas da infância à juventude, garantindo assim o avanço na formação política mais pertinente às realidades dos povos e comunidades tradicionais assistidos pelo PEAC.

A proposta de Ciranda Infantil desenvolvida na/com a Comunidade do Barrosinho pode ser replicada* em qualquer outra comunidade. A seguir, apresentaremos o percurso metodológico para a construção da Ciranda Infantil do PEAC, que ocorreu em três passos, conforme ilustrado na figura 3:

Figura 3 - Passo a Passo da Construção e Implementação da Ciranda Infantil do PEAC.
Organização: Santos; Shimada; Batista, 2023.



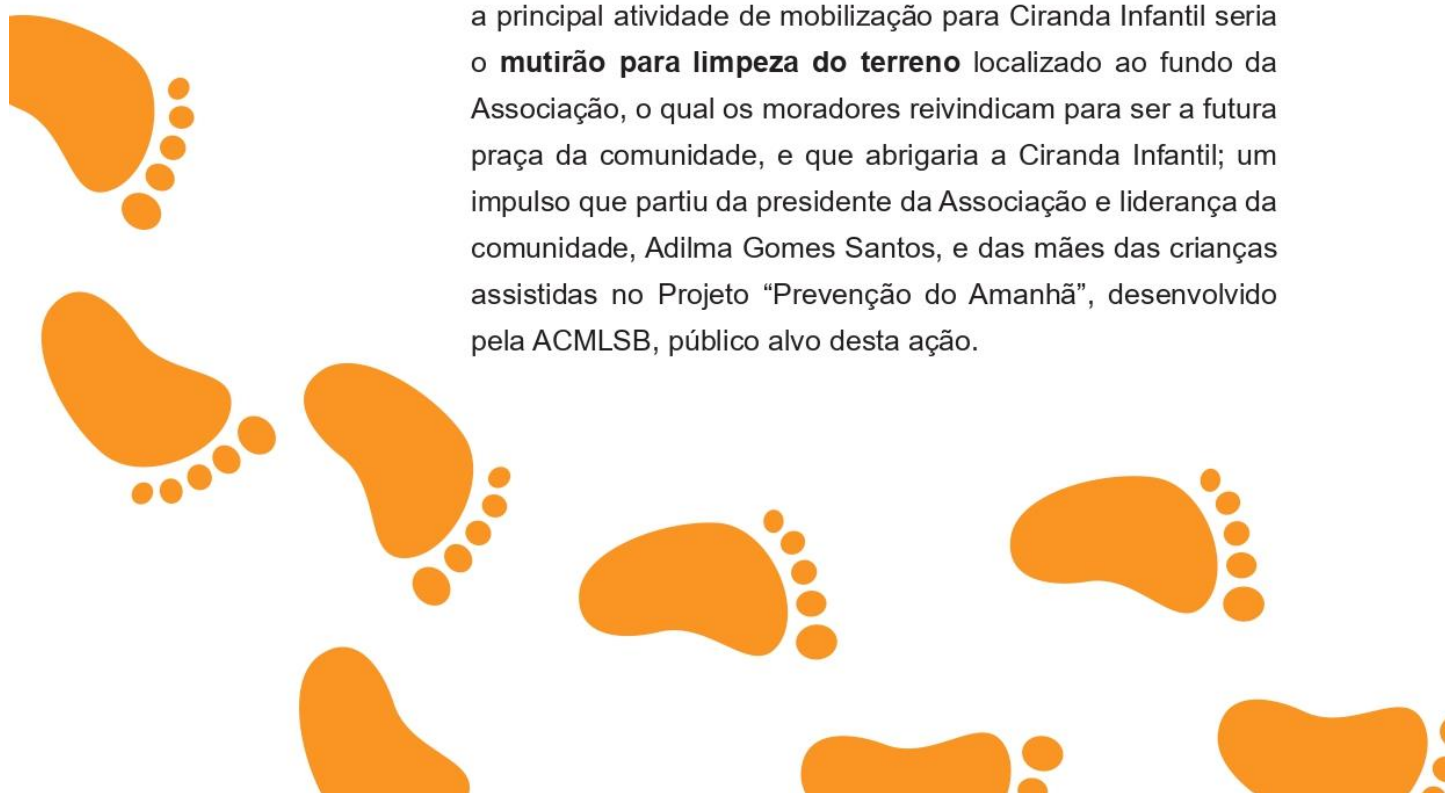
3.1 Nos passos da Construção da Ciranda Infantil

A construção da Ciranda Infantil do PEAC esteve organizada em três passos, sendo eles desenvolvidos em um período de quatro meses, a saber:

1ª PASSO

Mapeamento da Área de Implementação

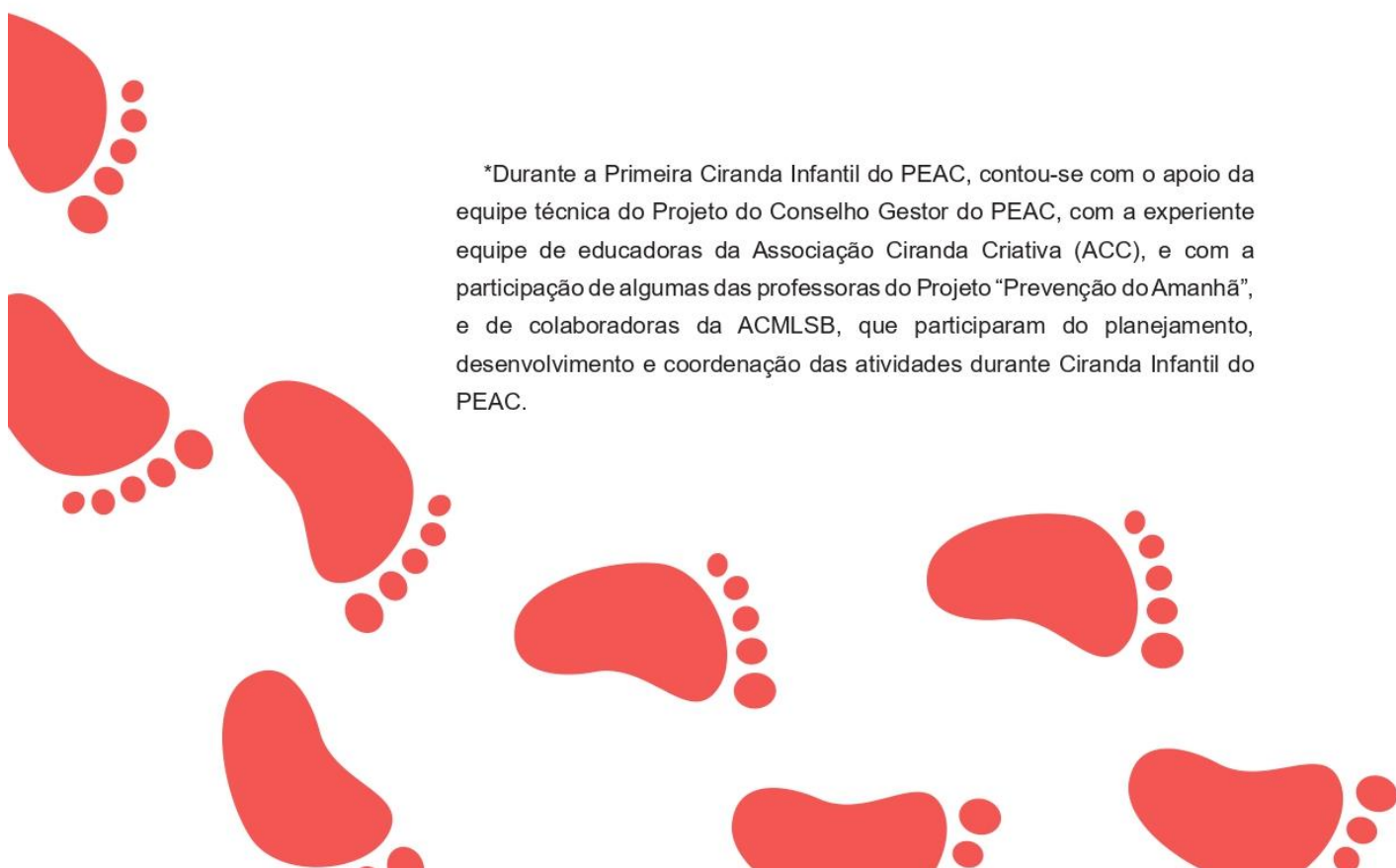
Foram realizadas visitas à comunidade onde seria desenvolvida a Ciranda Infantil, para estabelecer uma aproximação com o público-alvo da ação, a fim identificar quais as demandas da comunidade, colher informações e demais elementos relevantes para a realização da Ciranda. A partir daí definiu-se o quantitativo de crianças que iriam participar, o espaço onde seriam desenvolvidas as atividades, e foi possível identificar alguns desafios em potencial e traçar estratégias para mitigá-los. Essa etapa é essencial para o processo de construção pois permite delinear os detalhes práticos e logísticos envolvidos na implementação da Ciranda. Na Ciranda do PEAC, nessa fase de mapeamento, definiu-se que a principal atividade de mobilização para Ciranda Infantil seria o **mutirão para limpeza do terreno** localizado ao fundo da Associação, o qual os moradores reivindicam para ser a futura praça da comunidade, e que abrigaria a Ciranda Infantil; um impulso que partiu da presidente da Associação e liderança da comunidade, Adilma Gomes Santos, e das mães das crianças assistidas no Projeto “Prevenção do Amanhã”, desenvolvido pela ACMLSB, público alvo desta ação.



2ª PASSO**Elaboração da Proposta**

Nesta fase, a partir do que foi levantado nas visitas à comunidade, foram elaboradas as propostas de atividades que seriam desenvolvidas na Ciranda, com uma programação que buscou contemplar oficinas pedagógicas, vivências artístico-culturais (brincadeiras e manifestações da cultura popular, contação de histórias, trabalhos manuais, etc), vivências exploratórias (reconhecimento do espaço, coleta de materiais, etc), como também estiveram previstos momentos de trocas de saberes entre as crianças e moradores mais antigos da comunidade. A abordagem formativa esteve fundada na proposta pedagógica freireana de educação popular, que propõe um processo educativo dialógico e dinâmico, centrado na ação - reflexão - ação, partindo da realidade em que os educandos estão inseridos. Um caminho de sensibilização, de percepção e de pertencimento, que esteve norteado pelo viés crítico e emancipatório da Educação Ambiental.

*Durante a Primeira Ciranda Infantil do PEAC, contou-se com o apoio da equipe técnica do Projeto do Conselho Gestor do PEAC, com a experiente equipe de educadoras da Associação Ciranda Criativa (ACC), e com a participação de algumas das professoras do Projeto "Prevenção do Amanhã", e de colaboradoras da ACMLSB, que participaram do planejamento, desenvolvimento e coordenação das atividades durante Ciranda Infantil do PEAC.



3ª PASSO

Execução da Proposta

A implementação da Ciranda Infantil do PEAC buscou atender as orientações sugeridas por Tozoni-Reis (2005), no que tange a realização da pesquisa-ação-participativa em EA com qualidade metodológica e relevância social, que são: realização do trabalho de forma coletiva, compartilhada e com valorização do saber não acadêmico; geração de oportunidades concretas de participação dos envolvidos, garantindo-lhes tomadas de decisão coletivas em todo o processo; produção de conhecimentos ambientais e pedagógicos; busca da superação das tendências tradicionais de ensino e educação; abordagem dos temas ambientais de forma ampla; e perspectiva de continuidade para os envolvidos. Sob este ponto de vista, foram adotados os seguintes princípios ético-metodológicos freirianos:

- i) A realidade como ponto de partida** - é a partir do contexto social dos educandos, do conhecimento que já possuem, que as atividades serão planejadas e desenvolvidas (Freire, 1983a);
- ii) A cultura como forma de leitura de mundo** - valorização da experiência do saber vivido, da memória e identidade dos educandos (Freire, 1983b);
- iii) Arte e Estética como caminho para se chegar ao conhecimento** - cuidados com a “boniteza” e com a ética no processo de ensino-aprendizagem (Freire, 2016).

A implementação de um Espaço de Ciranda Infantil pode estar distribuída em quatro etapas, a saber:





ETAPA I

Sensibilização dos adultos para o entendimento do que se configura um Espaço de Ciranda Infantil:

Para este encontro estão previstas a realização de rodas de conversa, com vivências e práticas em grupos, a fim de demonstrar o que será desenvolvido para/com as crianças durante a Ciranda Infantil. As rodas de conversa, nomeadas por Freire também de “Círculos de Cultura”, proporcionam momentos de fala e de escuta, onde “[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade, na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação[...].” (Freire, 1983a, p.64).

Durante o encontro de sensibilização para a Ciranda Infantil do PEAC, os temas geradores propostos trataram sobre ausência de espaços para brincar e as implicações da falta desses espaços para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças. Buscou-se refletir ainda sobre as maneiras de garantir o direito ao brincar para as crianças da/na comunidade. Os temas geradores devem ser definidos a partir da realidade e das demandas de cada grupo / comunidade, que irá orientar o trabalho a ser realizado. Desse modo, espera-se que as atividades desenvolvidas durante a Ciranda Infantil possam contribuir de maneira positiva para os processos coletivos do grupo / comunidade.





ETAPA II

Mobilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil:

Nesta etapa o objetivo principal é manter o entusiasmo e o engajamento das famílias para a participação de suas crianças no Espaço da Ciranda Infantil. Para este momento está previsto a criação de uma rede de apoio de voluntários da própria comunidade que poderão cooperar com os cuidados das crianças e do espaço durante sua realização, através de um formulário de cadastramento.

Na Ciranda do PEAC buscou-se criar um canal de comunicação entre as/os participantes, por meio de um aplicativo de mensagens, para partilhar conteúdos que reafirmassem a importância do espaço e das práticas que lá seriam desenvolvidas. Uma vez que o local escolhido pelas participantes foi o terreno ao lado da Associação, este encontro de mobilização correspondeu ao mutirão para limpeza e preparação deste espaço. O mutirão autogestionado é uma prática conhecida pelos moradores mais antigos do Loteamento Senhor do Bonfim, quando da construção das primeiras casas naquela localidade, fruto de uma ocupação urbana por moradia. Sob a perspectiva da formação para a participação social, o mutirão propiciou processos de crescimentos mútuos entre os participantes, aos moldes da pedagogia freiriana, em que as experiências vivenciadas nas ações realizadas, possibilitaram aos participantes desenvolverem sua capacidade crítica em relação ao mundo e à sua própria condição (Freire, 1987).



A palavra mutirão tem sua origem etimológica do vocábulo *motyrõ*, da família linguística Tupi-Guarani, que significa “reunião para a colheita ou construção”, ou simplesmente “trabalho em comum”. De acordo com a definição de mutirão presente na Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998, p.4136), o mutirão é um “sistema cooperativo alternativo em que os próprios participantes trabalham como trabalhadores e beneficiários do produto final”.



ETAPA III

Realização da Ciranda Infantil:

Partindo do princípio de que as temáticas desenvolvidas deverão estar presentes na realidade em que o educando está inserido (Freire, 1983a), cada Ciranda Infantil será uma experiência única, capaz de agregar novos saberes a todos que estejam envolvidos em seu processo de construção e realização.

Na Ciranda do PEAC, enquanto as mães participavam do intercâmbio formativo que acontecia no prédio da Associação, as crianças foram acolhidas, ouvidas e percebidas em suas múltiplas linguagens e manifestações no espaço da Ciranda Infantil, que contou com uma programação diversificada (contação de histórias, cirandas, roda de capoeira, brincadeiras, etc) e oficinas pedagógicas (de argila e outras manualidades), carregadas de intencionalidades educativas/formativas, e desenvolvidas em um ritmo próprio, constituído pela alternância harmônica entre momentos de expansão e contração, a fim de permitir que as crianças experimentassem a estética do espaço, no tempo e na alegria de estar com seus pares ao longo de todo o dia. As vivências no espaço da Ciranda estiveram atravessadas por momentos de trocas de saberes entre as crianças, as educadoras e os moradores da comunidade. As atividades planejadas tiveram por objetivo contribuir para o fortalecimento da cultura, da identidade e da relação entre as crianças e o território onde vivem.





Socialização da experiência vivida na construção do Espaço da Ciranda Infantil

Este é um momento de celebração, de reconhecimento e de valorização de tudo que foi vivido. Durante a socialização buscar-se-á rememorar cada uma das etapas para implementação da Ciranda Infantil, através da partilha de relatos, depoimentos, fotografias, vídeos, etc.

A socialização da Ciranda do PEAC teve duração de três horas, e contou com momento de abertura, de desenvolvimento e de fechamento, com atividades voltadas para as crianças e as mães, num primeiro momento separadamente e depois em conjunto. Durante a apresentação das etapas, realizou-se uma retrospectiva do que foi vivenciado em um rico diálogo onde foram expressas as percepções individuais, os desafios surgidos e as possibilidades de superação para estes por meio de acordos coletivos, em cooperação. A culminância do encontro se deu com a exibição de um vídeo documentário produzido pelo Núcleo de Educomunicação do PEAC, com a compilação de alguns dos momentos marcantes para a implementação da Primeira Ciranda Infantil do Programa. As imagens captadas evidenciaram que quando se participa de algo ativamente, quando se faz algo com as próprias mãos, é possível dar mais valor às vivências, bem como ao espaço, aos recursos e ao tempo. Avaliamos que o encontro obteve êxito, uma vez que atendeu ao que foi proposto no planejamento, contribuindo assim para a realização da partilha e compreensão do processo e importância do envolvimento e participação para a construção da Primeira Ciranda Infantil do PEAC.



3.2 Modelo de Planejamento das Etapas da Ciranda Infantil

EXEMPLO DE PLANEJAMENTO DAS ETAPAS

1ª ETAPA

Sensibilização dos adultos para o entendimento do que se configura um Espaço de Ciranda Infantil

- **1º Momento**
 - Roda de Acolhimento;
 - Apresentação do que é a Ciranda, como serão suas etapas
- **2º Momento**
 - Roda de Conversa com as famílias (temas geradores)
- **3º Momento**
 - Vamos cocriar a Ciranda? Como eu posso participar?
 - Criação de rede de comunicação entre os participantes
- **4º Momento**
 - Culminância do encontro: roda de agradecimento e lanche coletivo

2ª ETAPA

Mobilização das famílias para a participação das crianças na Ciranda Infantil

- Mutirão de limpeza e organização do espaço para a Ciranda Infantil**
- **1º Momento**
 - Roda de Acolhimento
 - Checagem dos materiais
 - Divisão de tarefas: o que será possível fazer e quem o fará
 - Limpeza e arrumação do espaço onde será a Ciranda Infantil
 - **2º Momento**
 - Lanche coletivo
 - **3º Momento**
 - Continuidade da arrumação do espaço e encaminhar atividades que serão realizadas pela comunidade até o dia do encontro da Ciranda Infantil
 - **4º Momento**
 - Culminância do encontro: roda de agradecimento e encerramento com uma Ciranda

3ª ETAPA

Realização da Ciranda Infantil

1º Momento

- Identificação das crianças (crachás e/ou blusas)
- Roda de Acolhimento com música, contação de história apresentação da programação do dia e dos combinados

2º Momento

- Oficinas Pedagógicas e Apresentações Artístico Culturais

Obs: Convidar os artistas e mestres da cultura popular da região (capoeiristas, grupos de dança, contadores de história, brincantes, músicos, etc.)

3º Momento

- Lanche coletivo

4º Momento

- Culminância das atividades: confecção do estandarte da Ciranda Infantil e roda de agradecimento com uma Ciranda

4ª ETAPA

Socialização da experiência vivida na construção da Ciranda Infantil

1º Momento

- Roda de Acolhimento
- Retrospectiva de todas as etapas da Ciranda

2º Momento

- Roda de conversa avaliação da participação no processo de Cocriação do Espaço da Ciranda Infantil
- Exibição do vídeo da Ciranda

3º Momento

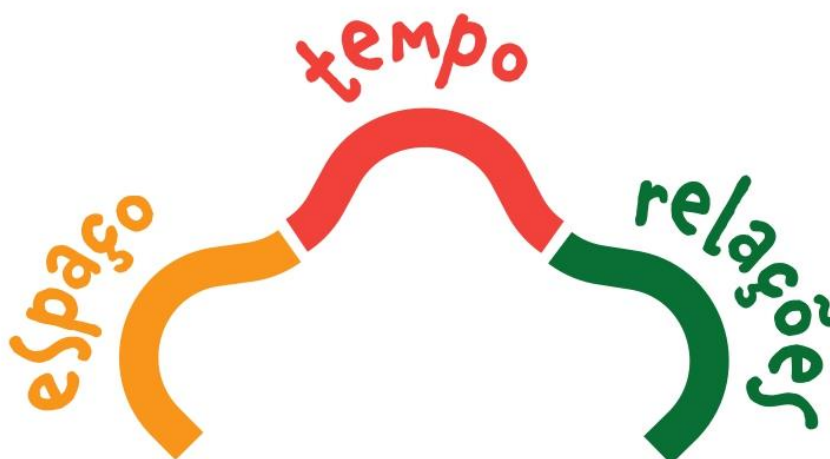
- Lanche Coletivo

4º Momento

- Culminância do encontro: roda de agradecimento e encerramento com uma Ciranda

3.3. Elementos estruturantes para a construção de Espaços de Ciranda Infantil

A partir da experiência das Cirandas Infantis do MST e do processo de construção e implementação da Ciranda Infantil do PEAC foi possível identificar três elementos estruturantes para a constituição destes espaços e traçar algumas de suas características, são eles:



- **Espaço** - Um ambiente educativo que dialogue com o contexto cultural e ambiental dos sujeitos, que ofereça condições para que as crianças e demais participantes desfrutem com qualidade das atividades desenvolvidas. A escolha do espaço precisa atender a alguns critérios a fim de garantir o bem-estar de todas(os) as(os) participantes. O espaço precisa ser/ estar: *preparado* (possuir uma infraestrutura básica, acesso a banheiros, bebedouro, cobertura e equipamentos adequados quando houver), *acessível* (para todas as idades, habilidades e necessidades), *seguro* (oferecer riscos moderados, com supervisão antes e durante, a fim de evitar acidentes) e *inclusivo* (acolher e valorizar a diversidade, incentivando a empatia e a compreensão das diferenças).

● **Tempo** - É fundamental compreender que a forma de organizar o tempo na Ciranda Infantil diz respeito à organização dos processos educativos das crianças. Desse modo, ao estruturar a programação da Ciranda Infantil, os educadores deverão buscar o equilíbrio entre as atividades dirigidas – aquelas com intencionalidade política e pedagógica –, livres, individuais e coletivas, alternando entre momentos de expansão, contração e pausas, reconhecendo e respeitando o nível de energia e capacidade de concentração de cada criança. Dessa maneira promoverão um ambiente equilibrado, estimulante e propício ao aprendizado saudável e significativo.

● **Relações** - Ao planejar a Ciranda Infantil faz-se necessário refletir sobre a natureza do trabalho que se pretende desenvolver neste espaço, e quais princípios pedagógicos irão nortear as relações que serão construídas durante a sua realização. Nesta perspectiva, desde que a proposta seja desenvolver ações educativas com crianças sob o viés crítico e emancipatório da educação ambiental, os educadores e as ações educativas deverão estar imbuídos de sentido, partindo do contexto em que os educandos estão inseridos, de modo que possam se apropriar de tais conhecimentos para transformar a si e a sua realidade (Freire, 1983a); valorizar a experiência do saber vivido, da memória e identidade dos educandos (Freire, 1983b); sem abrir mão do cuidado com a “boniteza” e com a ética no processo de ensino-aprendizagem, encontrando na Arte e na Estética um caminho que conduz ao conhecimento (Freire, 2016).

Além destes elementos, destacamos: 1) **O brincar** como base fundante da Ciranda Infantil, uma vez que esteve na centralidade de praticamente todos os processos vividos. No espaço, no tempo e nas relações buscou-se através da ação do brincar, integrar crianças e adultos, criando bons e duradouros vínculos (como está na própria etimologia da palavra). Recuperamos antigos brinquedos e brincadeiras da cultura popular - daquelas que potencializam as atividades coletivas, contribuindo também para a ampliação do repertório lúdico-cultural das/dos participantes; 2) **A roda**, presente nos momentos da mística de abertura e fechamento dos espaços, conectando todas e todos, convidando a conjugar o tempo no “presente do futuro”; 3) **A construção do estandarte**, símbolo potente, bandeira, materialização da memória, nos traços e nas cores de quem já faz parte dessa história.





4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

Os Espaços de Ciranda Infantil, enquanto espaços de educação não-formal, se configuram em espaços pedagógicos propícios para o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental pautadas sob a perspectiva crítica e emancipatória com crianças. Quando intencionalmente organizados e planejados, esses espaços estimulam processos formativos para o enfrentamento dos desafios socioambientais, para uma educação política e para o pleno exercício da cidadania.

Desenvolver ações de EA Crítica com crianças de diferentes faixas etárias em um espaço de educação não-formal trata-se de algo potencialmente desafiador, considerando que, a depender da etapa de desenvolvimento em que se encontrem, as crianças podem ter limitações para realizar análises complexas. Neste sentido, as abordagens educativas na Ciranda Infantil devem buscar engajar as crianças através da combinação entre momentos de sensibilização e estímulos para reflexão. Uma vez que estas ações estejam enriquecidas por conceitos, contribuirão para o desenvolvimento de uma mentalidade crítica.

Por fim, espera-se que este produto técnico possa contribuir para que outras educadoras e educadores sintam-se estimuladas(os) a implementar e/ou atuar em espaços de Ciranda Infantil, desenvolvendo ações e práticas de Educação Ambiental com o viés crítico para/com o público infanto-juvenil.



REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. **Patrimônios Vivos de Pernambuco**; 2. ed. rev. e amp – Recife: FUNDARPE, 2014.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASÍLIA. **Produção técnica**: Grupo de trabalho. Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GUIMARÃES, M; VASCONCELLOS, M. M. N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. In: **Educar**, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, n. Referências 27, 2006, p. 147-162. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a10n27.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LUEDKE, A. M. dos S. **A formação da criança e a ciranda infantil do MST**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação Nº8**. Porto Alegre: MST, 1996.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Educação Infantil: Movimento da vida, dança do aprender. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 12, nov. 2004.

ROSSETTO, E. **A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST**. Revista Múltiplas Leituras, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 103-118, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v3n1-2p103-119>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SANTOS, M. G. B. **Espaço de Ciranda Infantil: Uma Proposta Para o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC- SE)**. Dissertação (mestrado em Ciências Ambientais) – Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais – MPROF-CIAMB, Universidade Federal de Sergipe, 2023.

APÊNDICE D - Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS PEAC/SE

Pesquisador: MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 67114523.5.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.240.260

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078530.pdf) e do "Projeto Detalhado / Brochura Investigador" (PROJETO_DETALHADO_MONY.pdf), postados em 13/07/2023.

Introdução:

A presente pesquisa tem como objeto de investigação a participação das crianças no contexto do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)¹, em Sergipe. Inicialmente, quando da entrada no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB-UFS) o tema para o Projeto de Pesquisa era outro: investigar a ausência ou o mau uso das áreas verdes nos espaços das instituições públicas de Educação Infantil em Aracaju-SE. Ao ingressar como bolsista no Projeto de Extensão para o Fortalecimento dos Territórios de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais do PEAC, atualmente executado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) com convênio administrado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPese), surgiu a oportunidade de desenvolver um pesquisa de Educação Ambiental não-formal voltado ao público Infantil, algo inédito dentro do Programa, que nos últimos vinte e três anos de atuação teve suas ações voltadas somente aos públicos jovens e adultos de grupos sociais diferenciados (ANNELO, 2009). A escolha pela mudança do tema se deu

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 6.240.260

Protocolo apresentado na quarta versão. Atende aos requisitos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa inicial.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078530.pdf	13/07/2023 18:16:39		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ATUALIZADO.pdf	13/07/2023 18:12:34	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DA_PESQUISA.pdf	13/07/2023 18:12:05	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_MONY.pdf	13/07/2023 18:04:20	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_PESQUISA_NAO_INICIADAassinado.pdf	13/07/2023 18:01:26	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTAassinado.pdf	13/07/2023 18:00:26	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Outros	TALE_PESQUISA.pdf	22/04/2023 13:23:59	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PESQUISA_RETIFICADO.pdf	22/04/2023 13:11:18	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO_ASSINADA.pdf	30/01/2023 15:58:26	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Outros	TERMO_DE_CESSAO_DO_USO_DE_IMAGEM.pdf	23/01/2023 16:08:49	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_CONFIDENCIALID	23/01/2023	MONY GRAZIELLE	Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE - UFS



Continuação do Parecer: 6.240.260

Outros	DE_assinado.pdf	16:02:59	BARROS SANTOS	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_COMPROMETIM ENTO_assinado.pdf	23/01/2023 16:02:03	MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 15 de Agosto de 2023

Assinado por:

ANA BEATRIZ GARCIA COSTA RODRIGUES
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANEXO A – Termo de Cessão de Uso de Imagem e Depoimento

Eu, _____,
portador do CPF _____ e RG _____,
enquanto Responsável Legal do(a) aluno(a) _____,
depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da imagem e/ou depoimento do meu(minha) filho(a), ora especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, através deste presente termo, a pesquisadora Mony Grazielle Barros Santos, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Shiziele de Oliveira Shimada e da Prof^ª. Dr^ª. Rosana de Oliveira Santos Batista, responsável pela pesquisa intitulada **“ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS – PEAC/SE”**, a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dessas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora e suas respectivas orientadoras, acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, Lei nº 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004).

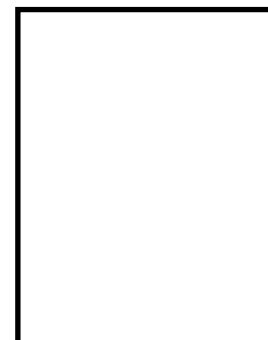
Aracaju ____/____/ 2023.

Assinatura do Responsável Legal ou Impressão Dactiloscópica

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Assinatura da Criança

Assinatura da Testemunha



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA DO RESPONSÁVEL LEGAL
(CASO O RESPONSÁVEL NÃO SAIBA ASSINAR)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANEXO B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Olá,

Me chamo Mony Grazielle Barros Santos e sou pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Estou aqui para conversar com você e o adulto que te acompanha.

Vamos comigo?!

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa que se chama:

“ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS – PEAC/SE”

Este documento serve para você ficar sabendo de tudo sobre a pesquisa e o que vai acontecer nela. Não se esqueça: qualquer dúvida é só perguntar para mim ou seu responsável.

Sua contribuição é importante, porém você não deve participar se não quiser. Você que decidirá se participará ou não. Seus responsáveis também precisarão autorizar! Iremos conversar com ele/a e explicar, vocês dois terão de concordar. Antes de decidir, é importante que você entenda por que esta pesquisa está sendo realizada e como será desenvolvida.

Mesmo se você aceitar agora, você pode mudar de ideia a qualquer momento e dizer que não quer mais fazer parte. Em todos esses casos está tudo bem, você não será prejudicado de nenhuma forma. Para participar, nem você nem seus pais precisam pagar nada.

Por que a pesquisa está sendo realizada? Esta pesquisa tem como objetivo criar as condições necessárias para desenvolver a Educação Ambiental Crítica em espaços não-formais com as crianças dos grupos e comunidades tradicionais assistidas pelo PEAC a partir da experiência das Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela se justifica pela importância de promover a inclusão do público infantil (você crianças) nas ações educativas do Programa.

Quem pode participar? Os participantes da pesquisa são vocês crianças que moram na Comunidade do Loteamento Senhor do Bonfim, assistidas pela Associação, no Projeto “Prevenção do Amanhã”, com idade entre 6 e 12 anos.

O que vai acontecer durante a pesquisa? Se você quiser participar, você fará parte do Espaço de Ciranda Infantil, que acontecerá no dia 24 de abril de 2023 (sexta-feira), durante a atividade formativa na 15ª Reunião do Conselho Gestor – enquanto o adulto responsável por você estiver participando das oficinas no espaço da Associação de Moradores, você estará comigo e uma equipe de educadores no espaço onde será a futura praça da comunidade, realizando atividades lúdicas e educativas.

Quais são os riscos ao participar? É importante que você saiba que a aplicação da presente pesquisa oferece riscos mínimos que podem ser a divulgação de informações, a falta de privacidade, a divulgação de dados confidenciais, estresse, interferência na sua rotina, vergonha de ter de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais e divulgação de imagens (filmagens ou registros fotográficos).

Mas não se preocupe! Vamos tomar bastante cuidado. Para contornar essas situações e no caso de dúvidas sobre a pesquisa, vamos conversar para prestar os esclarecimentos necessários. E se algo der errado? Caso aconteça algo de errado ou você venha a sofrer algum dano por sua participação na pesquisa, você receberá todo cuidado sem nenhum custo.

Participar desta pesquisa pode ser bom, pois você irá contribuir para a produção de outros espaços de Ciranda Infantil no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe (PEAC), o que vai ajudar que outras crianças também façam parte das ações educativas do Programa, além de possibilitar a geração de novos conhecimentos sobre o que está sendo pesquisado.

IMPORTANTE

Ninguém vai saber sobre as suas informações, e seu nome jamais será divulgado. Somente o pesquisador e/ou a equipe de pesquisa saberão da sua identidade, e nós prometemos manter tudo em segredo.

Quando terminar a pesquisa, caso você queira, a gente pode te contar o que descobriu e o que resultou da pesquisa realizada. É seu direito ter acesso aos resultados.

E aí, quer participar? Faça um x na sua opção.



Sim ()



Não ()

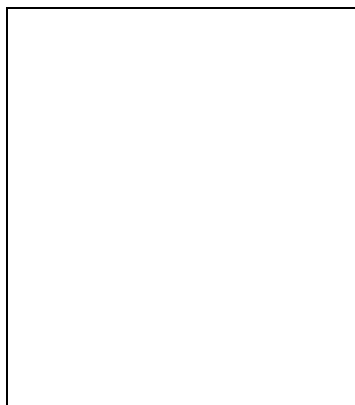
Se você marcou sim, por favor assine aqui:

Declaração do participante

Eu, _____, aceito participar da pesquisa. Entendi as informações importantes da pesquisa, sei que posso desistir de participar a qualquer momento e que isso não irá causar nenhum outro problema. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, mantendo em sigilo a minha identidade. A pesquisadora conversou comigo e tirou as minhas dúvidas.

Assinatura: _____

Data: _____



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Acesso à informação

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável **Mony Grazielle Barros Santos**, no telefone ********* e no **e-mail zielles@gmail.com**. Este estudo foi analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo ou se estiver insatisfeito com a maneira como o estudo está sendo realizado, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N, Bairro Sanatório – Aracaju, Sergipe, CEP: 49.060-110. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br, telefone: (79) 3194-7208 e horários para contato: segunda à sexta-feira, das 7h à 12h.

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o assentimento deste participante para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do pesquisador: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**TÍTULO DO PROJETO: “ESPAÇO DE CIRANDA INFANTIL: UMA PROPOSTA
PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES
COSTEIRAS – PEAC/SE”**

Pesquisador responsável: **MONY GRAZIELLE BARROS SANTOS**

Local onde será realizada a pesquisa: **Comunidade do Loteamento Senhor do Bonfim**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) desta pesquisa porque participará do intercâmbio formativo em que será realizada a experiência da construção de um Espaço de Ciranda Infantil para o PEAC. Sua contribuição é muito importante, mas não deve participar contra a sua vontade.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de promover a inclusão do público infantil nas ações educativas dos Programas de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), com o propósito de criar as condições necessárias para desenvolver a EA Crítica em espaços não-formais com as crianças dos grupos e comunidades tradicionais assistidas pelo Programa, a partir da experiência das Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os participantes da pesquisa são as crianças, filhas e filhos dos moradores da Comunidade do Loteamento Senhor do Bonfim, que participarão do intercâmbio formativo da 15ª RCG, situadas na faixa etária dos 6 aos 12 anos, com a finalidade de desenvolver ações educativas e práticas de EA Crítica no Espaço da Ciranda Infantil do PEAC. O presente termo será assinado pelas pessoas responsáveis pelas crianças participantes da pesquisa, e o consentimento é de responsabilidade da pessoa que responde civilmente pela criança.

Antes de decidir, é importante que entenda todos os procedimentos, os possíveis benefícios, riscos e desconfortos envolvidos nesta pesquisa. A qualquer momento, antes, durante ou depois da pesquisa, você poderá solicitar mais esclarecimentos, recusar-se ou desistir de participar sem ser prejudicado, penalizado ou responsabilizado de nenhuma forma.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora mestranda Mony Grazielle Barros Santos, MProf-Ciamb da Universidade Federal de Sergipe (UFS), orientada pela Prof^a. Dr^a. Shiziele de Oliveira Shimada e pela Prof^a. Dr^a. Rosana de Oliveira Santos Batista, no telefone ***** e no e-mail zielles@gmail.com.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (Resolução CNS nº 466/2012, VII. 2). Caso você tenha dúvidas sobre a aprovação do estudo, seus direitos ou se estiver insatisfeito com este estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, situado na Rua Cláudio Batista, S/N, Bairro Sanatório, Aracaju-SE, CEP: 49.060-110. Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br, telefone: (79) 3194-7208, e horários para contato: segunda à sexta-feira, das 7h às 12h.

Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais (seu nome jamais será divulgado) e utilizadas apenas para esta pesquisa. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo. A Resolução CNS nº 466 de 2012 (item IV.3) define que “os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa” (item V.7).

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa**, elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Caso você concorde e aceite participar desta pesquisa, deverá rubricar todas as páginas deste termo e assinar a última página nas duas vias. Eu, a pesquisadora responsável, farei a mesma coisa, ou seja, rubricarei todas as páginas e assinarei a última página. Uma das vias ficará com você para consultar sempre que necessário.

O QUE VOCÊ PRECISA SABER:

- ✓ **RISCOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Atendendo às Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 CNS, a aplicação da presente pesquisa oferecerá riscos mínimos, que são, a saber: divulgação de informações, invasão de privacidade, divulgação de dados confidenciais, estresse, interferência na vida e na rotina dos sujeitos, embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais e divulgação de imagens (filmagens ou registros fotográficos). Para contornar essas situações e no caso de a pesquisa ocasionar dúvidas, utilizaremos o diálogo coletivo com as/os participantes da ação.
- ✓ **BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DA PESQUISA:** Em acordo com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do CNS, os benefícios diretos e indiretos desta pesquisa se dão pela possibilidade de poder contribuir para a produção de espaços de Ciranda Infantil no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe (PEAC), possibilitando ampliar e democratizar o processo formativo junto às bases comunitárias participantes do Programa através da inclusão do público infantil nas ações educativas dele. Ao final desta pesquisa, será produzido um **INSTRUMENTO EDUCACIONAL** contendo orientações para a construção de outros Espaços de Ciranda Infantil que tenham como objetivo desenvolver práticas de Educação Ambiental (EA) Crítica com crianças. Espera-se também que esse instrumento ajude a fomentar o interesse e estimule outras educadoras e educadores ambientais a desenvolverem ações e práticas de EA com o viés crítico com crianças em espaços não-formais de educação.
- ✓ **PRIVACIDADE E CONFIDENCIALIDADE:** Os dados dos participantes – filmagens, registros fotográficos e depoimentos – serão utilizados em publicações científicas, de forma que serão garantidas a privacidade e a confidencialidade, não permitindo a identificação do participante)
- ✓ **ACESSO AOS RESULTADOS DA PESQUISA:** O participante tem o direito, caso solicite, a ter acesso aos resultados da pesquisa.

✓ **CUSTOS ENVOLVIDOS PELA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA:** Você não terá custos para participar desta pesquisa. A pesquisa também não envolve compensações financeiras, ou seja, você não poderá receber pagamento para participar.

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo que a criança pela qual sou responsável participe deste estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome da criança: _____

Nome do(a) responsável pela criança: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

Aracaju-SE, _____ de _____ de 2023.



Assinatura Datiloscópica (*quando não alfabetizado*)